



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025





## FICHA TÉCNICA

### TÍTULO

Relatório de Atividades do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM | 2025

### EDIÇÃO

2026

### ELABORAÇÃO

Gabinete de Projetos e Estratégia da Divisão de Organização e Recursos Humanos

### ENDEREÇO

Caminho do Pináculo, n.º 14, São Gonçalo

9060-236 Funchal

### CONTACTOS

Telefone: 291 700 110

Email: [srpc@madeira.gov.pt](mailto:srpc@madeira.gov.pt)

<http://www.procivmadeira.pt/>



## ÍNDICE

1	Enquadramento .....	6
1.1	Metodologia de elaboração do relatório.....	6
2	O Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM .....	8
2.1	Organograma .....	8
2.2	Missão, Visão e Valores .....	9
2.3	Política da Qualidade.....	10
3	Atividades Desenvolvidas pelas Unidades Orgânicas .....	12
3.1	Divisão de Planeamento, Comunicações e Operações .....	12
3.1.1	Implementação do Plano Operacional de Combate a Incêndios Rurais (POCIR 2025) e monitorização através do GESDECIR.....	12
3.1.2	Ações de Carácter Operacional.....	15
3.1.3	Ações de Treino Operacional e Posto de Comando .....	17
3.2	Divisão de Análise de Riscos e Ordenamento do Território .....	18
3.2.1	Avaliação da Capacidade de Gestão do Risco da Região Autónoma da Madeira (AC RAM) .....	18
3.2.2	Estratégia Regional para uma Proteção Preventiva (ERPCP) .....	18
3.2.3	Avaliação de Risco da RAM (ARRAM).....	19
3.2.4	Medidas a Implementar, para a Prevenção e Mitigação dos Riscos .....	19
3.2.5	Planeamento Territorial.....	20
3.2.6	Planos de Emergência de Proteção Civil .....	23
3.2.7	III Plano Regional de Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030 (III PRIPSSA 25-30).....	25
3.3	Divisão de Formação .....	25
3.3.1	Formação e Treino .....	26
3.3.2	Ações de Sensibilização no âmbito da Comunidade Escolar .....	37
3.3.3	Análise global da atividade da Formação .....	44



3.4	Divisão de Segurança Contra Incêndios em Edifícios .....	45
3.4.1	Análise da Atividades e Volume de Serviço .....	45
3.4.2	Desempenho por Tipologia de Serviço .....	47
3.4.3	Gabinete de Infraestruturas e Manutenção .....	48
3.5	Divisão de Apoio Jurídico e de Contratação .....	51
3.5.1	Assuntos Jurídicos .....	51
3.5.2	Contratação Pública .....	55
3.6	Divisão de Gestão Financeira .....	56
3.6.1	Execução da despesa .....	57
3.6.2	Execução da Receita.....	62
3.6.3	Relatórios de Execução Orçamental.....	66
3.7	Divisão de Serviços de Apoio à Gestão .....	67
3.7.1	Recursos Humanos .....	67
3.7.2	Qualidade, Avaliação e Instrumentos de Gestão .....	72
3.8	Gabinete de Comunicação e Sensibilização .....	79
3.9	Inspeção Regional de Bombeiros   Divisão de Regulação e Recenseamento dos Bombeiros.....	83
3.9.1	Coordenação, Acompanhamento e Fiscalização aos Corpos de Bombeiros da RAM .. ..	83
3.9.2	Ações de Fiscalização ao DECIR – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais .....	85
3.9.3	Planos de Instrução dos Corpos de Bombeiros da RAM.....	86
3.9.4	Identificação e Levantamento das Necessidades Operacionais dos Corpos de Bombeiros   Reforço a Nível Operacional dos Corpos de Bombeiros .....	89
3.9.5	Recenseamento Nacional de Bombeiros – RNBP .....	101
3.9.6	Ingressos da Carreira de Bombeiro Voluntário .....	102
3.9.7	Acompanhamento da Equipa De Fiscalização e Acompanhamento (EFA) DO Modelo de Financiamento às AHB .....	103



3.10	Serviço de Emergência Médica Regional (SEMER) .....	107
3.10.1	Equipa Médica de Intervenção Rápida (EMIR).....	107
3.10.2	Equipa do Sistema de Triagem e Atendimento Telefónico (STAT).....	109
3.10.3	Atividade Formativa .....	111
3.10.4	Gestão da Qualidade e Avaliação .....	112
3.10.5	Outras atividades.....	112
4	Modernização Administrativa .....	113
5	Audição das Partes Interessadas do SRPC, IP-RAM .....	115
5.1	Audição dos Utilizadores dos Serviços Prestados pelo SRPC, IP-RAM.....	115
5.1.1	Análise dos Resultados Obtidos .....	116
5.1.2	Comparação de resultados .....	120
5.2	Avaliação dos Fornecedores .....	121
5.3	Audição aos trabalhadores e outros colaboradores do SRPC, IP-RAM .....	123
6	Comparação de Desempenho com Serviços Idênticos .....	127
7	Sistema de Controlo Interno .....	128
8	Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) .....	130
8.1	Objetivos Operacionais – Eficácia .....	130
8.2	Objetivos Operacionais – Eficiência.....	132
8.3	Objetivos Operacionais – Qualidade.....	133
8.4	Reformulações de Indicadores.....	135
8.5	Análise Quantitativa e Qualitativa dos Resultados .....	139
9	Autoavaliação .....	140
10	Anexos .....	143
	Anexo I Quadro De Avaliação E Responsabilização (QUAR) 2025 .....	2
	Anexo II Inquérito De Satisfação De Cliente .....	5
	Anexo III Inquérito De Satisfação Dos Trabalhadores.....	7



## 1 ENQUADRAMENTO

O presente Relatório de Atividades constitui o instrumento de divulgação do desempenho do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM (SRPC, IP-RAM), reportando-se ao exercício do ano de 2025. Mais do que o estrito cumprimento de uma obrigação formal, este documento assume-se como um exercício de transparência administrativa e uma reflexão crítica sobre a eficácia das políticas de proteção civil e socorro na Região Autónoma da Madeira.

Num cenário regional caracterizado pela crescente complexidade dos riscos e pela exigência de uma prontidão operacional constante, a atuação do SRPC, IP-RAM em 2025 pautou-se pelo reforço da resiliência e pela consolidação de uma cultura de segurança proativa. Este relatório detalha o grau de execução das metas definidas no Quadro de Avaliação e Resultados (QUAR), servindo de suporte à avaliação no âmbito do SIADAP-RAM 1, conforme estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, na sua redação atual.

Um vetor estratégico da gestão em 2025 foi o aprofundamento do Sistema de Gestão da Qualidade, alicerçado na norma NP EN ISO 9001:2015. A manutenção desta certificação constitui o garante do compromisso institucional com a melhoria contínua dos processos operacionais, formativos e logísticos, assegurando que o interesse público é servido com padrões de excelência e otimização de recursos.

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, este documento permite aferir o alinhamento estratégico entre as orientações da tutela e o Plano de Atividades executado. Nas secções subsequentes, são expostos os resultados alcançados, as lições retiradas dos desafios enfrentados e as áreas de desenvolvimento prioritário, reafirmando a missão central do SRPC, IP-RAM: a salvaguarda de vidas, bens e do património ambiental da Região Autónoma da Madeira.

---

### 1.1 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

---

A metodologia subjacente à elaboração do presente Relatório de Atividades pautou-se pelo estrito cumprimento do referencial normativo vigente na Administração Pública Regional, assumindo-se como um exercício de transparência e de rigorosa monitorização do desempenho institucional. O processo de consolidação deste documento fundamentou-se na articulação entre o planeamento estratégico e a execução operacional, tendo como eixo central o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública da Região Autónoma da Madeira (SIADAP-RAM), instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, na sua redação atual. Neste



âmbito, a avaliação incidiu prioritariamente sobre o Quadro de Avaliação e Resultados (QUAR), permitindo aferir, de forma técnica e fundamentada, o grau de cumprimento dos objetivos e indicadores fixados para o exercício de 2025, em plena harmonia com as orientações constantes no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

A construção do relatório derivou de um processo sistemático de recolha de evidências técnico-operacionais junto das diversas unidades orgânicas, garantindo a rastreabilidade da informação e a fidedignidade dos dados reportados através de mecanismos de controlo interno e reporte periódico. Esta abordagem permitiu confrontar, de forma analítica, o desempenho alcançado com as metas estabelecidas no Plano de Atividades de 2025, aprovado pela tutela, assegurando uma ponderação crítica sobre os desvios verificados e as respetivas medidas de mitigação ou otimização implementadas ao longo do ciclo de gestão. Adicionalmente, a metodologia integrou os requisitos de auditoria e monitorização inerentes à certificação NP EN ISO 9001:2015, conferindo ao documento uma robustez adicional ao alinhar o reporte de atividades com o ciclo de melhoria contínua e a gestão de riscos do Sistema de Gestão da Qualidade. Todo o conteúdo foi sujeito a um processo de validação técnica e consolidação estratégica por parte do Conselho Diretivo, assegurando que o presente instrumento constitui uma demonstração fiel da eficiência operacional, da sustentabilidade financeira e da responsabilidade pública do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, no cumprimento cabal da sua missão estatutária e dos compromissos assumidos perante a Região Autónoma da Madeira.



## 2 O SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM



A atual organização do Serviço Regional Proteção Civil, IP-RAM decorre da terceira alteração à orgânica do SRPC, IP-RAM, aprovada em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2022/M, de 25 de julho, publicado em Diário da República, 1.ª série, n.º 147, de 1 de agosto, consubstanciado através da Portaria n.º 247/2022, de 13 de maio, publicado em JORAM, 1.ª série, n.º 86, de 18 de maio, das Secretarias Regionais das Finanças e de Saúde e Proteção Civil, que revoga a Portaria n.º 343/2019, de 7 de abril, da Vice-Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional da Saúde, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 89, de 5 de junho, e aprova os novos estatutos do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM.

### 2.1 ORGANOGRAMA

O organograma que se segue visa ilustrar a estrutura organizacional do Serviço Regional de Proteção Civil (SRPC), IP-RAM, vigente no período em apreço, delineando as diferentes divisões e respetivas inter-relações. A sua apresentação tem como objetivo proporcionar uma visão clara e concisa da organização interna da instituição àquela data, refletindo a distribuição de responsabilidades e competências de forma eficiente.

A estrutura organizacional do SRPC, IP-RAM, encontrava-se dividida em várias áreas funcionais que asseguravam a coordenação e implementação das atividades e serviços relacionados com a proteção civil na Região Autónoma da Madeira.

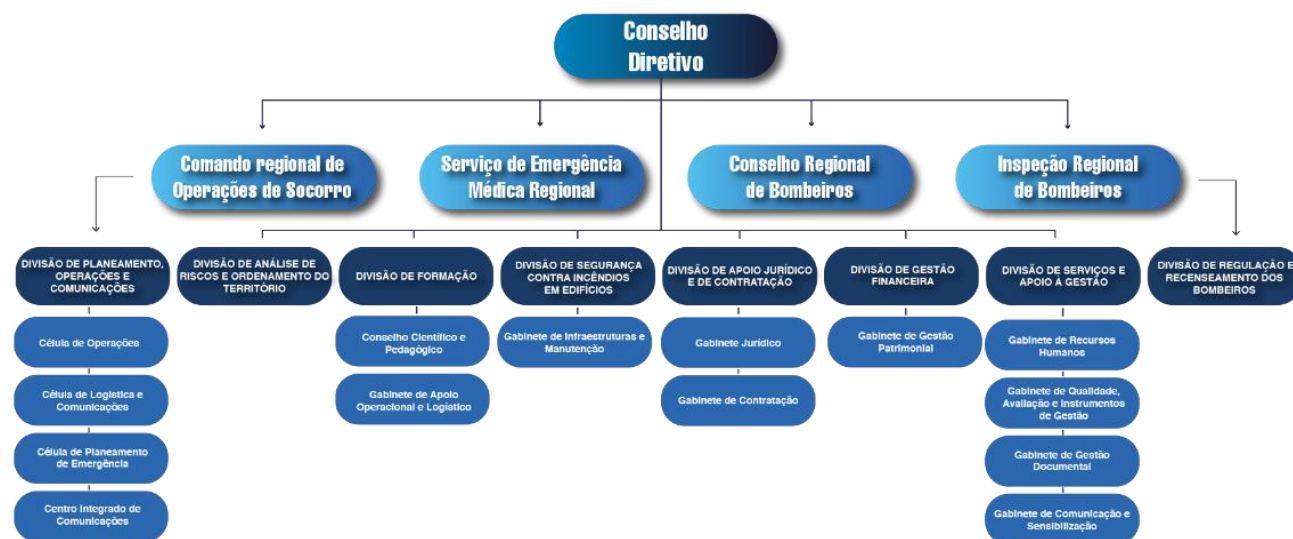


Figura 1 Organograma SRPC, IP-RAM

## 2.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES

### MISSÃO



*Prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrendo pessoas e protegendo bens.*



### VISÃO

*Serviço de Proteção Civil Moderno,  
Eficiente, Eficaz e Participativo.*

### VALORES



*Eficácia e prontidão no socorro às populações;  
Equidade na assistência às populações;  
Competência dos operacionais;  
Abrangência na comunicação com as populações;  
Rigor na precursão dos objetivos.*



---

## 2.3 POLÍTICA DA QUALIDADE

---

Com base nas diretrizes estabelecidas pela Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, o SRPC, IP-RAM fundamenta a sua Política de Qualidade dentro do escopo das suas responsabilidades, conforme representado no esquema anterior.

A política de Qualidade do SRPC, IP-RAM encontra-se consubstanciada, enquanto entidade certificada, no Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com as diretrizes e orientações definidas na norma NP 9001:2015.

O Sistema de Gestão da Qualidade adota uma abordagem abrangente, considerando diversos fatores relevantes. A Política da Qualidade pretende assegurar aspetos como:

- A contextualização e análise das questões internas e externas relevantes, identificando ameaças e oportunidades, orientado para decisões estratégicas;
- A melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados, através da análise do índice de qualidade da prestação de serviços à sociedade;
- O uso eficiente de recursos, com transparência na gestão destes;
- A modernização e desburocratização. A inovação nos serviços administrativos visa agilizar processos e tomadas de decisão;
- A responsabilização, competências, formação contínua, motivação, dignificação e valorização profissional dos seus funcionários;
- O prestígio e dignificação da Administração Regional, que se reflete na confiança da população na instituição;
- Serviços adequados às necessidades dos cidadãos, empresas e outras entidades, no cumprimento integral da legislação aplicável.



# Política da Qualidade

Índice crescente de  
qualidade de prestação  
de serviços, de prontidão  
de socorro e de prevenção  
de riscos à sociedade

Índice crescente de  
eficácia do sistema de  
gestão de qualidade do  
SRPC, IP-RAM

A desburocratização,  
modernização e inovação  
dos serviços  
administrativos

A responsabilização,  
competências, formação  
e valorização profissional  
dos seus profissionais

A contribuição do SRPC,  
IP-RAM no aumento do  
prestígio e dignificação  
da Administração

A prestação aos cidadãos  
e entidades no  
cumprimento integral da  
legislação aplicável

### 3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES ORGÂNICAS

#### 3.1 DIVISÃO DE PLANEAMENTO, COMUNICAÇÕES E OPERAÇÕES

Face às competências atribuídas à Divisão de Planeamento, Operações e Comunicações (DPOC), as atividades desenvolvidas em 2025 centraram-se na operacionalização e reforço da prontidão dos meios de resposta, destacando-se a implementação do Plano Operacional de Combate a Incêndios Rurais (POCIR 2025) e a respetiva monitorização contínua através da plataforma GESDECIR, bem como a execução de um ciclo alargado de ações de treino operacional orientadas para a capacitação das equipas e eficácia do dispositivo.

##### 3.1.1 IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO OPERACIONAL DE COMBATE A INCÊNDIOS RURAIS (POCIR 2025) E MONITORIZAÇÃO ATRAVÉS DO GESDECIR

A atividade operacional da DPOC encontra-se enquadrada nas diretivas do Plano Operacional de Combate a Incêndios Rurais (POCIR) 2025. A operacionalidade deste plano assenta no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR-RAM), cuja ativação plena, com o incremento de meios e Equipas de Combate a Incêndios Rurais (ECIR), ocorre a 1 de junho. Em virtude deste dispositivo estabelecer um regime de prontidão reforçada até 31 de dezembro, a análise de dados apresentada reporta-se, exclusivamente, a este período, por constituir a janela temporal de referência para a quantificação da resposta operacional na Região Autónoma da Madeira.

A mobilização de recursos físicos e humanos no terreno é um indicador fundamental do esforço operacional. O Gráfico 1 ilustra o empenhamento total de 3790 equipas, distribuídas pelos diversos Corpos de Bombeiros e entidades com responsabilidades na proteção civil. Em estrita correlação, o Gráfico 2 detalha o volume de recursos humanos envolvidos, evidenciando a forte mobilização de 10648 operacionais durante o período em análise.

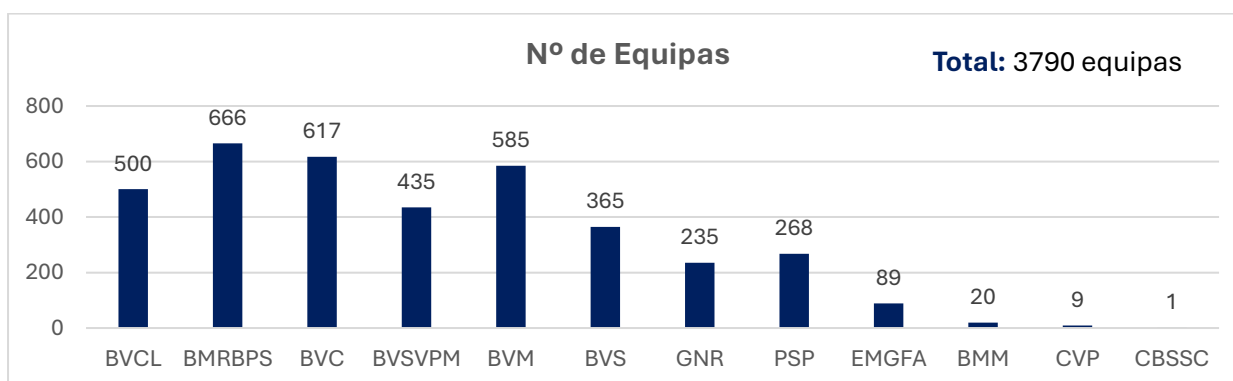


Figura 2 Total de equipas por entidade

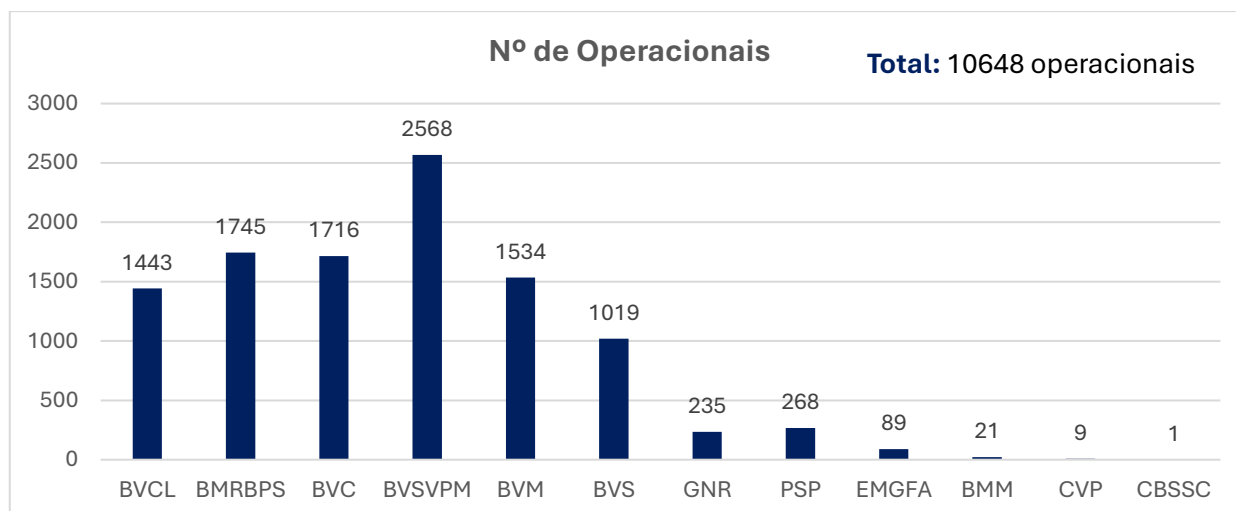


Gráfico 1 Total de Operacionais por entidade

A exigência logística e a capacidade de projeção das forças no teatro de operações encontram-se representadas no Gráfico 3, que quantifica a distância percorrida pelos veículos afetos ao dispositivo, perfazendo um total acumulado de 168 155 quilómetros.

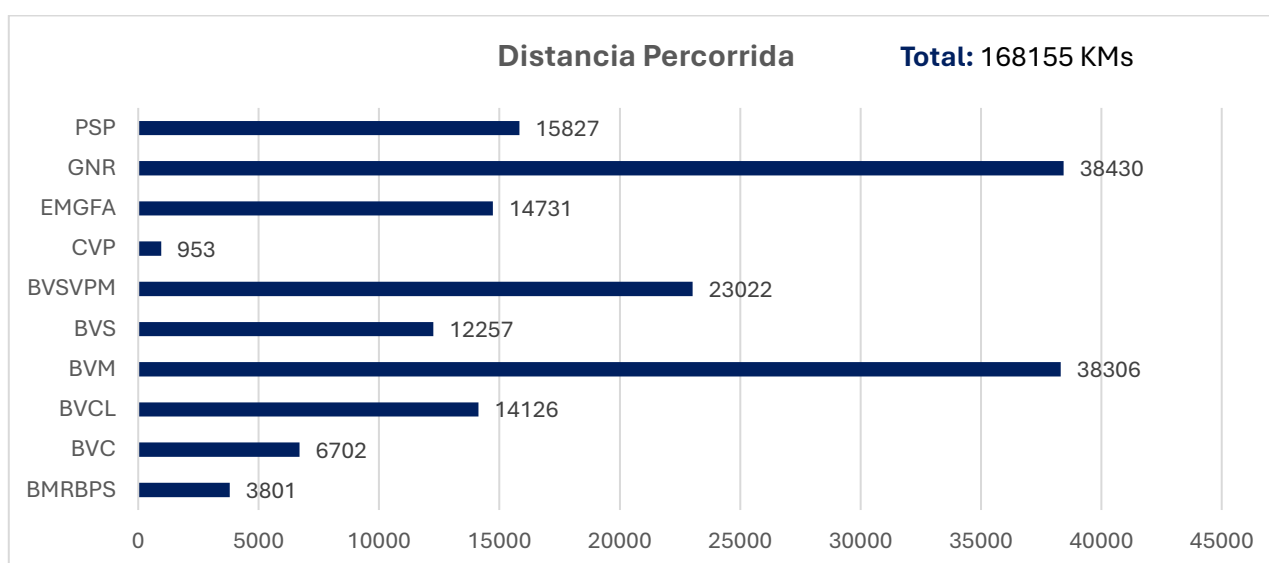


Gráfico 2 Total de Km percorridos por entidade

A natureza das intervenções, desagregada por entidade interveniente, é especificada no Gráfico 4. Esta análise permite identificar a carga operacional de cada Corpo de Bombeiros face às diferentes tipologias, nomeadamente incêndios florestais, agrícolas, em mato e queimadas. A consolidação destes dados está patente no Gráfico 5, que apresenta o Resumo Operacional Total. Num universo de 250 ocorrências registadas no âmbito do POCIR, destaca-se a prevalência de Queimadas Não Autorizadas (192 registos), que representam a larga maioria das intervenções do dispositivo.

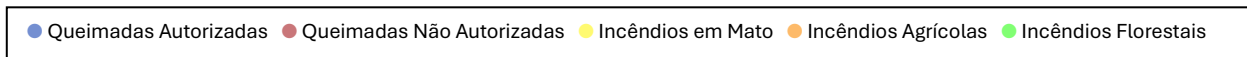
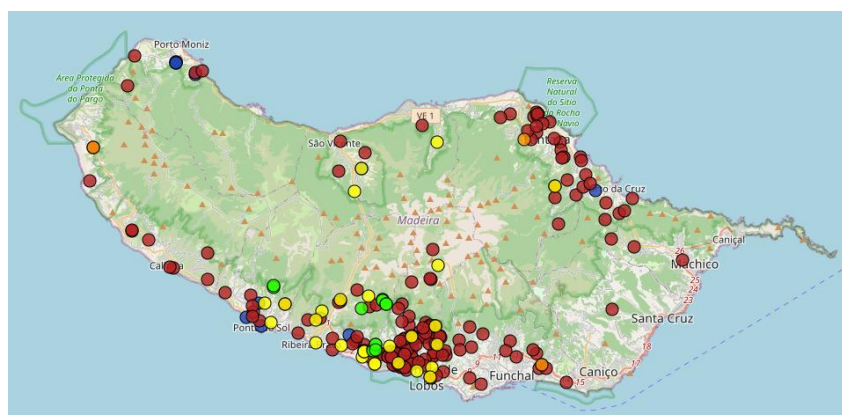


Gráfico 3 Atividade Operacional por Entidade



Gráfico 4 Atividade Operacional por tipologia

Esta distribuição estatística está georreferenciada no Mapa 1 (Localização das Ocorrências). A projeção cartográfica evidencia uma elevada concentração de incidentes na vertente sul da ilha, particularmente nos concelhos de Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta, validando a expressão territorial das queimadas não autorizadas e servindo de suporte ao planeamento e pré-posicionamento de meios.



Mapa 1 Distribuição das ocorrências



Para assegurar a monitorização transversal da atividade, procedeu-se ao cruzamento de dados entre os registos do POCIR e a informação centralizada no Sistema de Apoio à Decisão Operacional (SADO). O **Gráfico 6** apresenta a análise comparativa entre as duas fontes de informação para o período de 15 de junho a 31 de dezembro de 2025, permitindo aferir a correspondência de dados nas diferentes tipologias.

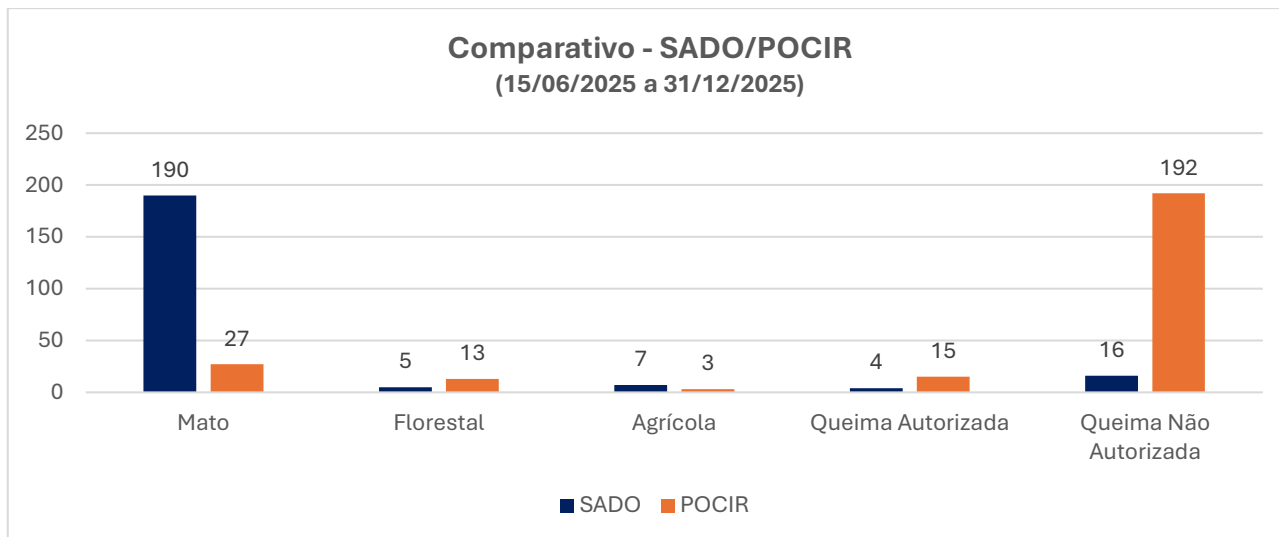


Gráfico 5 Dados comparativos SADO/POCIR

- Indicadores DECIR 2025 (010000JUN25 a 312359DEZ25):

Tabela 1 Tempos de Resposta

Tempo Médio de Chegada do Primeiro Meio	Tempo Médio de Resolução
00:15:10	00:29:56

### 3.1.2 AÇÕES DE CARÁCTER OPERACIONAL

No decurso de 2025, a Divisão de Planeamento, Operações e Comunicações promoveu e integrou um conjunto estruturante de ações de carácter operacional, focadas no planeamento de exercícios, na coordenação de eventos e na gestão de situações reais. O desenvolvimento e a participação nestes simulacros assumem um papel fulcral na garantia da eficácia dos mecanismos de resposta e na correta articulação interinstitucional no teatro de operações. Destacam-se as seguintes intervenções:

— *CMA DO SRPC (11 DE ABRIL DE 2025):*

Exercício realizado no Heliporto da Cancela (CMA), consubstanciado na simulação de um incêndio numa aeronave em fase de abastecimento. A ação atestou o sucesso da interligação entre o

Plano de Emergência do Heliporto e o Plano de Emergência do Edifício Sede do SRPC, IP-RAM, confirmando a proficiência técnica e a celeridade na mobilização das equipas de intervenção.



*Figura 3 Exercício CMA*

— *DRONEX (10 DE MAIO DE 2025)*

Participação de elementos da DPOC num evento focado na partilha de valências sobre Sistemas Aéreos Não Tripulados. A intervenção incluiu uma apresentação técnica do equipamento Matrice 300, detalhando o seu enquadramento tático em missões complexas, nomeadamente em operações de resgate em montanha, incêndios rurais e avaliação de acidentes.



*Figura 4 Exercício DRONEX*

— *ZONA FRANCA DA MADEIRA (24 DE JUNHO DE 2025)*

Simulacro geral de emergência integrado na Zona Franca Industrial, desenhado para aferir o cumprimento legal das obrigações da instalação enquanto operador SEVESO. Tendo por base um cenário de rotura numa linha de combustível, a operação validou a eficácia do Plano de Emergência Interno, a pronta ativação do Centro de Operações de Emergência e a execução dos procedimentos de evacuação.

— *FUNCHALEX (JUNHO E JULHO DE 2025)*

Exercício de âmbito municipal assente numa matriz de resposta multirrisco, destinada a testar a ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. Através da simulação de incidentes de grande magnitude, como anomalias de gás, ameaças de bomba e surtos infecciosos, aferiu-se a

capacidade de articulação entre os diversos agentes e a consolidação das estruturas de comando à luz do preconizado no SIOPS-RAM.

— *EXERCÍCIO DO AEROPORTO DA MADEIRA (4 E 5 DE NOVEMBRO DE 2025)*

Ação focada na validação operacional do Plano Prévio de Intervenção (PPI) para a infraestrutura aeroportuária, aprovado a 3 de novembro. A verificação prática deste instrumento tático foi enquadrada num cenário de acidente aéreo com múltiplas vítimas, com o propósito fundamental de avaliar a automatização dos procedimentos de mobilização de meios externos. A operação envolveu 101 operacionais e 31 veículos, permitindo verificar a fluidez das comunicações, a coordenação de comando e a interoperabilidade entre os agentes de proteção civil, em estrita conformidade com o estipulado no SIOPS-RAM.



*Figura 5 Exercício do Aeroporto da Madeira*

---

### **3.1.3 AÇÕES DE TREINO OPERACIONAL E POSTO DE COMANDO**

Paralelamente aos grandes exercícios, a DPOC conduziu, entre agosto e dezembro de 2025, múltiplos Exercícios de Posto de Comando Operacional (PCO) e Treinos Operacionais CROS/DPOC. Desenhadas para simular cenários de elevada complexidade tática, estas sessões garantiram a validação das cadeias de decisão e o fortalecimento da interoperabilidade das forças. O planeamento contínuo destas ações sustentou a uniformização de procedimentos operativos e a otimização das redes de comunicação entre as várias equipas projetadas para o terreno, destacando-se as seguintes sessões:

- Posto de Comando Operacional (SRPC), a 07 de agosto de 2025;
- Posto de Comando Operacional (SRPC), a 05 de setembro de 2025;
- Treino Operacional CROS/DPOC, a 03 de outubro de 2025;



- Treino na Calheta, a 18 de outubro de 2025;
- Treino Operacional no SRPC, a 28 de outubro de 2025;
- Treino Operacional CROS/DPOC, a 07 de novembro de 2025;
- Treino Operacional CROS/DPOC, a 05 de dezembro de 2025.

---

## **3.2 DIVISÃO DE ANÁLISE DE RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

---

Em 2025, as atividades desenvolvidas pela DAROT concentraram-se, essencialmente, na prevenção e preparação para responder a situações de acidentes graves ou catástrofes, reforçando a capacidade de gestão de riscos na RAM.

---

### **3.2.1 AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GESTÃO DO RISCO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (AC RAM)**

A AC RAM é um instrumento que avalia as capacidades técnicas, financeiras e administrativas da Região, com vista a garantir:

- A realização adequada das avaliações de risco;
- O planeamento eficaz da gestão dos riscos, tanto na vertente da prevenção como da preparação;
- A adoção de medidas de prevenção de riscos e de preparação;

com vista a reduzir, adaptar ou minorar para níveis aceitáveis os riscos, o impacto e a probabilidade de uma catástrofe, identificados na Avaliação de Riscos da Região Autónoma da Madeira (ARRAM), abrangendo todo o ciclo de gestão dos riscos.

O projeto de AC RAM foi elaborado, encontrando-se em processo de validação, após auscultação interna no SRPC, IP-RAM.

---

### **3.2.2 ESTRATÉGIA REGIONAL PARA UMA PROTEÇÃO PREVENTIVA (ERPCP)**

Apesar da AC RAM se encontrar ainda em fase de conclusão e se constituir como a base de sustento da ERPCP, esta unidade iniciou a estruturação deste documento que se assumirá como a principal orientação estratégica da Administração Regional para o período até 2030, com um enfoque particular na prevenção e mitigação dos riscos, reforçando a resiliência da Região Autónoma da Madeira (RAM) face aos desafios naturais e tecnológicos.



---

### 3.2.3 AVALIAÇÃO DE RISCO DA RAM (ARRAM)

A ARRAM é um documento de carácter preventivo e estruturante que visa aprofundar o conhecimento e facilitar o acesso à informação sobre os diversos riscos existentes na Região. O seu principal objetivo é permitir uma atuação mais eficaz, fundamentada e integrada na gestão do risco.

Neste contexto, foi iniciado o processo de atualização dos conteúdos da ARRAM, com vista à sua aprovação durante o ano de 2026, assegurando a sua permanente adequação às necessidades e realidades regionais.

Neste âmbito, a plataforma digital de Informação Geográfica de apoio à Avaliação de Risco da Região Autónoma da Madeira, disponível no website do SRPC, IP-RAM, foi otimizada de modo a possibilitar a visualização dos produtos cartográficos de forma mais imediata e apelativa.

---

### 3.2.4 MEDIDAS A IMPLEMENTAR, PARA A PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS

#### ❖ CANDIDATURAS DE PROJETOS A FINANCIAMENTO EUROPEU

A DAROT participou na análise da candidatura a financiamento do projeto “Consolidação Estrutural de Encostas Sobranceiras no Funchal”, submetido ao Programa Sustentável 2030.

Paralelamente, colaborou na preparação do aviso de candidatura relativo ao Estudo do risco sísmico e de tsunamis para a RAM, que contempla as seguintes áreas de intervenção:

- Definição e melhoria de caminhos de evacuação;
- Implementação de sinalética orientadora e informativa;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização e informação dirigidas à população;
- Instalação de equipamentos de aviso precoce.

#### ❖ DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À UNIÃO EUROPEIA

Foi efetuada uma análise aprofundada de documentos relevantes, emitindo os respetivos comentários e contributos, nomeadamente:

- Relatório sobre a participação da Região Autónoma da Madeira no processo de construção da União Europeia: ano 2024 - DLR n.º 23/96/M, de 23 de julho, alterado pelo DLR n.º 16/2017/M, de 6 de junho;
- Consulta pública da Comissão Europeia sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), centrada no financiamento da União Europeia destinado à proteção civil, à preparação e à resposta a crises;



- *Euratom Article 35 verification in Portugal: Preparatory questionnaire*, relativo ao processo de verificação da Comissão Europeia no âmbito dos artigos 35.º e 36º do Tratado EURATOM, com ênfase no cumprimento da monitorização da radioatividade e da preparação/resposta a emergências nucleares e radiológicas.

#### ❖ PROPOSTAS DE ÂMBITO NACIONAL E REGIONAL

##### **a) PROGRAMA DE GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

No âmbito da atividade desta unidade, foram emitidas propostas de melhoria ao Programa de Governo da Região Autónoma da Madeira, que se pauta pelo lema “Estabilidade e Progresso”. As contribuições apresentadas procuram fortalecer a resiliência e a capacidade de resposta da região face a riscos naturais e emergências, promovendo a segurança da população e a sustentabilidade das infraestruturas essenciais, em consonância com os objetivos estratégicos do executivo regional.

---

### 3.2.5 PLANEAMENTO TERRITORIAL

#### ❖ COMISSÃO REGIONAL PARA O PLANO NACIONAL DO RESTAURO DA NATUREZA (PNRN)

O PNRN constitui um instrumento estratégico de orientação e articulação interinstitucional, destinado a consolidar o diagnóstico, definir objetivos e propor medidas específicas para o restauro dos ecossistemas, envolvendo diferentes entidades, setores e níveis de administração.

A DAROT, representou o SRPC, IP-RAM, na primeira reunião da Comissão Regional para o PNRN, dedicada à preparação do Plano da Região Autónoma da Madeira, documento a integrar no Plano Nacional, sob coordenação da Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente.

#### ❖ SISTEMA REGIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL - PROGRAMAS SECTORIAIS

##### **a) PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA MADEIRA (PGRH-MADEIRA: 2022-2027)**

A DAROT contribuiu para o Relatório de Avaliação Intercalar sobre a Execução do Programa de Medidas do PGRH-Madeira: 2022-2027 - Execução relativa ao período 2022-2024, analisando medidas implementadas para uma gestão sustentável dos recursos hídricos.

##### — *PLANO DE GESTÃO DO RISCO DE INUNDAÇÕES DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (PGRI-RAM)*

Foram elaborados e emitidos contributos técnicos para a 2.ª Avaliação Intercalar da Execução do Programa de Medidas do PGRH-Madeira 2022-2027, referentes ao período de 2022-2024, centrados na análise das ações com impacto para a prevenção, mitigação de riscos e gestão de emergências.



— *ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (ESTRATÉGIA CLIMA-MADEIRA)*

No âmbito dos trabalhos do Grupo de Coordenação da Comunidade de Adaptação, nomeadamente no processo de monitorização anual e acompanhamento da Estratégia CLIMA-Madeira, colaborou-se na produção do respetivo Relatório Anual de Acompanhamento referente a 2024. Esta colaboração incidiu na prestação de informações e comentários sobre os indicadores de processo e de conteúdo, bem como sobre as medidas de adaptação implementadas, com ênfase na proteção civil e resiliência climática da região.

**b) PROGRAMAS ESPECIAIS**

Acompanhamento dos trabalhos relativos à elaboração do Programas Especiais do Sítio de Importância Comunitária (SIC) - Paul do Mar - Jardim do Mar; Ribeira Brava; Caniço de Baixo; Porto Novo; Machico e Pico do Facho (PESNR); das Zonas Especiais de Conservação (ZEC) - Moledos-Madalena do Mar, Pináculo e Pico Branco - Porto Santo (PEMPP); e do Ilhéu da Viúva (PEIV).

Nesses processos, a DAROT integrou as respetivas comissões consultivas de acompanhamento, emitindo contributos relevantes na vertente da proteção civil, assegurando que as medidas propostas contemplassem a redução de riscos e a segurança das populações.

❖ **PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)**

No âmbito da revisão dos PDM, esta unidade orgânica prestou apoio técnico e emitiu pareceres no sentido de assegurar a integração das necessidades de proteção civil no ordenamento do território.

Foram fornecidas informações técnicas para a revisão do PDM do Porto Moniz, com vista a reforçar o alinhamento entre as estratégias territoriais e as exigências operacionais da proteção civil.

Emitiram-se pareceres técnicos setoriais no âmbito das Avaliações Ambientais Estratégicas associadas às revisões dos PDM do Porto Santo e de Santa Cruz, incidindo na análise da viabilidade e sustentabilidade das propostas apresentadas.

Paralelamente, acompanhou-se o desenvolvimento dos trabalhos relativos às revisões dos PDM de Santa Cruz, Ribeira Brava e Calheta, com participação ativa nas respetivas comissões consultivas e emissão de contributos relevantes no domínio da proteção civil, garantindo que as medidas propostas incorporassem a redução de riscos e a segurança das populações.



## ❖ **PROJETOS SUJEITOS A AVALIAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL**

Prestação de informação considerada relevante, no domínio da proteção civil, para a realização do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto de Execução do Túnel 4A, integrado no Sistema de Aproveitamento dos Tornos.

Emissão de parecer técnico setorial no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto “Reforço da Adução ao Lanço Sul do Canal dos Tornos – Construção da Lagoa das Águas Mansas/Ribeiro Serrão”, com enfoque na análise das implicações para a segurança e gestão de riscos.

## ❖ **SUBCOMISSÃO DA PLATAFORMA NACIONAL PARA A REDUÇÃO DE RISCOS DE CATÁSTROFES**

A Plataforma Nacional para a Redução de Riscos de Catástrofes (PNRRC), criada em 2010, é constituída pela Comissão Nacional de Proteção Civil e por uma Subcomissão de carácter executivo, na qual o SRPC, IP-RAM assegura uma participação ativa. Esta Subcomissão tem como finalidade implementar as atividades da PNRRC e propor ações alinhadas com os princípios do Quadro de Ação de *Hyogo* e do Quadro de *Sendai* para a Redução de Riscos de Catástrofes.

O Plano de Atividades da PNRRC para o triénio 2024-2026 encontra-se estruturado em conformidade com a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030, visando promover medidas transversais de redução de riscos e reforçar a resiliência das comunidades. Entre as ações previstas, destaca-se a continuidade da criação de Grupos de Trabalho com metas específicas.

Neste contexto, a DAROT desempenhou um papel relevante, participando ativamente nas reuniões e trabalhos da Subcomissão e contribuindo de forma significativa para o diagnóstico e definição das atividades do Grupo de Trabalho 5 – Cidadania Jovem e Ativa, cuja missão se centra na execução das ações propostas para o triénio 2024-2026.

No âmbito dos Grupo de Trabalho 4 - Resiliência de Operadores de Serviços Essenciais), participou nas Sessões Técnicas Setoriais de Partilha de Boas Práticas de Resiliência nos seguintes setores:

- Transportes – Subsetor do Transporte Aéreo, organizada pela NAV Portugal e pela Plataforma Nacional para a Redução de Riscos de Catástrofes, no âmbito das atividades dedicadas às Interdependências Setoriais entre entidades fornecedoras de serviços essenciais à sociedade;
- Transporte Marítimo, organizada pela Administração do Porto de Lisboa.



## ❖ CERTIFICAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA COMO DESTINO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL

No âmbito do processo de certificação da RAM como Destino Turístico Sustentável, a DAROT assegurou a coordenação, em representação do SRPC, IP-RAM, promovendo a implementação de melhorias e ações corretivas nas suas instalações, de forma a garantir a conformidade com os requisitos estabelecidos.

Foi elaborado o relatório com as evidências das medidas adotadas, tendo igualmente sido prestados esclarecimentos à Direção de Serviços de Qualificação Turística, da Direção Regional do Turismo, assegurando as condições necessárias para a realização da auditoria.

Posteriormente, foi realizada a auditoria pela entidade certificadora, com o objetivo de avaliar a obtenção do **III Nível do Selo de Prata**, em conformidade com a norma internacional para Destinos Sustentáveis.

Com a colaboração do SRPC, IP-RAM, e de diversas entidades parceiras, a RAM alcançou mais uma etapa significativa no seu percurso sustentável, obtendo o **terceiro Nível do Selo de Prata – Destino Turístico Sustentável**, atribuído pela *EarthCheck*, no âmbito de um processo orientado pela melhoria contínua.

---

### 3.2.6 PLANOS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

#### ❖ PLANO REGIONAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA (PREPC RAM)

O PREPC RAM é um documento estratégico de âmbito geral, concebido para dar resposta a um conjunto abrangente de riscos suscetíveis de afetar o território regional, integrando um conjunto de medidas destinadas à prevenção e mitigação desses riscos, garantindo, assim, a operacionalidade e a eficácia do Plano.

Decorrido um ano sobre a entrada em vigor da 3.<sup>a</sup> revisão do PREPC RAM e na sequência da tomada de posse do novo Governo Regional, foram introduzidas alterações na estrutura das Secretarias Regionais, que determinaram a nomeação de novos representantes das áreas governativas na Comissão Regional de Proteção Civil (CRPC)

Neste âmbito, foi desenvolvida uma plataforma digital de informação geográfica de apoio à visualização dos produtos cartográficos do Plano Regional de Emergência, acessível ao público através do website do SRPC, IP – RAM, reforçando a transparência e a facilidade de consulta deste instrumento estratégico.



Figura 6 Plataforma digital de informação geográfica, de apoio à visualização dos produtos cartográficos do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira

## ❖ PLANOS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DOS MUNICÍPIOS DA RAM

Foi prestado apoio técnico aos municípios da Calheta, de Santa Cruz e do Funchal no âmbito da elaboração e revisão dos respetivos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC).

No que se refere aos municípios da Calheta e de Santa Cruz, foi efetuada a análise da versão de trabalho dos respetivos PMEPC, com a emissão de contributos técnicos e realização de reuniões de esclarecimento, visando assegurar a assegurar a conformidade dos planos com o enquadramento legal e operacional em vigor.

Relativamente ao município do Funchal, procedeu-se à emissão de contributos técnicos e à elaboração do parecer final ao PMEPC, aprovado pelo Despacho da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil n.º 105/2025, de 6 de março.

As ações desenvolvidas pela DAROT contribuíram para o reforço da capacidade de resposta das autarquias e da resiliência das comunidades locais, promovendo uma proteção civil mais eficiente, articulada e organizada na RAM.

## ❖ PLANOS ESPECIAIS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL

Emissão de contributos e posterior parecer final ao Plano de Emergência Externo da Unidade Autónoma de Gás Natural dos Socorridos (PEExt UAG-Socorridos), entretanto aprovado pelo Despacho da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil n.º 632/2025, de 29 de agosto.

Análise e emissão de parecer prévio ao Plano de Emergência Externo do Parque de Armazenagem de Combustíveis do Caniçal, estabelecimento classificado de nível superior, nos termos do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, com o objetivo de verificar conformidade com a legislação vigente e garantir a segurança e a proteção da população e do meio ambiente em caso de emergência.



## ❖ EXERCÍCIOS

Com o objetivo de testar a operacionalidade do PMEPC do Funchal e do PEEExt UAG-Socorridos, esta unidade orgânica coordenou a participação do SRPC, IP-RAM, na qualidade de observador, nos exercícios LIVEX e CPX.

Adicionalmente, participou no teste à operacionalização do Plano Prévio de Intervenção do Aeroporto da Madeira (PPI-AM), visando a análise da sua aplicabilidade prática e o reforço da interoperabilidade entre os agentes de proteção civil.

No âmbito destas ações, foram elaborados os respetivos relatórios, nos quais foram identificados os principais pontos fortes, as oportunidades de melhoria e outras considerações relevantes associadas à coordenação interinstitucional, à execução dos procedimentos estabelecidos e à eficiência dos fluxos de comunicação.

As conclusões retiradas destes exercícios constituem uma base essencial para o aperfeiçoamento dos planos e para o reforço da capacidade de resposta operacional.

---

### **3.2.7 III PLANO REGIONAL DE INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO 2025-2030 (III PRIPSSA 25-30)**

No âmbito do III PRIPSSA 2025-2030, do qual o SRPC, IP-RAM é parceiro, enquanto representante no respetivo Grupo de Trabalho, esta Divisão teve uma participação ativa na reavaliação das medidas anteriormente propostas e na apreciação de novas iniciativas, à luz da publicação da Nova Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA 2025-2030).

Adicionalmente, participou numa sessão de trabalho interinstitucional, centrada no reforço do compromisso conjunto, na avaliação da execução das medidas, na melhoria da articulação entre entidades e na definição de compromissos operacionais coordenados.

---

## **3.3 DIVISÃO DE FORMAÇÃO**

---

Durante o ano de 2025, a DF desenvolveu um conjunto abrangente de atividades orientadas para o reforço da qualificação técnica e operacional dos agentes de proteção civil, para a promoção da cultura de segurança junto da população e para a melhoria contínua do sistema formativo regional.

A atividade desenvolvida caracterizou-se por uma elevada capacidade de execução e adaptação às necessidades identificadas ao longo do ano, refletindo o compromisso do Serviço com o reforço da



preparação operacional, da prevenção de riscos e da capacitação do sistema regional de proteção civil. Neste enquadramento, destaca-se o início da implementação dos treinos operacionais, que vieram reforçar a componente prática da formação, permitindo consolidar procedimentos, testar metodologias de intervenção e aproximar a capacitação formativa das exigências do contexto real de operação.

O presente capítulo apresenta, de forma estruturada, as principais atividades desenvolvidas ao longo de 2025, abrangendo a formação profissional e operacional, as ações de sensibilização dirigidas à comunidade e as iniciativas de melhoria e consolidação do sistema formativo do SRPC, IP-RAM.

---

### **3.3.1 FORMAÇÃO E TREINO**

A formação e o treino constituem uma dimensão essencial da atividade, assegurando a preparação técnica e operacional dos agentes de proteção civil e contribuindo diretamente para a eficácia do sistema regional de proteção civil.

O ano de 2025 ficou marcado por um reforço significativo desta área, não apenas pelo elevado volume de formação ministrada, mas também pelo início da implementação dos treinos operacionais, que passaram a complementar a formação formal e a reforçar a consolidação de procedimentos em contexto prático.

A atividade desenvolvida abrangeu diferentes públicos, nomeadamente bombeiros, agentes de proteção civil, colaboradores do SRPC, IP-RAM, empresas e outras instituições, refletindo uma resposta ajustada às necessidades identificadas ao longo do ano.

Nos pontos seguintes apresentam-se o enquadramento do plano formativo, a execução das ações e a caracterização das principais iniciativas desenvolvidas.

#### **❖ PLANO DE FORMAÇÃO 2025**

No Plano de Formação encontravam-se inicialmente previstas 110 ações de formação, tendo sido definida como meta uma taxa de execução de 75%. No entanto, ao longo do ano verificou-se um crescimento expressivo da atividade formativa, associado ao aumento das necessidades do sistema regional de proteção civil da Região Autónoma da Madeira e ao reforço da capacitação dos agentes de proteção civil.

No âmbito da monitorização contínua do Plano de Formação e da avaliação periódica da atividade desenvolvida, já havia sido identificada internamente a necessidade de adequar o planeamento formativo à evolução das exigências operacionais e às novas orientações estratégicas



assumidas pelo Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM. Com efeito, a dinâmica formativa verificada ao longo do ano ultrapassou significativamente a projeção inicialmente prevista.

A evolução registada resultou de um processo contínuo de ajustamento estratégico às necessidades identificadas no terreno, enquadrando-se na nova linha estratégica do SRPC, IP-RAM orientada para o reforço da qualificação, especialização e treino contínuo dos agentes de proteção civil.

Neste contexto, verificou-se:

- o alargamento da oferta formativa a novas áreas técnicas e especializadas;
- o incremento significativo dos treinos operacionais;
- o reforço das ações de capacitação dirigidas aos Corpos de Bombeiros e demais entidades parceiras;
- a implementação da estratégia institucional “Todos Sabem Reanimar”, orientada para a massificação da formação em Suporte Básico de Vida (SBV) junto da população e comunidade escolar.

Estas medidas contribuíram diretamente para o aumento da atividade formativa, refletindo uma aposta institucional na prontidão, interoperabilidade entre agentes de proteção civil e promoção de uma cultura de segurança e autoproteção.

Apesar do cancelamento de 11 ações inicialmente programadas, motivado por reajustamentos e necessidade de redefinição de prioridades formativas, foram concretizadas 352 ações de formação, correspondendo a uma taxa de execução de 320%, valor substancialmente superior ao inicialmente previsto.

O resultado alcançado evidencia não apenas o cumprimento dos objetivos inicialmente definidos, mas sobretudo a capacidade institucional do SRPC, IP-RAM para responder de forma dinâmica às necessidades emergentes do sistema regional de proteção civil, reforçando a qualificação técnica, a capacidade de resposta e a preparação dos agentes de proteção civil da Região Autónoma da Madeira.

#### ❖ **CRONOGRAMA DA ATIVIDADE FORMATIVA E TREINO OPERACIONAL 2025**

O cronograma da atividade formativa e treino operacional para 2025 foi definido com base no Plano de Formação aprovado, tendo sido ajustado ao longo do ano em função das necessidades identificadas no sistema regional de proteção civil.



Para além das ações inicialmente previstas, foram integradas novas ações e iniciados os treinos operacionais, reforçando a componente prática da preparação dos operacionais e contribuindo para a consolidação de procedimentos.

Nos pontos seguintes apresenta-se a distribuição das ações realizadas, bem como a caracterização das principais áreas formativas e dos públicos abrangidos.

Tabela 2 Dados referentes ao cronograma da atividade formativa e treino operacional do ano 2025



A figura seguinte ilustra a distribuição das 352 ações ministradas, por trimestre.

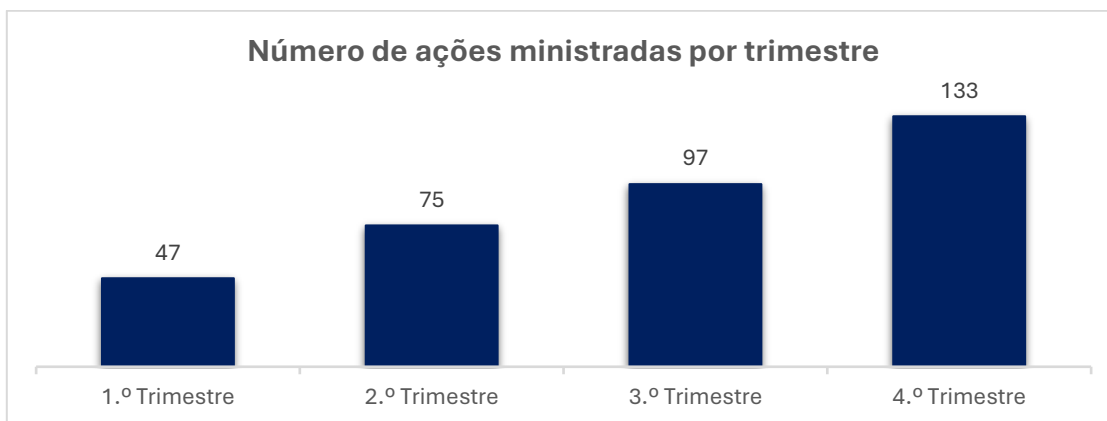


Gráfico 6 Número de ações ministradas por trimestre

Em termos de ações realizadas por área formativa, a tabela seguinte apresenta as respetivas quantificações.

Tabela 3 Dados discriminados do cronograma atividade formativa e treino operacional 2025, por área formativa, número de ações e participações

Área Formativa	Número de ações	Número de participações
Condução de veículos de emergência	5	64
Emergência Pré-Hospitalar	97	1047
Estruturas Colapsadas	2	20
Gestão de Operações	20	79
Gestão e Administração	3	48



<i>Incêndios Rurais</i>	86	1319
<i>Incêndios Urbanos</i>	22	208
<i>Liderança e Desenvolvimento Pessoal</i>	15	161
<i>Matérias Perigosas</i>	10	93
<i>Proteção Civil</i>	54	3704
<i>Salvamento e Desencarceramento</i>	17	173
<i>Salvamento em Grande Ângulo</i>	13	139
<i>Telecomunicações</i>	8	99
<b>Total Geral</b>	<b>352</b>	<b>7154</b>

No que concerne à formação ministrada por tipologia e destinatários, a seguinte tabela ilustra a respetiva distribuição.

*Tabela 4 Dados discriminados do cronograma da atividade formativa e treino operacional 2025, por tipologia e destinatários*

<b>Tipo de Formação</b>	<b>Número de ações</b>	<b>Número de participações</b>
<i>Formação Técnica para Bombeiros</i>	111	1258
<i>Formação para Ingresso na Carreira de Bombeiro Voluntário</i>	31	304
<i>Formação para Quadros de Comando</i>	12	14
<i>Formação para Agentes de Proteção Civil</i>	36	395
<i>Formação para Colaboradores</i>	19	126
<i>Formação para Empresas</i>	9	119
<i>Formação para Formadores</i>	12	38
<i>Formação para a População</i>	53	563
<i>Treino Operacional</i>	34	432
<i>Outras Ações</i>	35	3905
<b>Total Geral</b>	<b>352</b>	<b>7154</b>



### **c) COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE AÇÕES AO LONGO DOS ANOS**

No ano de 2025, o número de ações de formação ministradas apresenta um aumento muito significativo face aos anos anteriores, conforme ilustrado na tabela seguinte.

*Tabela 5 Número de ações ministradas pelo SRPC, IP-RAM entre 2020 e 2025*

<b>Área Formativa</b>	<b>Número de ações</b>	<b>Número de participações</b>
2020	75	921
2021	111	1403
2022	93	1148
2023	148	1740
2024	156	1781
2025	352	7154

### **❖ PROJETO “QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL DA RAM”**

O projeto “Qualificação dos Agentes de Proteção Civil da RAM” assume um papel estruturante no financiamento e na sustentabilidade da atividade formativa desenvolvida, constituindo um instrumento essencial para garantir a continuidade do investimento na capacitação dos agentes de proteção civil da Região Autónoma da Madeira.

Importa destacar que cerca de 90% da formação ministrada pelo SRPC, IP-RAM é cofinanciada por fundos comunitários, nomeadamente pelo Fundo Social Europeu +, no âmbito do Programa Madeira 2030, o que evidencia a relevância destes instrumentos para a viabilização da qualificação técnica e operacional dos intervenientes do sistema regional de proteção civil.

No quadro da continuidade deste investimento, foi submetida, a 14 de novembro de 2025, uma nova candidatura ao Programa Madeira 2030, sob o código M2030-FSE+-03455800, prevendo um financiamento de 1 146 416,00 € para o período compreendido entre 5 de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2027. À data da elaboração do presente relatório, a candidatura encontra-se em fase de apreciação.

Este enquadramento confirma a importância dos fundos comunitários para a sustentabilidade da atividade formativa e para o reforço contínuo da capacitação do sistema regional de proteção civil.



## ❖ ALARGAMENTO DA BOLSA DE FORMADORES DO SRPC, IP-RAM

Tendo em vista garantir a continuidade, a qualidade e a diversificação das ações de formação profissional destinadas aos Corpos de Bombeiros, bem como a empresas e outras instituições, o SRPC, IP-RAM reconhece a importância de reforçar a sua capacidade formativa, recorrendo, quando necessário, à contratação de formadores externos especializados.

Neste contexto, em 2025 foram abertos novos procedimentos concursais para formadores externos, nas áreas de Salvamento e Desencarceramento, Incêndios Urbanos, Condução de Veículos de Emergência, Matérias Perigosas, Telecomunicações e Liderança e Desenvolvimento Pessoal, com o objetivo de assegurar resposta formativa adequada às necessidades identificadas.

A Bolsa de Formadores do SRPC, IP-RAM apresenta-se, assim, estruturada conforme demonstrado na tabela seguinte.

*Tabela 6 Número de formadores por temática formativa*

<i>Temática formativa</i>	<i>Número de formadores</i>	<i>Número de candidatos em fase de recrutamento</i>
<i>Condução de veículos de emergência</i>	14	-
<i>Emergência Pré-Hospitalar</i>	23	-
<i>Estruturas Colapsadas</i>	2	-
<i>Gestão de Operações</i>	1	-
<i>Gestão e Administração</i>	4	-
<i>Incêndios Rurais</i>	6	-
<i>Incêndios Urbanos</i>	9	2
<i>Liderança e Desenvolvimento Pessoal</i>	2	-
<i>Matérias Perigosas</i>	2	-
<i>Proteção Civil</i>	9	-
<i>Salvamento e Desencarceramento</i>	6	3
<i>Salvamento em Grande Ângulo</i>	11	-
<i>Telecomunicações</i>	2	8
<b>Total Geral</b>	<b>91</b>	<b>13</b>



### **a) ALARGAMENTO DA OFERTA FORMATIVA E TREINO DO SRPC, IP-RAM**

Com vista à ampliação e à melhoria contínua do portefólio formativo, foi iniciado, em parceria com os formadores, um processo de revisão e atualização da oferta formativa e treino, permitindo reforçar a adequação das ações às necessidades identificadas no sistema regional de proteção civil.

Paralelamente, o cronograma da atividade formativa e treino operacional possibilitou a introdução de novas ações na Região Autónoma da Madeira, contribuindo para a diversificação e atualização da oferta formativa.

Na tabela seguinte apresenta-se o número de novas ações implementadas no ano de 2025. Os dados evidenciam um reforço significativo da oferta formativa e de treino, traduzido na implementação de 94 novas ações em diversas áreas técnicas e operacionais, refletindo a adaptação contínua às necessidades do sistema regional de proteção civil.

*Tabela 7 Número de novas ações implementadas no ano 2025*

<b>Área formativa</b>	<b>Número de novas ações</b>
<i>Condução de veículos de emergência</i>	1
<i>Emergência Pré-Hospitalar</i>	6
<i>Estruturas Colapsadas</i>	2
<i>Gestão de Operações</i>	9
<i>Gestão e Administração</i>	4
<i>Incêndios Rurais</i>	22
<i>Incêndios Urbanos</i>	9
<i>Matérias Perigosas</i>	3
<i>Proteção Civil</i>	25
<i>Salvamento e Desencarceramento</i>	2
<i>Salvamento em Grande Ângulo</i>	7
<i>Telecomunicações</i>	3
<i>Risco Rodoviário</i>	1
<b>Total</b>	<b>94</b>



## **b) PROTOCOLOS E PARCERIAS INSTITUCIONAIS**

No âmbito da prossecução das atribuições e da concretização das linhas estratégicas definidas, foram mantidos e reforçados diversos protocolos e parcerias institucionais, assumindo estes instrumentos um papel relevante na promoção da cooperação interinstitucional e no reforço da capacitação do sistema regional de proteção civil.

Os protocolos estabelecidos permitem a otimização de recursos, a partilha de conhecimento técnico e científico, o desenvolvimento de ações conjuntas de formação e treino, bem como o reforço da articulação entre entidades, contribuindo para uma resposta mais integrada, eficiente e qualificada em matéria de proteção civil.

Durante o ano de 2025, estes mecanismos de cooperação revelaram-se determinantes para a concretização de iniciativas formativas especializadas, ações de sensibilização e projetos de capacitação, possibilitando ampliar o alcance da intervenção e consolidar a qualidade da preparação dos agentes de proteção civil.

A manutenção e o desenvolvimento destas parcerias constituem, assim, um fator estruturante para o fortalecimento da capacidade institucional e para a melhoria contínua da prontidão do sistema regional de proteção civil.

## **c) PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DO SRPC, IP-RAM COMO ENTIDADE FORMADORA**

Decorrente do processo de certificação do SRPC, IP-RAM como entidade Formadora Certificada, Processo n.º 11/2011, nas áreas de Educação e Formação 090, 146, 345, 723, 861 e 862, e no cumprimento do preceituado no art.º 15, n.º 3 da Portaria n.º 208/2013, foi elaborado e enviado ao Instituto para Qualificação, IP-RAM, o Relatório de Autoavaliação referente a 2025, onde foram identificadas algumas áreas e ações de melhoria, e também realizada a revisão de objetivos e metas para o Plano de Atividades 2026.

As ações de melhoria identificadas relacionam-se com:

- Recrutamento de novos formadores nas áreas de *Flashover*, Escoramentos, Substâncias Perigosas, Salvamento Aquático, Condução em Marcha de Emergência e de Brigadas Helitransportadas.
- Implementação de um software de gestão da formação, visando otimizar a organização, acompanhamento e avaliação das atividades formativas.
- Aquisição de equipamentos informáticos e de telecomunicações para modernização das salas de aula e cenários de formação.



- Investimento em equipamentos específicos para as ações de: Emergência Pré-Hospitalar; Salvamentos em Grande Ângulo; Substâncias Perigosas; Salvamento Rodoviário em Veículos de Competição, Veículos Pesados e Veículos Elétricos; Controlo de *Flashover*; Escoramentos; e Urbanos.
- Desenvolvimento de novas áreas e instalações para formação, adaptadas às exigências técnicas e operacionais, visando aumentar a capacidade de treino e aprimorar a qualificação dos formandos.
- Desenvolvimento de um centro de realidade virtual, permitindo simulações imersivas e inovadoras para o treino de cenários complexos.
- Expansão dos Protocolos de Formação Interinstitucional, através do reforço e ampliação de parcerias com instituições nacionais e internacionais para diversificar a oferta formativa, promover a troca de conhecimento e fortalecer a capacitação técnica dos formandos.
- Monitorização mensal dos objetivos e indicadores, garantindo um acompanhamento contínuo da evolução da formação.
- Realização de uma reunião anual de balanço final, para avaliação dos resultados e definição de novas estratégias de melhoria.

#### **d) AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO**

No final de cada ação é aplicado um questionário de avaliação de satisfação aos participantes, o qual incide sobre a entidade formadora, a organização da ação e o desempenho dos formadores.

Os dados recolhidos são posteriormente tratados estatisticamente, com o objetivo de apoiar a melhoria contínua da qualidade da formação ministrada, promovendo maior eficácia das ações e um melhor alinhamento com as expectativas e necessidades dos participantes.

##### **— AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS FORMANDOS ÀS FORMAÇÕES**

A satisfação global dos participantes relativamente às formações atingiu uma percentagem anual de 95,82%, distribuída pelos diferentes trimestres conforme ilustrado na figura seguinte.



*Gráfico 7 Satisfação dos formandos às formações, por trimestre*

- **COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS FORMANDOS ÀS FORMAÇÕES**

A figura seguinte apresenta a evolução da percentagem de satisfação dos participantes relativamente às formações ao longo dos anos, permitindo observar a consistência dos níveis de qualidade percebida nas ações formativas desenvolvidas.

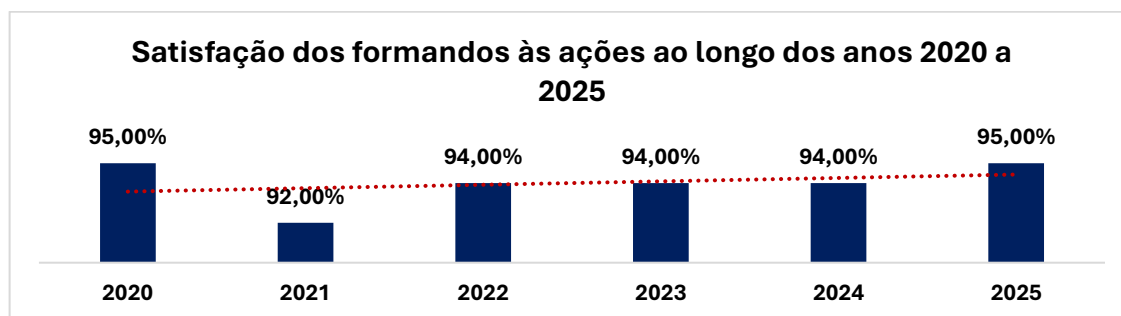


Gráfico 8 Comparação da evolução da avaliação da satisfação dos formandos às formações ao longo dos anos 2020 a 2025

— **AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS FORMANDOS À COORDENAÇÃO DAS FORMAÇÕES**

A figura seguinte apresenta a evolução da percentagem de satisfação dos participantes relativamente às formações ao longo dos anos, permitindo observar a consistência dos níveis de qualidade percebida nas ações formativas desenvolvidas.

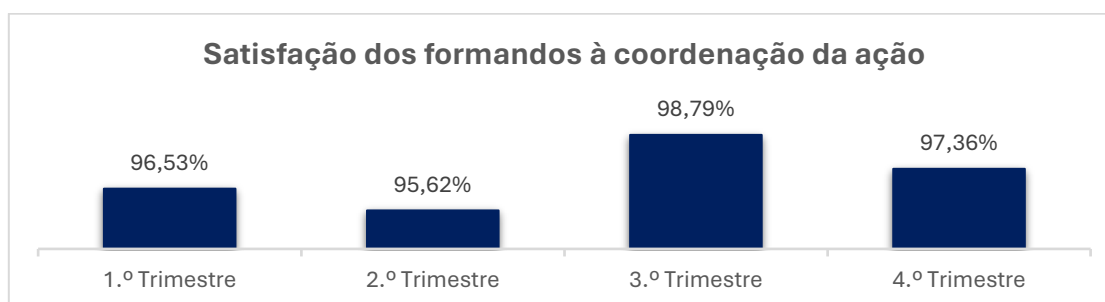


Gráfico 9 Satisfação dos formandos à coordenação das formações, por trimestre

— **AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS FORMANDOS AOS FORMADORES**

A satisfação global dos participantes relativamente ao desempenho dos formadores atingiu uma percentagem anual de 99,31%, distribuída pelos diferentes trimestres conforme ilustrado na figura seguinte.

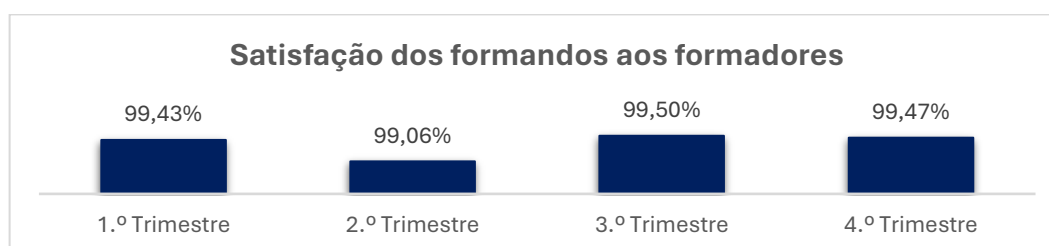


Gráfico 10 Satisfação dos formandos aos formadores, por trimestre

— **AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS FORMANDOS AOS FORMADORES**

A satisfação global dos formadores relativamente ao processo formativo atingiu uma percentagem anual de 95,70%, distribuída pelos diferentes trimestres conforme ilustrado no gráfico seguinte.

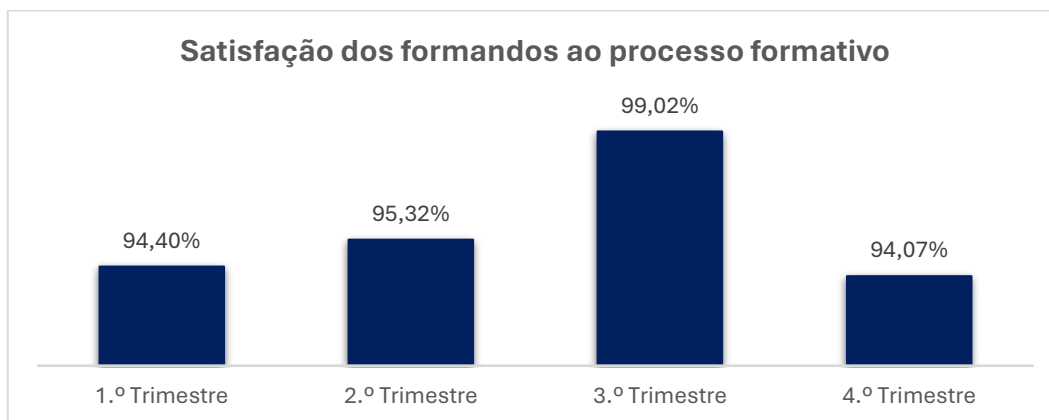


Gráfico 11 Satisfação dos formadores ao processo formativo, por trimestre

**e) MAXIMIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS VAGAS DISPONIBILIZADAS**

A gestão das vagas nas ações formativas foi orientada para garantir o maior nível possível de ocupação, promovendo-se uma articulação contínua com os Corpos de Bombeiros e demais Agentes de Proteção Civil. Para esse efeito, foi solicitada a indicação de suplentes e procedeu-se à redistribuição de vagas sempre que se verificaram desistências ou indisponibilidades.

Esta abordagem permitiu assegurar uma elevada taxa de aproveitamento da oferta formativa, tendo sido preenchidas 96,66% das vagas disponibilizadas nas 352 ações realizadas, o que demonstra a adequação da resposta formativa às necessidades identificadas.

**f) VALORIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS FORMATIVAS E RECEITAS DA ATIVIDADE FORMATIVA**

Ao longo de 2025, foram acolhidas diversas solicitações externas para utilização de salas e cenários de formação, tendo sido possível dar resposta favorável a 24 pedidos apresentados por empresas e outras instituições.

Esta utilização dos espaços e recursos formativos gerou uma receita de 5 685,00 €, evidenciando a valorização das infraestruturas disponíveis e o contributo destas iniciativas para o reforço da cooperação institucional.

Acresce que foram ainda realizadas duas adjudicações de formação externa, que representaram uma receita adicional de 9 556,00 €, contribuindo para a valorização da atividade formativa e para o aproveitamento dos recursos disponíveis.



### 3.3.2 AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO NO ÂMBITO DA COMUNIDADE ESCOLAR

#### ❖ PROJETO “EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA E PREVENÇÃO DE RISCOS”

O projeto Educação para a Segurança e Prevenção de Riscos (ESPR), da Secretaria Regional de Educação, em parceria com o SRPC, IP-RAM, Direção Regional de Saúde, Direção de Serviços do Consumidor e Associação Insular de Geografia, é um projeto que visa desenvolver uma cultura de segurança na escola e na sociedade, partindo da dinâmica interna do próprio estabelecimento de ensino, sendo o Delegado de Segurança da escola o seu principal dinamizador.

Os objetivos são, por um lado, a aplicação dos Planos de Prevenção e Emergência das escolas e a dinamização de atividades inerentes (sensibilização da comunidade educativa, realização de simulacros, entre outras) e, por outro lado, a intervenção direta junto dos alunos (do 1º ao 9º ano de escolaridade), desenvolvida pela incorporação curricular de conteúdos vocacionados para a segurança e a prevenção de riscos.

Esta sensibilização abrange, diretamente, cerca de 20.000 alunos da rede escolar da RAM, do 1º ao 9º ano de escolaridade, recebendo cada aluno várias sessões de 45 a 60 minutos. São também sensibilizados os docentes e não docentes das escolas, bem como os encarregados de educação.

No âmbito da implementação do projeto nas escolas, é da competência do SRPC, IP-RAM elaborar materiais didáticos sobre as seguintes temáticas: Plano de Prevenção e Emergência da Escola; Plano de Emergência Familiar; Riscos Mistos e Tecnológicos; Proteção Civil; e Gestos que Salvam Vidas. Estes materiais são depois apresentados e trabalhados, na sala de aula, pelo Delegado de Segurança escolar ou por um professor aplicador do Projeto.

Para além desta prestação indireta, o SRPC, IP-RAM presta também um apoio direto, nomeadamente: formação dos novos Delegados de Segurança; apoio na elaboração dos Planos de Prevenção e Emergência das Escolas; colaboração na realização de exercícios internos e simulacros nas escolas; dinamização de ações de sensibilização nos estabelecimentos escolares, nomeadamente através dos jogos “Escadas e Mangueiras”, “Trunfo” e “Eu Sei Proteger”.

Em setembro de 2025 iniciou-se a implementação da Estratégia “Todos sabem reanimar”, destinada a todos os alunos do 10º ano de escolaridade das escolas da RAM, onde um enfermeiro do SEMER, com a colaboração de 2 bombeiros do corpo de bombeiros local, dinamiza uma ação de sensibilização de suporte básico de vida, com a duração de 90 minutos.

No ano de 2025, os técnicos do SRPC, IP-RAM realizaram, no âmbito deste projeto, 191 ações de sensibilização nas escolas, num total de 296 sessões, para um total de 5518 participantes.



*Figura 7 Imagens demonstrativas da implementação do projeto*

Da totalidade das ações solicitadas, apenas uma não foi aceite por falta de disponibilidade do SEMER para o horário pretendido.

#### ❖ **OUTRAS AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO DE ÂMBITO ESCOLAR**

Para além das ações realizadas no âmbito dos projetos anteriormente mencionados, o SRPC, IP-RAM dinamiza nas escolas, para os vários integrantes da comunidade educativa (alunos, docentes, não docentes e encarregados de educação) outras ações de sensibilização pontuais.

No ano de 2025, realizaram-se 2 ações deste tipo, num total de 2 sessões, para um total de 96 participantes.

Foram aceites a totalidade das ações solicitadas.



*Figura 8 Imagens demonstrativas da implementação das ações*

#### ❖ **EXERCÍCIOS E SIMULACROS ESCOLARES**

Segundo o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010/M, de 25 de junho, na sua redação atual, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, na sua redação atual, e a respetiva Portaria regional n.º 29/2013, de 22 de abril, que adapta à Região Autónoma da Madeira a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, na sua redação atual, os estabelecimentos de ensino devem realizar, periodicamente, simulacro/exercícios com vista à criação

de rotinas de comportamento e de atuação, bem como ao aperfeiçoamento dos procedimentos inscritos nos seus planos de emergência internos.

De forma a acompanhar e colaborar na avaliação destes simulacros/exercícios, os técnicos do SRPC, IP-RAM estiveram presentes, durante o ano de 2025, em 61 simulacros (exercícios que contaram com a participação de entidades externas) e em 49 exercícios internos.



*Figura 9 Imagens demonstrativas da implementação dos simulacros/exercícios*

#### ❖ **FORMAÇÃO DELEGADOS DE SEGURANÇA DAS ESCOLAS DA RAM**

No âmbito do projeto “Educação para a Segurança e Prevenção de Riscos”, realizou-se, de 19 de setembro a 10 de outubro, no auditório do SRPC, IP-RAM, uma formação de vinte e cinco horas destinada aos novos Delegados de Segurança escolares da RAM.

Os docentes com este cargo têm a missão de desenvolver anualmente, em cada escola, as medidas obrigatórias por lei relativas à segurança contra incêndios, nomeadamente a sensibilização da comunidade escolar relativa aos seus planos de prevenção e emergência, assim como a execução de exercícios internos de evacuação e abrigo, bem como de simulacros com as autoridades. Estes docentes dinamizam ainda conteúdos relativos a outras situações de segurança e de risco, incluindo os gestos que salvam vidas ou a prevenção de riscos mistos e tecnológicos.

Nesta formação, creditada pela Direção Regional de Educação, estiveram presentes técnicos do SRPC, IP-RAM, que abordaram as seguintes temáticas: Plano de Emergência da Escola e Plano de Emergência Familiar; Riscos Mistos e Tecnológicos; Proteção Civil; e Gestos que salvam vidas.

Na formação estiveram inscritos 59 participantes, tendo finalizado a mesma com aproveitamento 55.

#### ❖ **A TERRA TREME**

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) promove anualmente o exercício público, de âmbito nacional, de sensibilização para o risco sísmico “A Terra Treme”.

A Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, através do SRPC, IP-RAM, associou-se, uma vez mais, a este exercício que se realizou a 5 de novembro, às 11h05.

O objetivo desta ação é capacitar todos os cidadãos nas medidas a adotar em caso de sismo, pelo que durante o mesmo se deve exercitar, durante 1 minuto, os “3 gestos que salvam: Baixar, proteger e Aguardar”, sendo imperioso o conhecimento por todos, das medidas preventivas e os comportamentos de autoproteção a adotar, Antes, Durante e Depois da ocorrência de um sismo.

No exercício participaram 104 escolas da RAM e 21.318 alunos.



*Figura 10 Imagens demonstrativas da implementação*

#### ❖ VISITAS DE ESTUDO AO SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM

O SRPC, IP-RAM encontra-se sempre disponível, e de portas abertas, para receber escolas, associações e outras instituições que queiram melhor conhecer a estrutura, organização e funcionamento deste Serviço.

Durante as visitas, os participantes têm a oportunidade de visitar e conhecer a Sala de Operações, bem como a missão e o funcionamento da Equipa Médica de Intervenção Rápida (EMIR). Os visitantes têm também a oportunidade de conhecer os cenários de Formação e visitar o meio aéreo e respetiva equipa helitransportada.

No ano de 2025, a Divisão de Formação foi responsável pela realização de 4 visitas, num total de 174 visitantes.



*Figura 11 Imagens demonstrativas da implementação das visitas*



## ❖ PROGRAMA **BOMBFIT** RAM

O *BombFit* RAM é um programa orientado para a melhoria da condição física, da saúde e do desempenho operacional dos bombeiros voluntários e profissionais da Região Autónoma da Madeira, através da implementação regular de treinos físicos estruturados. A iniciativa visa reforçar a capacidade física dos operacionais, contribuindo para o desempenho seguro e eficaz das suas funções nas atividades de proteção civil e socorro.

Os objetivos gerais e específicos do programa encontram-se sintetizados na tabela seguinte.

*Tabela 8 Objetivos gerais e específicos do Programa Bombfit RAM*

### Objetivos Gerais

- Prevenir lesões, baixas médicas, doenças crónicas;
- Promover a saúde – mudança de atitude (hábitos de vida saudáveis);
- Melhorar performance, rapidez e eficácia das tarefas;
- Criar autonomia e motivação para realizar os treinos sozinhos;
- Fomentar um bem-estar geral entre o grupo;
- Melhoria da autoestima.

### Objetivos Específicos

- Evidenciar uma caracterização dos bombeiros da RAM, relativamente à sua composição corporal e condição física e associá-las às exigentes tarefas praticadas no socorro;
- Desenvolver linhas diretoras que permitam identificar necessidade e possibilitem a atuação na manutenção e/ou melhoria das capacidades físicas dos bombeiros para o melhor desempenho profissional.

O programa é implementado de acordo com uma metodologia estruturada, apresentada na tabela seguinte.

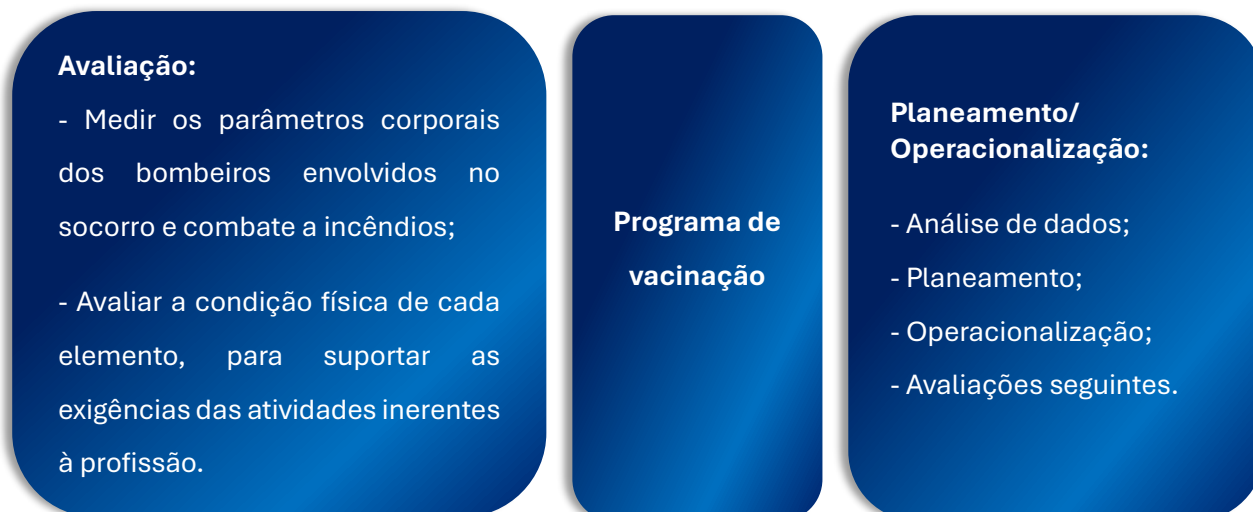


Tabela 9 Metodologia Bombfit RAM

Esta iniciativa teve início em 2018, em parceria com a Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo sido reforçada em 2022 com a integração de dois preparadores físicos e o aumento do número de sessões semanais de treino, passando a incluir até cinco sessões semanais nos Corpos de Bombeiros aderentes.

Em 2025, o início de quatro novas formações de ingresso na carreira de bombeiro voluntário traduziu-se num aumento significativo do número de participantes no programa, verificando-se um acréscimo de 163% de novos elementos em treino.

Os principais dados estatísticos do programa encontram-se apresentados na figura seguinte.



Figura 12 Dados Estatísticos do Bombfit RAM

## ❖ OUTRAS SESSÕES DE TREINO

Para além do programa dirigido aos bombeiros, foram dinamizadas sessões regulares de ginástica laboral destinadas aos trabalhadores do SRPC, IP-RAM, com o objetivo de promover a saúde ocupacional, prevenir lesões e melhorar o bem-estar geral.

Estas sessões procuraram capacitar os participantes para a adoção de posturas corretas, estimular hábitos de vida saudáveis, prevenir problemas músculo-esqueléticos e promover a motivação e integração entre os colaboradores. A planificação incluiu diferentes componentes de treino, designadamente exercícios de força, resistência muscular, trabalho cardiovascular e exercícios metabólicos.

Durante o ano de 2025 registaram-se 118 participações nas 59 sessões realizadas, conforme ilustrado na figura seguinte.



*Figura 13 Dados Estatísticos do Ginástica Laboral dos colaboradores do SRPC, IP-RAM*

## ❖ AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FÍSICA

No ano de 2025 foi realizada, no mês de novembro, uma avaliação da capacidade física no âmbito do Programa de Melhoria da Condição Física dos Bombeiros da RAM – *BombFit*, com o objetivo de monitorizar a evolução dos participantes e aferir a adequação dos planos de treino implementados.

Esta avaliação permitiu recolher informação relevante sobre parâmetros associados à aptidão física dos bombeiros, contribuindo para uma caracterização mais rigorosa da condição física dos operacionais e para a identificação de necessidades de intervenção ao nível da preparação física.

Os resultados obtidos evidenciam que os bombeiros que participam regularmente nas sessões de treino apresentam indicadores mais favoráveis quando comparados com elementos não participantes, reforçando a importância do programa na promoção da saúde, na prevenção de lesões e na melhoria do desempenho operacional.

A monitorização periódica destes indicadores constitui, assim, um instrumento relevante para apoiar o planeamento das sessões de treino, ajustar metodologias e reforçar a eficácia das medidas de promoção e monitorização da condição física dos operacionais.



### 3.3.3 ANÁLISE GLOBAL DA ATIVIDADE DA FORMAÇÃO

O ano de 2025 ficou marcado por uma evolução muito significativa da atividade desenvolvida, traduzida no reforço da qualificação técnica e operacional dos agentes de proteção civil, na ampliação da intervenção preventiva junto da comunidade e na consolidação do sistema formativo regional. Estes resultados assumem particular relevância quando analisados à luz do contexto em que foram alcançados.

Com efeito, o início do ano caracterizou-se por uma capacidade de recursos humanos reduzida face ao volume de atividade a assegurar, o que constituiu um desafio permanente à gestão da resposta formativa, do treino operacional e das ações de sensibilização. A este constrangimento acresceu um enquadramento institucional marcado por instabilidade política e pela ausência de orçamento aprovado durante parte significativa do período, circunstâncias que tornaram os processos administrativos mais morosos e exigiram um esforço acrescido de planeamento, articulação e gestão.

Neste contexto particularmente exigente, a continuidade da atividade e a superação das metas inicialmente definidas revelam a elevada capacidade de adaptação do sistema formativo e, sobretudo, o forte compromisso dos colaboradores envolvidos. O sentido de missão, a disponibilidade e o empenho demonstrados permitiram manter níveis elevados de qualidade e cobertura das iniciativas desenvolvidas, assegurando que a capacitação do sistema regional de proteção civil não fosse comprometida. O reforço de recursos humanos apenas concretizado no final do ano veio, assim, consolidar uma dinâmica que, na prática, já vinha sendo sustentada pelo esforço coletivo ao longo de todo o período.

É neste enquadramento que se compreende a evolução registada no domínio da formação e do treino, onde se verificou uma execução muito superior ao inicialmente planeado. Este resultado decorreu da necessidade de integrar continuamente ações emergentes, de incorporar lições aprendidas e de ajustar a capacitação às dinâmicas operacionais do sistema regional de proteção civil. A introdução dos treinos operacionais constituiu, neste processo, um marco particularmente relevante, ao aproximar a formação do contexto real de intervenção e reforçar a consolidação de procedimentos.

Paralelamente, a área da sensibilização escolar conheceu igualmente um crescimento expressivo. Para além da continuidade dos projetos estruturantes, a implementação da estratégia “Todos Sabem Reanimar” veio reforçar a capacitação dos jovens em matérias essenciais de autoproteção e suporte básico de vida, ampliando o alcance da intervenção preventiva e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de segurança mais informada e resiliente.



A qualidade da resposta desenvolvida encontra reflexo nos níveis de satisfação registados, consistentemente elevados ao longo do ano, evidenciando a adequação dos conteúdos, a solidez pedagógica das ações e a eficácia organizacional das iniciativas implementadas.

Assim, mais do que a expressão quantitativa dos resultados, o balanço de 2025 evidencia a robustez do sistema formativo enquanto instrumento estratégico do sistema regional de proteção civil. A capacidade de adaptação demonstrada, aliada ao compromisso dos colaboradores e à consolidação progressiva dos instrumentos de capacitação, constitui uma base sólida para a continuidade do investimento na qualificação, na prevenção e na melhoria contínua da preparação operacional nos anos subsequentes.

---

### **3.4 DIVISÃO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS**

---

No âmbito da Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE), a intervenção da Divisão de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (DSCIE) processa-se em duas fases distintas do ciclo de vida dos edifícios e recintos:

**1. Fase de Operações Urbanísticas:**

- a.** Análise técnica e emissão de parecer aos Projetos de Especialidade de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (PSCIE);
- b.** Participação em vistorias, mediante solicitação da entidade licenciadora (VIS).

**2. Fase de Utilização e Exploração:**

- a.** Análise e emissão de parecer às Medidas de Autoproteção (MAP);
- b.** Realização de inspeções regulares (INSP) para verificação da manutenção das condições de segurança e implementação das MAP;
- c.** Acompanhamento e participação como observadores em simulacros (SI);
- d.** Promoção e participação em ações de sensibilização e formação técnica.

---

#### **3.4.1 ANÁLISE DA ATIVIDADES E VOLUME DE SERVIÇO**

---

O histórico do volume operacional da Divisão reflete a procura contínua pelos serviços de SCIE. A evolução das solicitações anuais, que agregam pedidos de PSCIE, MAP, INSP, VIS e SI, entre outros, encontra-se detalhada no gráfico seguinte:

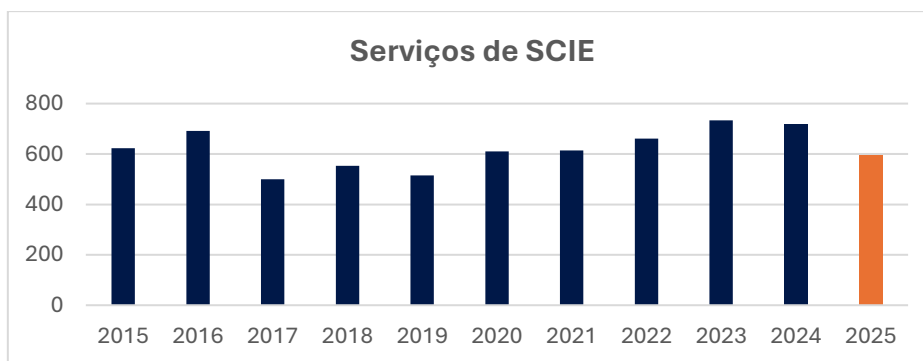


Gráfico 12 Número de solicitações anuais referentes aos serviços de SCIE

Focando a análise no último período homólogo, o Gráfico n.º 2 ilustra a distribuição temporal das solicitações ao longo do ano de 2025.

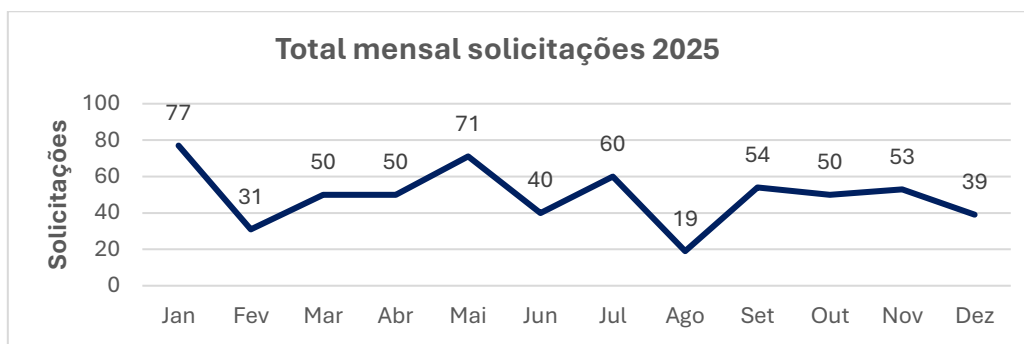


Gráfico 13 Distribuição das solicitações no ano de 2025

Para uma compreensão mais específica da natureza dos processos, os dados foram segmentados de acordo com os critérios de risco e utilização previstos na legislação vigente:

- A distribuição por Utilizações-Tipo (UT) é apresentada no gráfico abaixo.

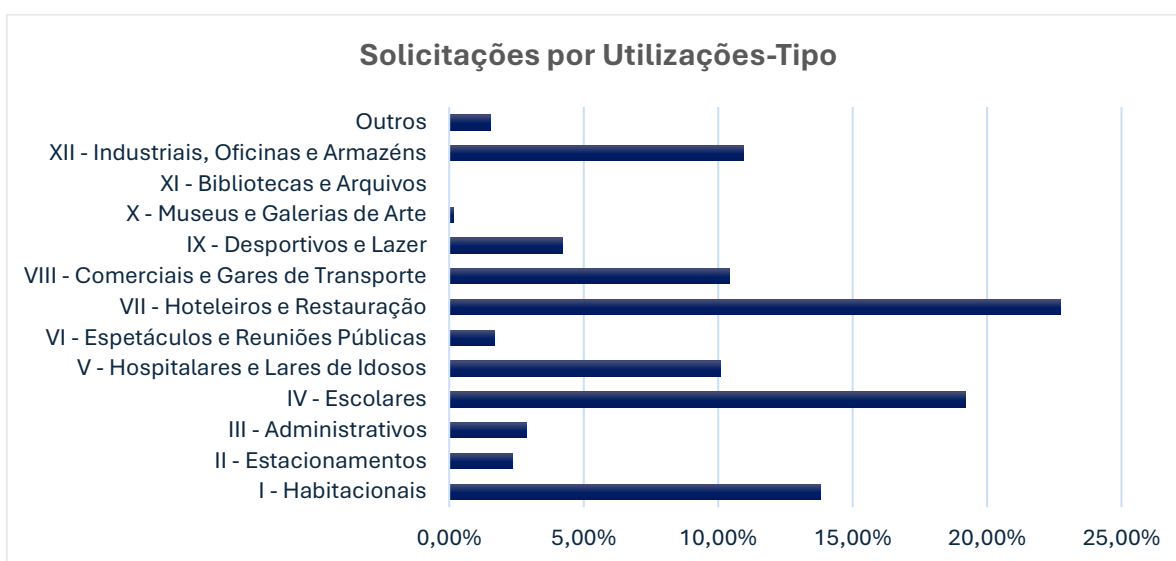


Gráfico 14 Distribuição das solicitações por UT

O enquadramento por Categorias de Risco encontra-se sistematizado no passo seguinte.

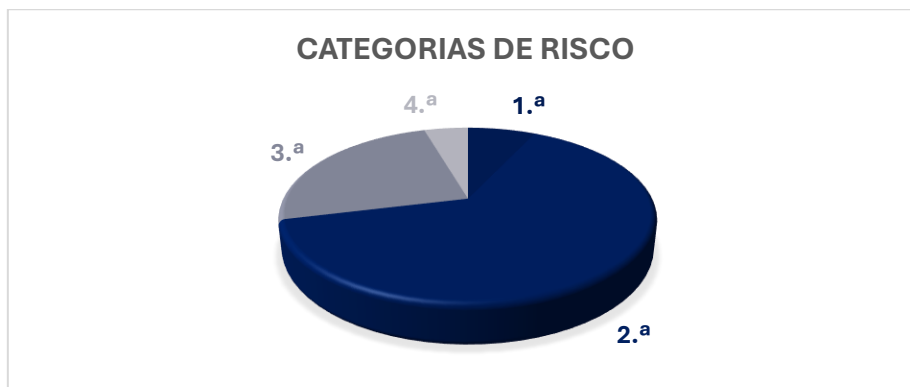


Gráfico 15 Distribuição das solicitações por categoria de risco

### 3.4.2 DESEMPENHO POR TIPOLOGIA DE SERVIÇO

A diversidade da intervenção técnica da DSCIE em 2025 pode ser observada através da distribuição das solicitações pelos diferentes serviços prestados. Para efeitos de leitura do gráfico correspondente, consideram-se as seguintes designações:

- **PSCIE:** Projeto de Segurança Contra Incêndio em Edifícios;
- **MAP:** Medidas de Autoproteção;
- **VIST:** Vistorias;
- **INSP:** Inspeções;
- **SI:** Simulacros;
- **REU:** Reuniões técnicas;
- **PPEI/EDI:** Pedidos de parecer, esclarecimento, intervenção ou entrada de documentos/informação.

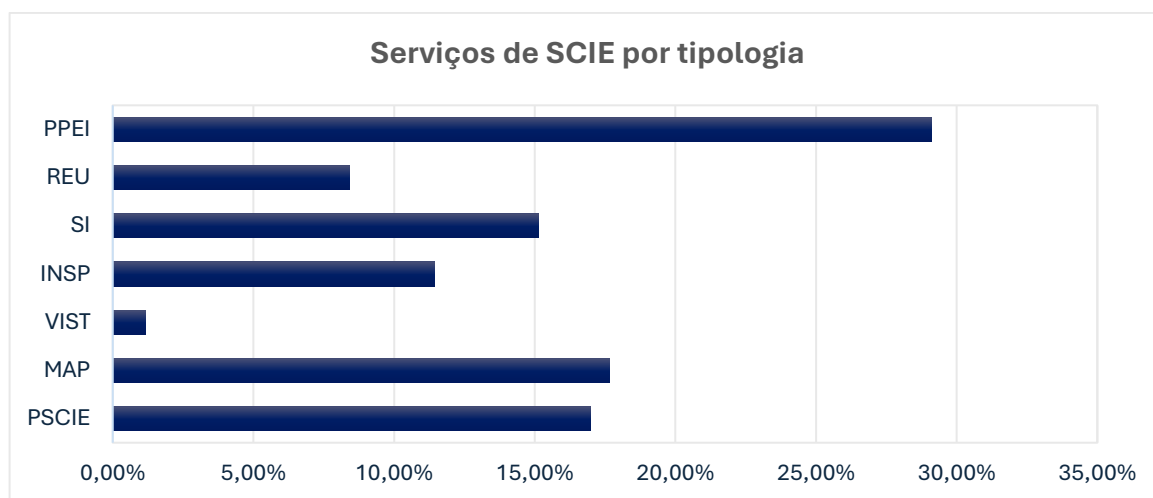


Gráfico 16 Distribuição das solicitações pelos vários serviços de SCIE

Quanto à eficácia da resposta operacional, o volume total de processos concluídos está indicado no gráfico abaixo.

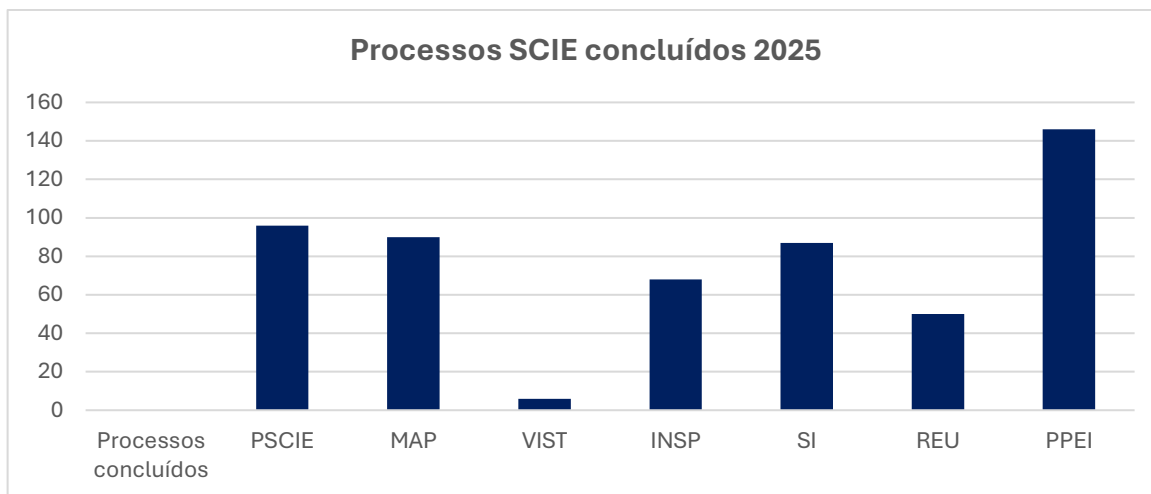


Gráfico 17 Processos concluídos

Complementarmente, as taxas de execução alcançadas nos principais serviços da Divisão são detalhadas a seguir.



Gráfico 18 Taxas de execução

### 3.4.3 GABINETE DE INFRAESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

Relativamente ao trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Infraestruturas e Manutenção (GIM), em suporte e colaboração transversal às várias estruturas orgânicas flexíveis do SRPC, IP-RAM, destacam-se, durante o ano de 2025, as seguintes intervenções:

### ❖ **AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE MEIOS AÉREOS (CMA)**

Execução dos trabalhos de ampliação para a criação de uma posição de estacionamento destinada a uma segunda aeronave. A intervenção incluiu a reabilitação da área de manobras do Heliporto da Cancela e a respetiva validação técnica junto da ANAC.



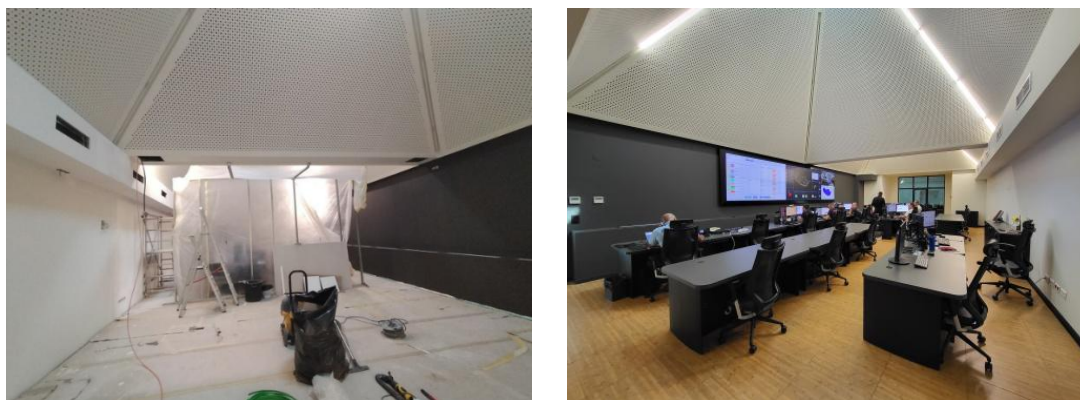
*Figura 14 Trabalhos de Ampliação do CMA – Heliporto da Cancela*



*Figura 15 Vista aérea do Heliporto da Cancela ampliado*

### ❖ **REESTRUTURAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE COMUNICAÇÕES (CIC-CROS)**

Obras de beneficiação e inovação do Centro Integrado de Comunicações do Comando Regional de Operações de Socorro. O projeto visou a otimização do espaço com a criação de novos postos de trabalho e áreas de intervenção técnica diferenciadas.



*Figura 16 Trabalhos de Restruturação*

### ❖ INTERVENÇÕES EM CENÁRIOS DE TREINO OPERACIONAL

No âmbito da manutenção e otimização das infraestruturas de formação, foram realizadas as seguintes intervenções:

#### **a) CENÁRIO DE VALA TÉCNICA**

Apoio e acompanhamento ao arranque do Cenário de Vala Técnica, com a execução de trabalhos pontuais destinados à agilização e melhoria do funcionamento operacional deste cenário.

#### **b) CENÁRIO DA CASA DE FOGO**

Intervenção profunda de beneficiação e manutenção no cenário "Casa de Fogo", incidindo nos seguintes pontos:

- Reabilitação estrutural de contentores e substituição de chapas degradadas;
- Reparação e instalação de novas condutas de extração de fumos;
- Trabalhos de pintura geral e beneficiação estética e funcional de diversos elementos do cenário.

### ❖ PLANEAMENTO E GESTÃO DE EMPREITADAS

Desenvolvimento dos Processos de Constatação de Necessidade, incluindo as respetivas consultas ao mercado e a elaboração de listagens de trabalhos e especificações técnicas para a Empreitada de Reabilitação e Recuperação do Quartel dos Corpos de Bombeiros da Ribeira Brava e Ponta do Sol – 1.ª Fase. Esta intervenção encontra-se estruturada nos seguintes lotes:

- **Lote 1:** Instalação de quadros elétricos e grupo de emergência no respetivo Quartel;
- **Lote 2:** Reabilitação e melhoria das condições de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE);
- **Lote 3:** Reabilitação do pavimento da parada do Quartel;



- **Lote 4:** Impermeabilização e isolamento de coberturas, bem como a reabilitação da fachada sul.

#### ❖ **GESTÃO, MANUTENÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS**

Este domínio de atuação focou-se na garantia da operacionalidade e conformidade técnica das instalações, através das seguintes ações:

- **Gestão de Manutenção:** Acompanhamento rigoroso dos contratos associados à manutenção preventiva e corretiva das instalações e infraestruturas integrantes do Complexo do SRPC, IP-RAM;
- **Apoio a Ações Inspetivas:** Acompanhamento das ações inspetivas promovidas pela Inspeção Regional de Bombeiros, especificamente na vertente da Gestão da Infraestrutura, abrangendo a avaliação técnica de espaços funcionais e operacionais.

---

### **3.5 DIVISÃO DE APOIO JURÍDICO E DE CONTRATAÇÃO**

---

As atividades desenvolvidas pela DAJC, durante o ano em apreço, centraram-se na garantia da conformidade legal e no suporte técnico-jurídico transversal ao SRPC, IP-RAM. A atuação da divisão foi determinante na gestão de procedimentos de contratação pública e na instrução de processos de contraordenação e execuções fiscais, assegurando a robustez administrativa e a segurança jurídica da Instituição no exercício das suas competências na RAM

---

#### **3.5.1 ASSUNTOS JURÍDICOS**

---

##### ❖ **PROTOCOLOS**

No âmbito do reforço das parcerias estratégicas, esta Divisão formalizou a celebração de 9 (nove) protocolos de colaboração, estabelecendo compromissos com as seguintes entidades:

*Tabela 10 Protocolos*

<b>Entidade</b>	<b>Objeto</b>
<i>Agência para a Modernização Administrativa, I.P.</i>	Desmaterialização e disponibilização de serviços através do portal único de serviços da administração pública.
<i>Município do Funchal</i>	Otimizar a gestão e a coordenação de operações de proteção e socorro, através da partilha de dados entre a Central Municipal



	<p>de Operações de Socorro (CMOS) do Município do Funchal e o Comando Regional de Operações de Socorro (CROS) do SRPC, IP-RAM.</p>
<i>Comando Operacional da Madeira</i>	<p>Alojamento dos formadores que se deslocam do continente para ministrar formação, na RAM, aos agentes de proteção civil, de modo a otimizar os recursos financeiros alocados à formação e qualificação dos bombeiros e demais agentes de proteção civil, promovendo a eficiência e sustentabilidade das ações formativas.</p>
<i>Escola Nacional de Bombeiros</i>	<p>Promoção da formação humana, profissional e cultural dos bombeiros e demais agentes de proteção civil, de modo a fortalecer as capacidades operacionais e a garantir a excelência no desempenho das suas funções.</p>
<i>Escola Básica e Secundária Gonçalves Zarco</i>	<p>Implementação, lecionação e acompanhamento do curso de formação profissional de Bombeiro, conforme previsto no Catálogo Nacional de Qualificações, no âmbito da oferta educativa da Escola.</p>
<i>Grupo Português de Triagem de Prioridades</i>	<p>Adoção e implementação do Protocolo de Triagem Telefónica e Aconselhamento de Manchester no Serviço de Emergência Médica.</p>
<i>MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.</i>	<p>Serviços de assistência técnica/monitorização à Rede de Comunicações.</p>
<i>Regimento de Guarnição n.º 3</i>	<p>Apoio a prestar pelo RG3 ao SRPC, IP-RAM, enquanto entidade da Proteção Civil, na vigilância Florestal da ilha da Madeira, como ação de prevenção contra incêndios e particularmente na defesa da floresta e garantia e salvaguarda das condições de vida das populações locais.</p>
<i>Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM</i>	<p>Proceder à criação de uma equipa de missão com disponibilização de profissionais integrados nas carreiras de enfermagem do SESARAM, EPERAM e do SRPC, IP-RAM, com o intuito de capacitar a comunidade, dotando-os de competências para executar o Suporte Básico de Vida (SBV).</p>



## ❖ PEDIDO DE ACESSO A INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS

No que concerne ao exercício do direito de acesso a documentos administrativos, a DAJC assegurou a instrução e resposta a 12 (doze) pedidos de informação. Estes processos incidiram sobre Relatórios de Intervenção da Equipa Médica de Intervenção Rápida EMIR, exigindo uma análise rigorosa da legitimidade dos requerentes e o estrito cumprimento das normas de salvaguarda de dados sensíveis, culminando na emissão dos respetivos ofícios formais.

## ❖ INICIATIVAS LEGISLATIVAS

No decurso do ano de 2025, a DAJC assegurou a elaboração e o acompanhamento jurídico das seguintes iniciativas legislativas:

- **Regulamentação de Distinções Honoríficas:** Elaboração da Proposta de Portaria que institui o regulamento para a atribuição da Medalha de Mérito de Emergência e Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira;
- **Credenciação Técnica em SCIE:** Elaboração da Portaria que regulamenta a credenciação de técnicos municipais. Esta medida visa habilitar os técnicos responsáveis pela apreciação de projetos, medidas de autoproteção (MAP), bem como pela realização de vistorias e inspeções de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE) para edifícios e recintos classificados na 1.ª Categoria de Risco;
- **Revisão Estatutária:** Elaboração da Proposta de Portaria que procede à 2.ª alteração aos Estatutos do SRPC, IP-RAM, visando o ajuste da estrutura orgânica às necessidades operacionais vigentes.

## ❖ AUTOS DE CEDÊNCIA

No decurso do ano de 2025, a DAJC assegurou a instrução jurídica e a formalização de 13 (treze) Autos de Cedência, destinados a reforçar a capacidade operacional de diversas entidades do setor.

### a) CEDÊNCIAS A ENTIDADES MUNICIPAIS E ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS

O apoio logístico e operacional materializou-se na cedência dos seguintes bens e equipamentos:

- **Equipamentos de Proteção Individual (EPI):** Formalização da cedência a um conjunto alargado de beneficiários, nomeadamente às Câmaras Municipais de Machico e Santa Cruz, bem como às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV) de Machico, Ribeira Brava e Ponta do Sol, Santana, Calheta, Câmara de Lobos, São Vicente e Porto Moniz, e Porto Santo;



- **Meios Móveis e Operacionais:**
  - Cedência de uma Ambulância de Socorro (ABSC) à Câmara Municipal de Santa Cruz;
  - Cedência de um Veículo Escada usado à AHBV do Porto Santo;
- **Material Diverso:** Cedência de 51 cadeiras à Câmara Municipal de Machico.

#### **b) RECEÇÃO DE BENS E PROTOCOLOS ESPECÍFICOS**

Destaque ainda para a cooperação com o setor privado e a consolidação de protocolos de utilização:

- **Reforço de Frota (Receção):** Celebração de auto de cedência com a empresa RODOESTE – Transportadora Rodoviária da Madeira, Lda., relativo a um autocarro usado, para integração na frota do SRPC, IP-RAM;
- **Protocolo de Cedência:** Formalização do protocolo referente ao Veículo Escada (BV-86-GA) com a AHBV do Porto Santo.

*Tabela 11 Autos de Cedência*

<b>Entidade Beneficiada</b>	<b>Objeto</b>
<i>Câmara Municipal de Machico</i>	Cedência de 51 cadeiras
<i>Câmara Municipal de Santa Cruz</i>	Ambulância de Socorro (ABSC)
<i>Câmara Municipal de Machico</i>	Equipamentos de Proteção Individual
<i>Câmara Municipal de Santa Cruz</i>	Equipamentos de Proteção Individual
<i>AHBV Machico</i>	Equipamentos de Proteção Individual
<i>AHB da Ribeira Brava e Ponta do Sol</i>	Equipamentos de Proteção Individual
<i>AHBV Santana</i>	Equipamentos de Proteção Individual
<i>AHBV Calheta</i>	Equipamentos de Proteção Individual
<i>AHBV Câmara de Lobos</i>	Equipamentos de Proteção Individual
<i>AHBV São Vicente e Porto Moniz</i>	Equipamentos de Proteção Individual
<i>AHBV Porto Santo</i>	Equipamentos de Proteção Individual
<i>AHBV Porto Santo</i>	Veículo escada usado

### 3.5.2 CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No âmbito das atividades realizadas por esta Divisão, através do Gabinete de Contratação foram realizados em 2025, 250 Procedimentos de Contratação Pública, totalizando um valor de € 3.138.145,87 (três milhões, cento e trinta e oito mil, cento e quarenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos), nomeadamente:

- 81 Ajustes Diretos no Regime Simplificado;
- 26 Ajustes Diretos no Regime Geral;
- 9 Consultas Prévias;
- 7 Concursos Públicos;
- 126 Contratação Excluída;
- 1 Central de Compras.

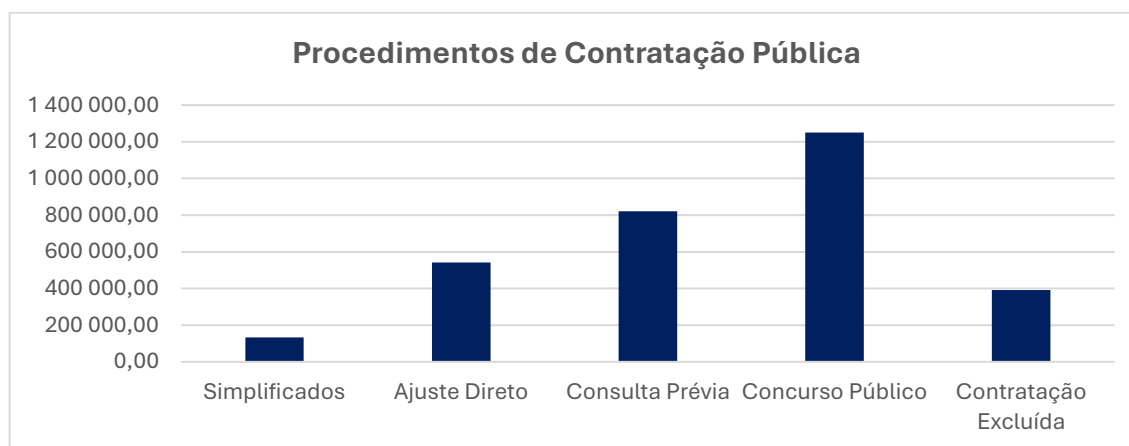


Gráfico 19 Procedimentos de Contratação Pública

Relativamente à tipificação dos contratos celebrados, e no âmbito do controlo de despesas realizado por este Gabinete de Contratação, apuramos que os 262 procedimentos são referentes a empreitadas de obras públicas e à aquisição de bens e serviços.



Figura 17 Imagens ilustrativas de bens adquiridos



### 3.6 DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira desenvolvida em 2025 orientou-se pelo rigor na afetação de recursos e pelo cumprimento dos princípios contabilísticos da especialização, continuidade, consistência e materialidade. Esta postura assegurou uma imagem fiel da posição financeira, do desempenho económico e da execução orçamental da instituição.

A atividade da Divisão focou-se nos seguintes eixos estratégicos:

- **Equilíbrio e Sustentabilidade:** A execução orçamental decorreu de forma equilibrada, garantindo o cumprimento dos compromissos assumidos, apesar dos constrangimentos financeiros verificados no exercício.
- **Transparência e Prestação de Contas:** Elaboração e análise das demonstrações financeiras obrigatórias — Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas e Balancete — assegurando a fiabilidade da informação e a transparência na gestão.
- **Monitorização e Controlo:** Promoção da articulação sistemática entre a contabilidade orçamental e financeira para garantir:
  - O controlo rigoroso da despesa e da receita;
  - A adequada afetação patrimonial de bens e responsabilidades;
  - A produção de informação de suporte à tomada de decisão estratégica;
  - O cumprimento tempestivo de todas as obrigações legais de reporte.
- **Melhoria Contínua:** Implementação de análises económico-financeiras que permitiram identificar lacunas, propor medidas corretivas e reforçar a sustentabilidade financeira da entidade.

#### DADOS GERAIS DO ORÇAMENTO SRPC, IP-RAM 2025

O orçamento do SRPC, IP-RAM, inserido no Orçamento da RAM, o qual foi aprovado com a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 02/2025/M, de 2 de julho e executado pelo disposto no Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2025/M de 1 de setembro, contemplava um total de **21.656.734,00€**.

Com os posteriores ajustamentos e alterações, o orçamento corrigido passou a **24.417.581,00€**.



### 3.6.1 EXECUÇÃO DA DESPESA

Os agrupamentos de despesa que compuseram o orçamento inicial apresentavam-se repartidos da forma seguinte:

Tabela 12 Orçamento inicial da despesa

<i>Designação</i>	<i>Orçamento Corrigido</i>	<i>%</i>
<b>Orçamento de Funcionamento (OF)</b>	<b>8 505 271,00</b>	<b>100%</b>
<i>Despesas c/Pessoal</i>	4 352 746,00	51%
<i>Aquisições de Bens e Serviços</i>	1 252 375,00	15%
<i>Transferências correntes</i>	1 507 025,00	18%
<i>Outras despesas correntes</i>	17 164,00	0,2%
<i>Despesas de Capital</i>	1 375 961,00	16%
<i>Outras despesas de capital</i>		
<b>Orçamento de Investimento (OI)</b>	<b>13 151 463,00</b>	<b>100%</b>
<i>Despesas c/Pessoal</i>	49 679,00	0%
<i>Aquisições de Bens e Serviços</i>	4 535 739,00	34%
<i>Transferências correntes</i>	5 692 530,00	43%
<i>Despesas de Capital</i>	2 873 515,00	22%
<i>Outras despesas de capital</i>	-	0%
<b>Total (OF+OI)</b>	<b>21 656 734,00</b>	

Face à manifesta insuficiência da dotação inicial atribuída - agravada pelas cativações impostas pela legislação aplicável e pelo acréscimo de encargos com pessoal tornou-se imperioso desencadear todos os mecanismos legalmente previstos para suprir a situação de suborçamentação verificada.

Neste contexto, foi adotada uma gestão proativa, assente num acompanhamento permanente e num controlo rigoroso da execução orçamental, tanto da despesa como da receita. Procedeu-se à proposta e subsequente autorização de diversas alterações orçamentais, visando a reafectação de rubricas e a mitigação do défice apurado. Foram, assim, aprovados créditos especiais, a integração do saldo de gerência anterior, descativações e reforços/anulações orçamentais, cujos efeitos se encontram refletidos no quadro infra, com a respetiva desagregação por tipo de orçamento.



No geral, no final do ano, o orçamento corrigido situou-se em 24.417.581,00€, de acordo com o quadro infra:

Tabela 13 Orçamento corrigido da despesa

<i>Designação</i>	<i>Orçamento Corrigido</i>	<i>%</i>
<b>Orçamento de Funcionamento (OF)</b>	<b>11 593 807,00</b>	<b>100%</b>
<i>Despesas c/Pessoal</i>	3 862 348,00	33%
<i>Aquisições de Bens e Serviços</i>	1 636 169,00	14%
<i>Transferências correntes</i>	1 483 063,00	13%
<i>Outras despesas correntes</i>	17 164,00	0%
<i>Despesas de Capital</i>	4 501 706,00	39%
<i>Outras despesas de capital</i>	93 357,00	1%
<b>Orçamento de Investimento (OI)</b>	<b>12 823 774,00</b>	<b>100%</b>
<i>Despesas c/Pessoal</i>	52 127,00	0%
<i>Aquisições de Bens e Serviços</i>	4 152 719,00	32%
<i>Transferências correntes</i>	5 692 534,00	44%
<i>Despesas de Capital</i>	2 826 754,00	22%
<i>Transferências de capital</i>	99 640,00	1%
<b>Total (OF+OI)</b>	<b>24 417 581,00</b>	--

A execução orçamental totalizou 12.572.929,64€ entre o orçamento de funcionamento e o orçamento de investimento (PIDDAR), conforme os seguintes quadros:

Tabela 14 Origem de financiamento da despesa

<i>Origem de Financiamento</i>	<i>Dotação Corrigida</i>	<i>Cabimentos</i>	<i>Compromissos</i>	<i>Pagamentos</i>
<i>Financiamento UE</i>	2 818 631,00	590 097,59	590 097,59	581 406,85
<i>GRAM</i>	12 372 248,00	12 266 017,90	12 266 017,90	12 170 100,56
<i>Receita Própria</i>	4 921 692,00	3 195 943,64	3 195 943,64	2 168 113,27
<i>Fundo coesão</i>	778 482,00	22 289,40	22 289,40	22 289,40
<i>Saldo de Gerência</i>	3 526 528,00	1 880 562,67	1 880 562,67	1 876 737,37
<b>Total</b>	<b>24 417 581,00</b>	<b>17 954 911,20</b>	<b>17 954 911,20</b>	<b>16 818 647,45</b>
<b>Execução %</b>	--	<b>74%</b>	<b>74%</b>	<b>69%</b>



Tabela 15 Execução da despesa

DESIGNAÇÃO	Planeado	Corrigido	Disponível	Cabimentos	Execução (31.dez.2025)	Desvio Executado / Disponível (31.12.2025)	Desvio orçamental	Taxa de Execução (face ao planeado)	Taxa de Execução (face ao corrigido)	Taxa de Execução (face ao disponível)
<b>Orçamento de Funcionamento (OF)</b>	<b>8 505 271,00</b>	<b>11 593 807,00</b>	<b>11 593 807,00</b>	<b>8 368 427,73</b>	<b>7 241 829,20</b>	<b>3 225 379,27</b>	<b>3 225 379,27</b>	<b>33%</b>	<b>30%</b>	<b>31%</b>
Despesas c/Pessoal	4 352 746,00	3 862 348,00	3 862 348,00	3 837 193,71	3 741 276,37	25 154,29	25 154,29	17%	15%	16%
Aquisições de Bens e Serviços	1 252 375,00	1 636 169,00	1 636 169,00	913 973,89	828 278,12	722 195,11	722 195,11	4%	3%	4%
Transferências correntes	1 507 025,00	1 483 063,00	1 483 063,00	1 060 532,15	939 532,15	422 530,85	422 530,85	4%	4%	4%
Outras despesas correntes	17 164,00	17 164,00	17 164,00	17 164,00	17 164,00					
Despesas de Capital	1 375 961,00	4 501 706,00	4 501 706,00	2 539 563,98	1 715 578,56	1 962 142,02	1 962 142,02	8%	7%	7%
Transferências de capital	0,00	93 357,00	93 357,00	0,00	0,00	93 357,00	93 357,00	0%	0%	0%
<b>Orçamento de Investimento (OI)</b>	<b>13 151 463,00</b>	<b>12 823 774,00</b>	<b>11 997 656,00</b>	<b>9 586 483,47</b>	<b>9 576 818,25</b>	<b>2 411 172,53</b>	<b>2 411 172,53</b>	<b>44%</b>	<b>39%</b>	<b>41%</b>
Despesas c/Pessoal	49 679,00	52 127,00	35 603,00	6 300,00	6 300,00	29 303,00	29 303,00	0%	0%	0%
Aquisições de Bens e Serviços	4 535 739,00	4 152 719,00	4 140 085,00	3 107 860,57	3 098 195,35	1 032 224,43	1 032 224,43	14%	13%	13%
Transferências correntes	5 692 530,00	5 692 534,00	5 692 534,00	5 692 529,94	5 692 529,94	4,06	4,06	26%	23%	24%
Despesas de Capital	2 873 515,00	2 826 754,00	2 029 794,00	680 152,96	680 152,96	1 349 641,04	1 349 641,04	3%	3%	3%
Transferências de capital		99 640,00	99 640,00	99 640,00	99 640,00	0,00	0,00	0%	0%	0%
<b>Outros valores</b>	<b>0,00</b>					0,00	0,00	0%	0%	0%
<b>Total (OF+OI+OV)</b>	<b>21 656 734,00</b>	<b>24 417 581,00</b>	<b>23 591 463,00</b>	<b>17 954 911,20</b>	<b>16 818 647,45</b>	<b>5 636 551,80</b>	<b>5 636 551,80</b>	<b>78%</b>	<b>69%</b>	<b>71%</b>

Estes números traduzem-se numa taxa de execução que ascende aos 71%, não incluindo as operações extraorçamentais e a reposição do saldo de gerência nos Cofres da RAM.



Da análise do quadro precedente retiram-se, em termos substantivos, as seguintes conclusões:

— *DESPESAS COM O PESSOAL*

Incluindo remunerações base, suplementos, abonos, encargos com doença, acidentes em serviço, parentalidade e demais encargos associados aos trabalhadores do SRPC, IP-RAM, bem como contribuições para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, este agrupamento representou 16% da despesa efetiva executada.

O montante de 3.710.146,60€ foi suportado por transferências da Tesouraria do Governo Regional da RAM, sendo o remanescente financiado por receitas próprias e saldo de gerência.

Incluído neste agrupamento, as despesas com pessoal afetas ao SEMER (STAT, EMIR RAM e EMIR Porto Santo) ascenderam a 1.457.401,98€ (excluindo encargos com entidades patronais), representando 38% do total da despesa com pessoal.

— *AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS (AGRUPAMENTO 02)*

Representa a principal componente de suporte à atividade administrativa e operacional, com uma execução de 3.926.473,47€, correspondente a 23% da despesa total executada.

Destaca-se a execução do contrato de locação do Meio Aéreo (Projeto 51878), no montante de 2.735.121,05€, integralmente suportado por transferências da Tesouraria do Governo Regional, representando 70% da despesa deste agrupamento. A disponibilização deste meio aéreo tem constituído uma mais-valia estratégica no combate precoce a incêndios rurais/florestais e nas operações de resgate em montanha.

No mesmo agrupamento, os encargos com seguros totalizaram 140.322,91€, abrangendo seguros da frota automóvel, formandos, responsabilidade civil, acidentes de trabalho, equipamentos, instalações, heliporto e posto de abastecimento de combustível.

A rubrica D.02.02.15.B0.00 – Formação registou uma execução de 305.681,00€, dos quais 205.775,98€ financiados por fundos comunitários e o remanescente por receitas próprias. A formação dos agentes de proteção civil constitui prioridade estratégica do SRPC, IP-RAM, enquanto entidade formadora certificada pelo Instituto para a Qualificação, IP-RAM, em diversas áreas formativas, contribuindo para o reforço da eficiência e eficácia das operações de socorro.

— *TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (AGRUPAMENTO 04)*

Registaram uma execução de 5.692.529,94€, no âmbito do modelo de financiamento às Associações Humanitárias de Bombeiros da RAM, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2024/M, visando o reforço da capacidade operacional e modernização dos meios de socorro.



Inclui-se ainda:

- **DECIR/POCIR** – 845.888,35€, referente a ações de prevenção, vigilância, ataque inicial e operações especiais;
- **Tarifa social de energia elétrica para bombeiros voluntários** – 43.517,42€, nos termos da legislação regional aplicável.

— *DESPESAS DE CAPITAL*

Despesas de Totalizaram 2.395.731,52€, correspondendo a 4% da despesa executada, sendo 72% financiadas por receitas próprias e saldo de gerência.

Destacam-se:

- Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (Projeto 53562), no montante de 680.152,96€, financiado pela Tesouraria do Governo Regional (13%), União Europeia (46%) e receitas próprias (40%);
- Ampliação do Centro de Meios Aéreos (CMA);
- Obra do Núcleo de Apoio à Decisão e Análise a Incêndios Rurais (NADAIR);
- Reestruturação do CIC-CROS;
- Aquisição de equipamento informático e Drone Matrice 4T.

— *TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (AGRUPAMENTO 08)*

Foi executado o montante de 99.640,00€ para aquisição de Ambulância de Socorro Tipo B, no âmbito do Orçamento Participativo (OPRAM538).

Em termos globais, a taxa de execução situou-se em 69%, resultante de uma execução de 30% no orçamento de funcionamento e 39% no orçamento de investimento, face à despesa efetiva.

Tabela 16 Execução da despesa por orçamento

<i>Designação</i>	<i>Planeado</i>	<i>Corrigido</i>	<i>Despesa efetiva</i>	<i>Desvio orçamental</i>	<i>Taxa de Execução</i>
<i>Orçamento de Funcionamento</i>	8 505 271,00	11 593 807,00	7 241 829,20	-3 225 379,27	30%
<i>Orçamento de Investimento</i>	13 151 463,00	12 823 774,00	9 576 818,25	-2 411 172,53	39%
<b>Total</b>	<b>21 656 734,00</b>	<b>24 417 581,00</b>	<b>16 818 647,45</b>	<b>-5 636 551,80</b>	<b>69%</b>

— *EXECUÇÃO DOS PROJETOS*

Em 2025, no conjunto dos projetos inscritos no orçamento do SRPC, IP-RAM, destaca-se o investimento relativo ao meio aéreo, com uma taxa de execução de 97%, bem como a comparticipação



financeira às Associações Humanitárias de Bombeiros e ao OPRAM, ambos com uma taxa de execução de 100%.

Relativamente ao Projeto 53562 – Aquisição de Equipamento de Combate a Fogos Florestais, e na sequência da não transferência do montante final, bem como da retenção de 5% por parte da União Europeia, foi necessário proceder a uma alteração orçamental destinada a assegurar a cobertura da despesa através de receitas próprias, reforçando o valor afeto ao referido projeto.

Tal decisão fundamentou-se na impossibilidade de recorrer a fontes de financiamento sem o respetivo recebimento efetivo, sendo que as verbas consignadas a projetos cofinanciados por fundos comunitários apenas podem ser mobilizadas para execução de projetos no mesmo âmbito e mediante a respetiva autorização do Instituto de Desenvolvimento Regional.

A taxa de execução dos projetos situou-se em 75%, salientando-se a ausência de execução de alguns projetos, decorrente de diversos condicionalismos, designadamente a dependência da tramitação de procedimentos concursais, circunstância que originou um desvio orçamental relevante.

### 3.6.2 EXECUÇÃO DA RECEITA

Inicialmente, a previsão da receita foi no montante de 21.656.734,00€, distribuída da seguinte forma:

Tabela 17 Previsão inicial

<i>Designação</i>	<i>Previsão Inicial</i>
<b>Orçamento de Funcionamento (OF)</b>	<b>8 505 271,00</b>
<i>Taxas, multas e outras penalidades</i>	3 525 950,00
<i>Transferências correntes</i>	4 411 821,00
<i>Outras receitas correntes</i>	567 500,00
<i>Transferências de capital</i>	--
<i>Outras receitas de capital</i>	--
<i>Reposições não abatidas nos pagamentos</i>	--
<b>Orçamento de Investimento (OI)</b>	<b>13 151 463,00</b>
<i>Taxas, multas e outras penalidades</i>	319 010,00
<i>Transferências correntes</i>	10 056 117,00
<i>Outras receitas correntes</i>	0,00
<i>Transferências de capital</i>	2 776 336,00
<i>Outras receitas de capital</i>	0,00
<b>Total (OF+OI)</b>	<b>21 656 734,00</b>



De acordo com uma gestão proativa e diligente foram propostas e autorizadas várias alterações orçamentais no âmbito da receita, aprovados diversos créditos especiais, transição de saldos da gerência anterior, reforços e anulações orçamentais.

Analisando o quadro infra, no final do ano, a previsão corrigida traduziu-se em 24.417.581,00 €.

Tabela 18 Previsão corrigida

<i>Designação</i>	<i>Previsão Inicial</i>
<b>Orçamento de Funcionamento (OF)</b>	<b>11 593 807,00</b>
<i>Taxas, multas e outras penalidades</i>	3 504 916,00
<i>Transferências correntes</i>	3 845 501,00
<i>Outras receitas correntes</i>	800 449,00
<i>Transferências de capital</i>	16 053,00
<i>Outras receitas de capital</i>	3 426 888,00
<i>Reposições não abatidas nos pagamentos</i>	--
<b>Orçamento de Investimento (OI)</b>	<b>12 823 774,00</b>
<i>Taxas, multas e outras penalidades</i>	535 515,00
<i>Transferências correntes</i>	9 645 571,00
<i>Outras receitas correntes</i>	80 812,00
<i>Transferências de capital</i>	2 462 236,00
<i>Outras receitas de capital</i>	99 640,00
<b>Total (OF+OI)</b>	<b>24 417 581,00</b>

A execução orçamental da receita atingiu os 21.995.760,04 o que se traduz numa taxa de 90%, conforme se constata nas seguintes tabelas:

Tabela 19 Origem financiamento da receita

<i>Origem de Financiamento</i>	<i>Previsão corrigida</i>	<i>Recebimentos</i>	<i>Execução %</i>
<i>Financiamento UE</i>	2 818 631,00	693 466,31	25%
<i>GRAM</i>	13 150 730,00	13 046 749,29	99%
<i>Receita própria</i>	4 921 692,00	4 729 026,97	96%
<i>Saldo de Gerência</i>	3 526 528,00	3 526 517,47	100%
<b>Total</b>	<b>24 417 581,00</b>	<b>21 995 760,04</b>	<b>90%</b>



Tabela 20 Execução Orçamental da Receita

DESIGNAÇÃO	Previsão Inicial	%	Previsão Corrigida	Execução (31.dez.2025)		Desvio Executado / Orçamento Corrigido (31.12.2025)	Taxa de Execução (face ao planeado)	Taxa de Execução (face ao corrigido)
				%				
<b>Orçamento de Funcionamento (OF)</b>	<b>8 505 271,00</b>	<b>100%</b>	<b>11 593 807,00</b>	<b>100%</b>	<b>11 562 154,51</b>	<b>31 652,49</b>	<b>53%</b>	<b>47%</b>
Taxas, multas e outras penalidades	3 525 950,00	41%	3 504 916,00	30%	3 503 580,95	1 335,05	16%	14%
Transferências correntes	4 411 821,00	52%	3 845 501,00	33%	3 824 323,16	21 177,84	18%	16%
Outras receitas correntes	567 500,00	7%	800 449,00	7%	791 320,56	9 128,44	4%	3%
Transferências de capital		0%	16 053,00	0%	16 052,37	0,63	0%	0%
Outras receitas de capital		0%	3 426 888,00	30%	3 426 877,47	10,53	16%	14%
Reposições não abatidas nos pagamentos		0%		0%		0,00	0%	0%
<b>Orçamento de Investimento (OI)</b>	<b>13 151 463,00</b>	<b>100%</b>	<b>12 823 774,00</b>	<b>100%</b>	<b>10 433 605,53</b>	<b>2 390 168,47</b>	<b>48%</b>	<b>43%</b>
Taxas, multas e outras penalidades	319 010,00	2%	535 515,00	4%	353 314,10	182 200,90	2%	1%
Transferências correntes	10 056 117,00	76%	9 645 571,00	75%	9 494 735,24	150 835,76	44%	39%
Outras receitas correntes	0,00	0%	80 812,00	1%	80 811,36	0,64	0%	0%
Transferências de capital	2 776 336,00	21%	2 462 236,00	19%	405 104,83	2 057 131,17	2%	2%
Outras receitas de capital	0,00	0%	99 640,00	1%	99 640,00	0,00	0%	0%
<b>Total (OF+OI)</b>	<b>21 656 734,00</b>		<b>24 417 581,00</b>		<b>21 995 760,04</b>	<b>2 421 820,96</b>	<b>1,02</b>	<b>90%</b>



O Orçamento do SRPC, IP-RAM assenta, maioritariamente, em receitas próprias, provenientes das seguintes fontes:

- **Taxas de seguros** - Nos termos do Decreto-Lei n.º 97/91, de 2 de março, e do DLR n.º 11/83/M, de 30 de junho, foi considerada uma taxa média de crescimento de 8,4%, tendo sido projetado um acréscimo de 10% face a 2024, com base nas previsões macroeconómicas para 2025. As sobretaxas incidentes sobre prémios cobrados na Região revertem para a Região Autónoma da Madeira. Nos termos da Norma Regulamentar n.º 4/2016, de 12 de maio, as seguradoras estão obrigadas a remeter ao SRPC, IP-RAM informação detalhada sobre as cobranças e comprovativos das transferências efetuadas.
- **Restituição de IVA** - Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho, o SRPC, IP-RAM beneficia da restituição integral do IVA relativo à aquisição de bens e serviços destinados exclusivamente a fins de segurança e socorro. Este regime é igualmente aplicável aos Corpos de Bombeiros da Região, competindo ao SRPC, IP-RAM a validação dos pedidos submetidos à Autoridade Tributária. Mantém-se uma articulação regular entre as entidades, visando maximizar este benefício.
- **Taxas de vistorias (SCIE)** - Nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010/M, de 25 de junho, que adapta o regime jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios (SCIE) à Região, os serviços prestados pelo SRPC, IP-RAM, designadamente pareceres, vistorias, inspeções e consultas prévias, estão sujeitos ao pagamento de taxas.
- **Outras receitas** – Incluem, designadamente, aluguer de cenários, venda de consumíveis, formação e apoio em eventos.

O quadro seguinte desagrega a receita própria pelas suas componentes, comparando com a previsão inicial e a corrigida:

Tabela 21 Execução das receitas próprias

Designação	Previsão Inicial	%	Previsão Corrigida	Execução (31.dez.2025)	Desvio Executado / Orçamento Corrigido (31.12.2025)	Taxa de Execução (face ao planeado)	Taxa de Execução (face ao corrigido)
<b>Orçamento da Receita-Receitas Próprias</b>	<b>3 748 021,00</b>	<b>0,44</b>	<b>3 743 176,00</b>	<b>3 672 151,31</b>	<b>71 024,69</b>	<b>98%</b>	<b>98%</b>
Taxas de Seguros	2 991 126,00	0,35	3 085 807,00	3 019 329,96	66 477,04	101%	98%
Taxas de Vistorias	80 000,00	0,01	91 725,00	87 707,98	4 017,02	110%	96%



<i>Restituição de IVA</i>	645 895,00	0,08	536 644,00	536 643,12	0,88	83%	100%
<i>Outras receitas</i>	31 000,00	0,00	29 000,00	28 470,25	529,75	92%	98%

Analisando o quadro verifica-se que a taxa de execução face ao planeado e ao corrigido situou-se nas médias de 96% e 98%, respetivamente, correspondente a 33% do total recebido.

Sendo as receitas próprias maioritariamente provenientes das percentagens legalmente atribuídas sobre os prémios de seguro, pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, no quadro infra espelha-se a evolução dos recebimentos com as taxas de seguros:

*Tabela 22 Evolução das receitas próprias – Taxas de Seguros*

<i>Ano</i>	<i>Valor recebido</i>	<i>%</i>
2018	2 003 063,04	
2019	2 978 608,75	49%
2020	2 284 399,85	-23%
2021	2 551 047,69	12%
2022	2 737 650,62	7%
2023	3 019 329,96	10%
2024	3 410 859,59	13%
2025	3 735 070,10	10%
<b>Total</b>	<b>22 720 029,60</b>	

### 3.6.3 RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

No âmbito da monitorização contínua da atividade financeira, assegurou-se a elaboração e remessa sistemática de relatórios de execução orçamental ao Conselho Diretivo. O envio destes documentos foi articulado com os prazos de reporte à Unidade de Gestão (UG), garantindo que a informação fosse disponibilizada atempadamente para apoio à tomada de decisão. Estes relatórios foram estruturados para oferecer uma visão clara e detalhada dos cabimentos, compromissos e pagamentos efetuados, bem como da dotação disponível em cada rubrica, permitindo uma análise dinâmica através da filtragem por projeto, fonte de financiamento ou rubrica orçamental. Esta organização revelou-se um instrumento essencial tanto no suporte estratégico para a definição de novas aquisições e investimentos, como no controlo operacional para a verificação rigorosa do cumprimento e dos desvios na execução de projetos em curso.

### 3.7 DIVISÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO

No decurso de 2025, a atuação da DSAG centrou-se na execução de uma estratégia integrada que privilegiou a gestão do capital humano, o rigor na condução de projetos e a conformidade do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ).

Ao longo do ano civil, a prioridade assentou na convergência entre o desenvolvimento do capital humano e a eficácia dos processos internos. Esta abordagem permitiu assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos, garantindo que a cultura de qualidade e o desempenho operacional da unidade se mantiveram alinhados com os padrões de excelência organizacional.

Em conformidade com esta visão integrada, apresentam-se de seguida as atividades que materializaram o desempenho da unidade, estruturadas pelos eixos dos recursos humanos, projetos e gestão da qualidade.

#### 3.7.1 RECURSOS HUMANOS

No âmbito da gestão do capital humano, esta Divisão assegurou a execução das competências relativas à administração de recursos humanos e ao desenvolvimento profissional. A atividade técnica incidiu na condução de processos de recrutamento e seleção, na elaboração e acompanhamento do plano de formação e na instrução do balanço social.

No domínio da gestão administrativa e corrente, a unidade assegurou o processamento de remunerações, o controlo de assiduidades, a organização dos mapas de férias e a atualização do mapa de pessoal, garantindo a regularidade técnica e a conformidade dos fluxos procedimentais da área.

#### ❖ PROCESSOS DE RECRUTAMENTO





## MAPA DE PESSOAL E MAPA DE FÉRIAS | 2025

Durante o ano de 2025, procedeu-se à atualização do mapa de pessoal, de forma a adequá-lo às necessidades identificadas no âmbito da gestão de recursos humanos e às orientações estratégicas da tutela. O documento foi elaborado e submetido à apreciação do Conselho Diretivo, que o aprovou. Posteriormente, e conforme o disposto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, o mapa foi remetido a Sua Excelência a Secretária Regional de Saúde e Proteção Civil, encontrando-se o respetivo despacho de aprovação datado de 22 de maio de 2025.

**REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**  
SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL  
SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL - IP-RAM

**Resumo do Mapa de Pessoal do SRPC - IP-RAM para o Ano de 2025**  
(Nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual)

Autenticação:  
25.05.2025  
(Micaela Fonseca de Freitas)

ATRIBUIÇÕES/COMPETÊNCIAS/ATIVIDADES	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	CARGO/CARRERA/ CATEGORIA	ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA E/OU PROFISSIONAL	OCUPADOS	A PREENCHER	TOTAL	OBSERVAÇÕES	
Artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/PM, de 30 de junho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 8/2010/PM, de 26 de maio, n.º 12/2013/PM, de 25 de março e n.º 17/2022/PM, de 01 de agosto.	Conselho Diretivo	Presidente		1 (a)	0	1 (a)		
		Vogal		0 (b)	2 (b)	2 (b)	2 Vagas de vogais por preencher.	
	II Inspeção Regional de Bombeiros ii) Divisão de Regulação e Recenseamento dos Bombeiros	Inspector - Chefia Intermediária de 1.º Grau - Inspecção Regional de Bombeiros	Licenciatura		1	0	1	
		Chefia Intermediária 2º Grau - Chefe de Divisão	Licenciatura em Proteção Civil		1	0	1	
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Gestão de Empresas, Licenciatura em Direito		1	1	1	1 Técnico Superior destinado a gestão e operacionalização do Modelo de Financiamento - Procedimento de mobilidade em curso
Artigo 7.º e 8.º da Portaria n.º Portaria n.º 247/2022, de 16 de maio, publicada no JORAM, I Série, n.º 86, a 18 de maio.	Divisão de Planeamento, Operações e Comunicações	Assistentes Técnicos	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	2 (c)	1	3	1 Assistente Técnico para apoio administrativo à operacionalização do Modelo Organizativo, Jurídico, Financeiro e Operacional do Socorro na Região Autónoma da Madeira.	
		Assistentes Operacionais	Escolaridade obrigatória	1	0	1		
		Chefia Intermediária 2º Grau - Chefe de Divisão	Licenciatura em Proteção Civil		1	0	1	
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Proteção Civil; Licenciatura em Engenharia de Telecomunicações e Redes; Licenciatura em Eng. Informática ou equivalente; Licenciatura em Ciências Sociais.		6 + 1 (d)	0	6	
		Especialista de sistemas e tecnologias de informação	Licenciatura em Engenharia de Telecomunicações e Redes, Engenharia Informática ou equivalente.		0	1	1	
Artigo 10.º da Portaria n.º Portaria n.º 247/2022, de 16 de maio, publicada no JORAM, I Série, n.º 86, a 18 de maio.	Divisão de Formação	Técnico de sistemas e tecnologias de informação	Curso Técnico Profissional	1	0	1		
		Assistentes Técnicos	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	13 (e)	10 (f)	23	4 Assistentes Técnicos para o CIC-CRDS para efeitos de substituição de 4 trabalhadores que passam à situação de aposentação (procedimento concursal em curso); Rebuc de 4 assistentes técnicos para o CIC-CRDS.	
		Chefia Intermediária 2º Grau - Chefe de Divisão	Licenciatura em Proteção Civil		1	0	1	
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Engenharia de Segurança e Saúde no Trabalho em Ambiente, Higiene e Segurança em meio escolar		3 (g)	0	3 (g)	
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Proteção Civil; Licenciatura ou equivalente		1	1	2	1 Técnico Superior para apoio logístico e operacional - aguarda autorização da SRP.
Artigo 11.º da Portaria n.º Portaria n.º 247/2022, de 16 de maio, publicada no JORAM, I Série, n.º 86, a 18 de maio.	Divisão de Análise de Riscos e Ordenamento do Território	Assistentes Operacionais	Escolaridade obrigatória	3	1	4	1 Assistente Operacional para apoio logístico às atividades desenvolvidas pela Divisão.	
		Chefia Intermediária 2º Grau - Chefe de Divisão	Licenciatura em Arquitetura		1	0	1	
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Proteção Civil/Geografia/Engenharia do Ambiente		1	1	2	1 Técnico Superior para área de previsão e gestão de riscos, desenho técnico, cartografia SIG.
		Chefia Intermediária 2º Grau - Chefe de Divisão	Licenciatura em Engenharia Civil		1	0	1	
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Engenharia Civil; Licenciatura em Engenharia Médica; Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica		6	0	6	
Artigo 12.º da Portaria n.º Portaria n.º 247/2022, de 16 de maio, publicada no JORAM, I Série, n.º 86, a 18 de maio.	Divisão de Segurança Contra Incêndios em Edifícios	Assistentes Técnicos	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	0	0	0		
		Chefia Intermediária 2º Grau - Chefe de Divisão	Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos		1	0	1	
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Geografia ou equivalente; Licenciatura em Comunicação, Cultura e Organizações; Licenciatura em Design, Gestão, Administração Pública e Economia; Licenciatura em Ciências da Cultura na vertente de Comunicação.		2 + 1 (h)	4	6	1 Técnico Superior para o Gabinete de Recursos Humanos (Gestão, economia, administração pública); 1 Técnico Superior para o Gabinete de Avaliação, Qualidade e Instrumentos de Gestão - Procedimento concursal em curso; 2 Técnicos Superiores para o Gabinete de Comunicação e Sensibilização (Licenciatura em Design e Lic. Ciências da Cultura).
		Coordenador Técnico	Escolaridade obrigatória	2	0	2		
		Assistentes Operacionais	Escolaridade obrigatória	0	2	2	2 Assistente Técnico para apoio administrativo e operacional (procedimento de recrutamento).	
Artigo 13.º da Portaria n.º Portaria n.º 247/2022, de 16 de maio, publicada no JORAM, I Série, n.º 86, a 18 de maio.	Divisão de Serviços de Apoio à Gestão	Assistentes Operacionais	Escolaridade obrigatória	4	1	5	1 Assistente Operacional para apoio à limpeza das instalações/áreas administrativas (recibo de entrega e expediente para substituição de 1 Assistente Operacional que passou à situação de aposentação a partir de 1/1/2024).	
		Chefia Intermediária 2º Grau - Chefe de Divisão	Licenciatura em Direito		1	0	1	
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Direito; Licenciatura em Ciências da Educação e outras Licenciaturas da área das Ciências Económicas		3 (i)	1	4	1 Técnico Superior da área do Direito (procedimento para a alocação da reserva de recrutamento em curso)
		Assistentes Técnicos	12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado	1	0	1		
		Chefia Intermediária 2º Grau - Chefe de Divisão	Licenciatura no âmbito da Gestão ou afins.		1	0	1	
Artigo 15.º da Portaria n.º Portaria n.º 247/2022, de 16 de maio, publicada no JORAM, I Série, n.º 86, a 18 de maio.	Divisão de Gestão Financeira	Assistentes Operacionais	Escolaridade obrigatória	1	0	1		
		Técnicos Superiores	Licenciatura em Ciências Sociais; Licenciatura em Gestão; Licenciatura da área das Ciências Económicas; Licenciatura em Comunicação, Cultura e Organizações		3	0	3	
<b>Total</b>				<b>64</b>	<b>27</b>	<b>91</b>		


**Legenda:**  
 (a) - Cargo de Presidência; (b) - Cargo de Vogal; (c) - Cargo de Assistentente Técnico; (d) - Cargo de Especialista de sistemas e tecnologias de informação; (e) - Cargo de Técnico de sistemas e tecnologias de informação; (f) - Cargo de Assistentente Operacional; (g) - Cargo de Técnico Superior; (h) - Cargo de Coordenador Técnico; (i) - Cargo de Assistentente Operacional.


Caminho do Pináculo, n.º14 São Gonçalo, 9000-236 - FUNCHAL, Telef: 291 700 110 - Contribuinte Nº 509 079 911  
Email: srpc@madeira.gov.pt Site Oficial: www.prociuramadeira.pt

Figura 18 Mapa de Pessoal 25



No que se refere ao mapa de férias, procedeu-se à sua elaboração e aprovação de acordo com o disposto na legislação em vigor, assegurando a compatibilização das necessidades de funcionamento dos serviços com os direitos dos trabalhadores. O planeamento das férias foi efetuado de forma equilibrada e articulada entre as diferentes unidades orgânicas, garantindo a continuidade das atividades essenciais e o cumprimento dos prazos operacionais estabelecidos.

  
 Região Autónoma da Madeira  
 GOVERNO REGIONAL  
 SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL  
 SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM  
 MAPA DE FÉRIAS  
(De acordo com o n.º 8, do art.º 141 do T.C., aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro)



NOME DO TRABALHADOR	UNIDADE ORGÂNICA	CATEGORIA/CARRERA	TOTAL FÉRIAS 2025	FÉRIAS ANULADAS	FÉRIAS EM USO	FÉRIAS EM COMPENSAÇÃO	TOTAL FÉRIAS 2025	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
[REDACTED]	DRPC	Técnico Superior	25	2	0	0	23	2 a 3							1 a 54			27 a 28	22 a 23 a 29 a 2
[REDACTED]	SRPC-OC	Assistente Técnico	29	0	0	0	29				16 a 30				18 a 31		2 a 9		4 a 10
[REDACTED]	DRPC	Assistente Operacional	23	0	0	0	23			24 a 28			23 a 30		18 a 22				15 a 23 a 29 a 2
[REDACTED]	DRPC-OC	Assistente Técnico	25	1	0	0	24					15 a 30			18 a 29				28 a 30
[REDACTED]	DRPC	Técnico Superior	25	3	0	0	22	3 a 9				28 a 30	1 a 2	9 a 25					17 a 21
[REDACTED]	DRPC	Chefe de Divisão	31	0	0	0	31			3		10 a 16	2	9 a 20		4 a 22	1 a 5		2 a 10
[REDACTED]	DRPC	Técnico Superior	25	4	0	0	21								17 a 25				6 a 11
[REDACTED]	DRPC-OC	Assistente Técnico	28	0	0	0	28				3 a 15				2 a 15	1 a 4			18 a 21
[REDACTED]	DR	Assistente Operacional	26	0	0	0	26						20 a 30		1 a 4		22 a 30	1 a 7	16 a 30
[REDACTED]	DRPC	Técnico Superior	25	0	0	0	25			3	14 a 16		16 a 30		11 a 22				22 a 29 a 30
[REDACTED]	DRP	Técnico Superior	25	2	0	0	23			20 a 25					4 a 18	15 a 19			3 a 6
[REDACTED]	DRPC	Técnico Superior	25	23	0	0	2						16 a 31	1 a 30	4 a 34	1 a 5			17 a 22
[REDACTED]	DRP	Técnico Superior	25	0	0	0	25						26 a 30		21 a 31	1		20 a 31	
[REDACTED]	DRPC-OC	Assistente Técnico	25	0	0	0	25								2 a 15				
[REDACTED]	DRPC-OC	Assistente Técnico	25	1	0	0	24						7 a 30	3 a 6	1 a 14	1 a 12			
[REDACTED]	DRPC-OC	Assistente Técnico	25	0	0	0	25	8 a 31	3	17 a 18					7 a 32				7 a 3
[REDACTED]	DRPC-OC	Assistente Técnico	25	0	0	0	25								1 a 15	13 a 14	22 a 26		28
[REDACTED]	DR	Chefe de Divisão	25	4	0	0	21	27 a 31							7 a 22			6 a 17	7
[REDACTED]	DRPC	Chefe de Divisão	28	0	0	0	28			3	16		30	1 a 15	13 a 14	22 a 26			15 a 19
[REDACTED]	DR	Técnico Superior	25	2	0	0	23			8			2 a 5 a 12 a 13	5 a 13	4		6 a 19		25 a 28
[REDACTED]	DR	Técnico Superior	22	0	0	0	22				11				2 a 21	1			22 a 23 a 29 a 30
[REDACTED]	DRPC-OC	Assistente Técnico	25	1	0	0	24							16 a 27	16 a 31	7 a 14			
[REDACTED]	DR	Assistente Técnico	25	0	0	0	25	22 a 26	29				5 a 16	11 a 12			19 a 25		21 a 24
[REDACTED]	DRPC	Chefe de Divisão	25	3	0	0	22			3 a 14 a 19			2	20 a 30	28 a 31	1 a 14			24 a 28
[REDACTED]	DR	Técnico Superior	25	7	0	0	18	6 a 10 a 30 a 31	3		3 a 4		2	5 a 29	14 a 25	25 a 29			18 a 22 a 29
[REDACTED]	DR	Técnico Superior	25	0	0	0	25								23 a 31	1 a 29			
[REDACTED]	DRPC-OC	Assistente Técnico	19	0	0	0	19							2 a 15			1 a 12		8 a 21
[REDACTED]	DRPC	Assistente Operacional	15	0	0	0	15				21 a 30	1 a 9	8 a 30						
[REDACTED]	DRPC	Assistente Operacional	18	28	0	0	16			19 a 21 a 26 a 27	24 a 31		19 a 23	14 a 23	14 a 22	18 a 31	1 a 2		28 a 30
[REDACTED]	DRPC-OC	Assistente Técnico	25	0	0	0	25						2 a 15 a 20	2	30 a 31	1 a 14			9
[REDACTED]	DRPC	Técnico Superior	28	0	0	0	28			8		21 a 30	2	9 a 20	8 a 25	22			22 a 25 a 29 a 30
[REDACTED]	DRPC	Técnico Superior	25	0	0	0	25	1 a 3				7 a 21			1 a 14				29 a 30
[REDACTED]	DRPC	Chefe de Divisão	27	5	0	0	22							9 a 20	7	22 a 30	1 a 7		24 a 28
[REDACTED]	DRPC	Técnico Informativo	27	0	0	0	27			10 a 12		28 a 30	2	16 a 30			1 a 5	16 a 17	
[REDACTED]	DR	Técnico Superior	25	0	0	0	25								23 a 31	1 a 29			2 a 4
[REDACTED]	DR	Vigil	27	12	0	0	15			13 a 27									
[REDACTED]	DRPC	Assistente Operacional	23	17	0	0	6	15	4	20 a 31	24 a 30	19 a 23		2 a 11				13 a 31	
[REDACTED]	DRPC	Técnico Superior	21	3	0	0	18			6 a 14	21 a 22	2		16 a 29	25 a 22	29 a 30			21 a 28
[REDACTED]	DRPC	Assistente Técnico	28	0	0	0	28			3 a 12 a 15	14 a 16 a 21		29		18 a 31	1 a 10			3 a 4
[REDACTED]	DRPC	Técnico Superior	25	0	0	0	25			17			14 a 30	30	1 a 15	27 a 29			26
[REDACTED]	DRPC	Coordenadora Técnica	27	15	0	0	12						2	9 a 20	2 a 4	4 a 29	30	1 a 3	2 a 12
[REDACTED]	DRPC	Coordenadora Técnica	29	3	0	0	26	24					22 a 28		7 a 11	7 a 14	7 a 17		9 a 15

Figura 19 Mapa de Férias 25

## ◆ BALANÇO SOCIAL

O balanço social constitui um instrumento de prestação de contas que visa disponibilizar informação sistematizada sobre a gestão dos recursos humanos e as condições de trabalho da organização. Este documento integra dados sobre a composição dos trabalhadores, estrutura remuneratória, formação profissional, bem como indicadores relativos à saúde, segurança e bem-estar no trabalho, entre outros aspetos relevantes de natureza laboral, reportados ao ano em análise. É elaborado e apresentado anualmente em articulação com os restantes documentos de prestação de contas, designadamente o relatório de atividades. Tal como previsto, o SRPC, IP-RAM procedeu à elaboração e submissão do balanço social ao Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM, entidade designada pela Tutela para a receção e apreciação destes elementos, dentro dos prazos estipulados.



1	RECURSOS HUMANOS	Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.1	Total efectivos	H	7	17	12	4	0	1	0	0	0	41
		M	4	11	18	2	0	0	0	0	0	35
		T	11	28	30	6	0	1	0	0	0	76
1.1.1	Contrato de trabalho em funções públicas (al.a) do n.º 3 do artigo 6.º da LTFP)	H		14	11	4		1				30
		M		11	16	2		0				29
		T	0	25	27	6	0	1	0	0	0	59
1.1.2	Nomeação (al.b) do n.º 3 do artigo 6.º da LTFP)	H										0
		M										0
		T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.1.3	Contrato de trabalho (Código do Trabalho)	H										0
		M										0
		T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.1.4	Comissão de serviço (al.c) do n.º 3 do artigo 6.º da LTFP e artigo 161.º do CT)	H	7									7
		M	4									4
		T	11	0	0	0	0	0	0	0	0	11
1.1.5	Mobilidade (artigo 92.º da LTFP e artigo 120.º do CT)	H			1							1
		M			2							2
		T	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
1.1.6	Cedência de interesse público (artigo 241.º da LTFP)	H										0
		M										0
		T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.1.7	Outros	H		3								3
		M										0
		T	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
1.1.5	Total		11	28	30	6	0	1	0	0	0	76

Nota: Para efeitos de elaboração do Balanço Social, foram considerados todos os trabalhadores em exercício efetivo de funções ao serviço da entidade em 31 de dezembro de 2025. Excluem-se os trabalhadores que, embora integrando o mapa de pessoal, se encontram a exercer funções noutros serviços, designadamente em regime de mobilidade ou em comissão de serviço, por não se encontrarem em efetivo exercício na entidade na data de referência.

Figura 20 Balanço Social 25

## ❖ FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES

A valorização do capital humano e a atualização contínua de competências constituíram eixos prioritários para o SRPC, IP-RAM durante o ano de 2025. Num cenário de constantes exigências técnicas e legislativas, o investimento na capacitação interna é o garante da eficiência operacional e da qualidade do serviço público prestado à comunidade.

Ao longo do ano, o plano de formação incidu sobre áreas transversais à Administração Pública, com especial enfoque na transição digital, proteção de dados e gestão administrativa — mas também em competências técnicas específicas necessárias ao desempenho de cada carreira. Estas ações foram viabilizadas através de parcerias com entidades de referência e pelo esforço interno de identificação de necessidades formativas, abrangendo um espectro alargado de trabalhadores, desde as carreiras gerais às carreiras especiais e cargos dirigentes.

Tabela 23 Formação

Carreira / Categoria	Nº de Participantes	Áreas Temáticas
 <b>Cargos de Dirigente</b>	<b>55</b>	 Liderança e Inovação, Cibersegurança, Analista Tático e Planeamento de Incêndios Rurais, entre outras.
 <b>Técnico Superior</b>	<b>90</b>	 Inteligência Artificial, SIG, Contratação Pública, Cibersegurança e Prevenção da Corrupção, entre outras.
 <b>Assistente Técnico</b>	<b>49</b>	 Telecomunicações (Iniciação/Avançado), SIG, Cibersegurança, Ética Pública e Atendimento, entre outras.
 <b>Enfermeiro</b>	<b>29</b>	 Triagem Telefónica e Aconselhamento (TTA Provider), entre outras.
 <b>Total</b>	<b>223</b>	<b>62 Formações</b>



Total de horas  
**4590:30**



Total de Participantes  
**223**

O gráfico seguinte ilustra a distribuição das 223 participações formativas pelas diversas unidades orgânicas do Instituto. É evidente uma concentração do esforço de capacitação na DPOC (Divisão de Planeamento, Operações e Comunicações), que totaliza 104 participações, representando quase metade do volume global de formação em 2025.

Este foco estratégico na DPOC justifica-se pela necessidade de especialização contínua das equipas operacionais, com particular destaque para os OPETELE (Operadores de Telecomunicações). Estes profissionais foram alvo de um plano intensivo de formação técnica, abrangendo áreas críticas como:

- **Telecomunicações (Iniciação e Avançado):** Essenciais para a manutenção da prontidão e eficácia da rede de comunicações de emergência.
- **Sistemas de Informação Geográfica (SIG):** Capacitando os operadores para o uso de ferramentas avançadas de georreferenciação e apoio à decisão operacional.

Além da vertente operacional, o gráfico revela um equilíbrio nas restantes, onde a formação se dividiu entre competências técnicas específicas e competências transversais de gestão, cibersegurança e ética. Esta estratégia permite que a excelência técnica na resposta operacional seja sustentada por áreas de apoio capacitadas, garantindo o rigor e a conformidade necessários ao pleno funcionamento da instituição.

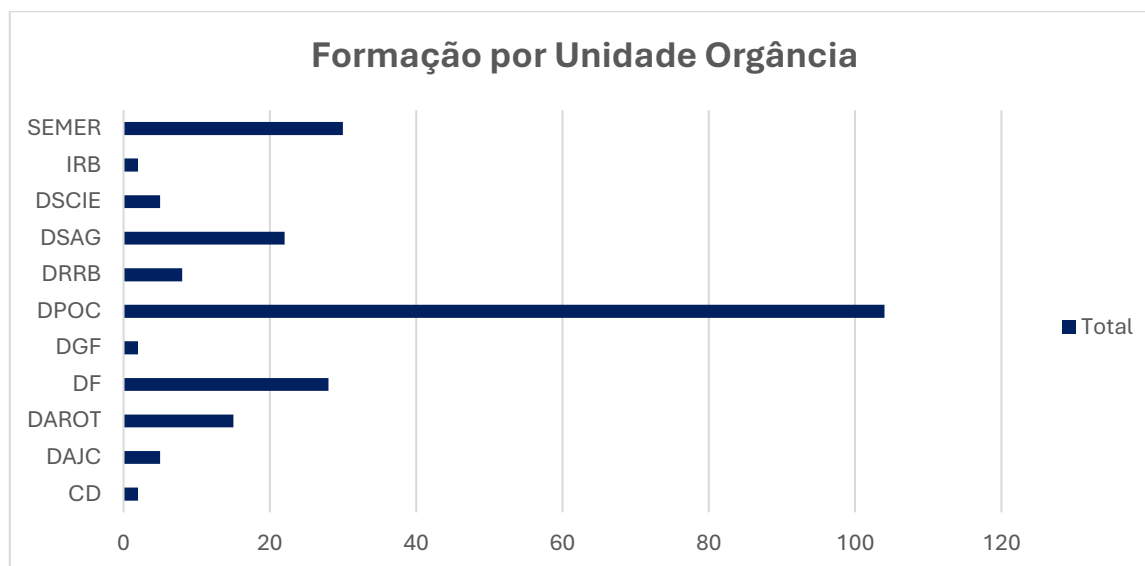


Gráfico 20 Nº de formações por Unidade Orgânica

### 3.7.2 QUALIDADE, AVALIAÇÃO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO

É ainda atribuição desta Divisão desenvolver um conjunto de ações orientadas para a promoção da qualidade, da transparência e da melhoria contínua da gestão no SRPC, IP-RAM. Neste âmbito, incluem-se as iniciativas relacionadas com a certificação da qualidade e o apoio aos processos de auditoria interna e externa, bem como a elaboração e monitorização dos principais instrumentos de planeamento e controlo, designadamente o Plano Anual de Atividades, o QUAR, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e o Código de Ética e Conduta. Integra, igualmente, o apoio à implementação do sistema de avaliação de desempenho (SIADAP-RAM I) e a análise crítica das autoavaliações constantes no Relatório de Atividades, como se descreve de seguida.

#### ❖ SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA RAM – SUBSISTEMA 1 (SIADAP-RAM I)

O Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública da Região Autónoma da Madeira (RAM) – Subsistema 1, aplicável ao SRPC, IP-RAM, constitui um instrumento fundamental de apoio à gestão, permitindo avaliar, de forma objetiva, o grau de concretização dos objetivos estratégicos e operacionais definidos para o Serviço. Em 2025, foram revistos e ajustados os parâmetros e indicadores de desempenho, de modo a reforçar a coerência entre os resultados alcançados, as prioridades estratégicas e os recursos disponíveis. A monitorização regular destes indicadores ao longo do ano permitiu identificar desvios, introduzir medidas corretivas atempadas e promover a melhoria contínua dos processos.



### a) ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO

#### Parâmetros de Avaliação

<b>Eficácia – 50%</b>	OO2: Potenciar o papel do SRPC IP-RAM nos diversos agentes da sociedade.
	OO3: Incrementar a capacidade de operação do programa DECIR.
<b>Eficiência – 30%</b>	OO1: Reforçar a capacidade de intervenção do SRPC IP-RAM no Dispositivo Regional de Operações de Socorro.
	OO4: Reforçar níveis de formação e qualificação dos agentes de Proteção Civil na RAM.
<b>Qualidade – 20%</b>	OO5: Melhorar o funcionamento interno do SRPC, IP-RAM.
	OO6: Potenciar a capacidade de resposta e regulamentação da atividade dos corpos de bombeiros RAM.

### b) RESULTADOS APURADOS PELOS CCAS

Em 2025, o SRPC, IP-RAM foi novamente integrado no ciclo de avaliação de desempenho dos serviços, respeitante ao ano de 2024, tendo o Relatório de Atividades sido remetido ao Conselho Coordenador de Avaliação dos Serviços (CCAS) da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil. Neste contexto, a Divisão de Serviços de Apoio à Gestão desempenhou um papel central na preparação do processo, assegurando a recolha, organização e consolidação da informação necessária à demonstração do grau de cumprimento dos objetivos fixados. O trabalho desenvolvido pela Divisão permitiu evidenciar, de forma estruturada, os resultados alcançados e as metas superadas, contribuindo para a atribuição ao SRPC, IP-RAM de uma avaliação final de 116% e da menção de “Desempenho Bom”.

Tabela 24 Avaliação referente ao ano de 2024 pelo CCA

<b>Dimensão</b>	<b>Classificação da Dimensão</b>	<b>Avaliação Quantitativa</b>	<b>Avaliação Qualitativa</b>
<i>Eficácia</i>	0,22	<b>1,16</b>	<i>Desempenho Bom</i>
<i>Eficiência</i>	0,33		
<i>Qualidade</i>	0,61		

### c) AVALIAÇÕES DO SIADAP-RAM I DO SRPC, IP-RAM

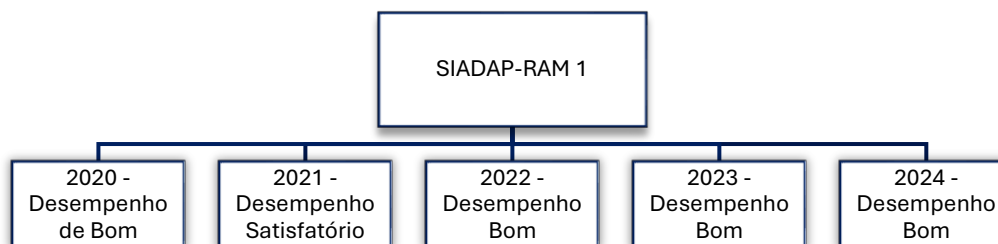


Figura 21 Avaliações SIADAP - RAM I

### d) MONITORIZAÇÃO DOS INDICADORES

No âmbito das suas atribuições, o GAQIA assegurou o apoio à Divisão na implementação do SIADAP-RAM I durante o ano em referência, acompanhando de forma sistemática os objetivos e resultados do Serviço. Paralelamente, procedeu à análise crítica das autoavaliações apresentadas nos Relatórios de Atividades, com vista a verificar a coerência entre os objetivos definidos, os indicadores utilizados e os resultados alcançados. Para o efeito, foi efetuada uma monitorização trimestral dos principais indicadores de desempenho, o que permitiu um acompanhamento contínuo da execução, a deteção atempada de desvios e a identificação de oportunidades de melhoria nos processos de gestão.

### ❖ REGIME GERAL DE PREVENÇÃO E CORRUPÇÃO (RGPC)

Em 2025, o SRPC, IP-RAM reforçou a sua atuação em matéria de prevenção da **corrupção**, dando continuidade à implementação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e às orientações emitidas pelo Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC). No decurso do ano, foi realizada a revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), assegurando a sua atualização face à realidade organizacional e aos riscos identificados.



Figura 22 Plano de Prevenção à Corrupção e Infrações Conexas | 25



Em abril, foi elaborado o Relatório de Avaliação Anual do PPRCIC referente ao ano de 2024, no qual se procedeu à apreciação do grau de implementação das medidas previstas, bem como à identificação de constrangimentos e oportunidades de melhoria nos mecanismos de controlo interno. Em complemento, e em consonância com a Recomendação n.º 7/2024 do MENAC, manteve-se uma monitorização mensal, pelo Responsável pelo Cumprimento Normativo, incidindo sobre o cumprimento dos diversos instrumentos do RGPC, nomeadamente o código de conduta, o plano de prevenção de riscos, o canal de denúncias e as ações de formação e comunicação.

MODELO DE DOCUMENTO A PREENCHER E APRESENTAR PELO RESPONSÁVEL PELO CUMPRIMENTO NORMATIVO

ENTIDADE: Identificação		MÊS / ANO: a que respeita a informação	
<b>QUADRO DE ACOMPANHAMENTO DOS INSTRUMENTOS DO RGPC</b> (Recomendação 7/2024 do MENAC)			
INSTRUMENTO	ESTA A SER CUMPRIDO? (1)	IRREGULARIDADES NO INCUPLIMENTO DETETADAS NO ÚLTIMO MÊS? (2)	MEDIDAS CORRETIVAS ADOPTADAS (3)
Código de Conduta	Sim	A) Não foram detetadas irregularidades	A) Sem necessidade de medidas corretivas
	Não	B) Identificar as irregularidades detetadas	B) Indicar concretamente as medidas que tenham sido adotadas
Plano de Prevenção de Riscos	Sim	A) Não foram detetadas irregularidades	A) Sem necessidade de medidas corretivas
	Não	B) Identificar as irregularidades detetadas	B) Indicar concretamente as medidas que tenham sido adotadas
Canal de Denúncias	Sim	A) Não foram detetadas irregularidades	A) Sem necessidade de medidas corretivas
	Não	B) Identificar as irregularidades detetadas	B) Indicar concretamente as medidas que tenham sido adotadas
Formação e Comunicação	Sim	A) Não foram detetadas irregularidades	A) Sem necessidade de medidas corretivas
	Não	B) Identificar as irregularidades detetadas	B) Indicar concretamente as medidas que tenham sido adotadas

Data: \_\_\_\_\_  
O Responsável pelo Cumprimento Normativo: (assinatura)

Figura 23 Recomendação n.º 7/2024



Figura 24 Relatório de Execução do PPR | 24

As monitorizações realizadas ao longo do ano não evidenciaram irregularidades relevantes, confirmando a observância dos procedimentos definidos e contribuindo para o reforço da integridade institucional e da confiança nas práticas de gestão do SRPC, IP-RAM.

## ❖ SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do SRPC, IP-RAM encontra-se plenamente integrado na atividade quotidiana do Instituto, funcionando como uma estrutura de suporte à normalização de procedimentos, à fiabilidade dos serviços prestados e à gestão orientada por resultados. Prosseguiu-se o trabalho de sensibilização interna para a cultura da qualidade, incentivando a participação ativa dos trabalhadores na identificação de não conformidades, na proposta de ações corretivas e na sinalização de oportunidades de melhoria. Este envolvimento permitiu uma abordagem mais preventiva e menos reativa, contribuindo para a estabilização dos processos e para o aumento da consistência dos serviços prestados às diferentes partes interessadas.

Com o objetivo de verificar a conformidade dos processos com os requisitos estabelecidos e o grau de cumprimento dos objetivos definidos, o SRPC, IP-RAM realizou, no início do mês de julho de 2025, uma auditoria interna ao seu Sistema de Gestão da Qualidade. Esta auditoria incidiu sobre os principais domínios do sistema, incluindo a definição de objetivos, a monitorização de indicadores, a gestão de reclamações, a identificação e tratamento de não conformidades e a gestão da formação. Da



análise efetuada resultaram 3 (três) Não Conformidades menores e 2 (duas) Oportunidades de Melhoria, para as quais foram definidas ações específicas, contribuindo para o reforço da eficácia do SGQ.

Em complemento à auditoria interna, o SRPC, IP-RAM foi ainda submetido, no final de julho de 2025, a uma auditoria externa de acompanhamento ao Sistema de Gestão da Qualidade. Neste âmbito, foi avaliada a conformidade com a norma ISO 9001:2015 e a eficácia dos mecanismos de monitorização e melhoria contínua, tendo sido identificadas 1 (uma) Não Conformidade Menor, 1 (uma) Área Sensível e 2 (duas) Oportunidades de Melhoria, para as quais foram definidas ações específicas, com vista ao reforço da robustez do SGQ e à manutenção da certificação.

### a) CONSTATAÇÕES DAS AUDITÓRIAS DOS ÚLTIMOS 4 ANOS

Tabela 25 Resultados das Auditorias 22 - 25

	Auditoria Interna			Auditoria Externa		
	NCm	AS	OM	NCm	AS	OM
2022	9	0	13	1	2	7
2023	2	0	5	0	2	1
2024	0	0	5	2	0	5
2025	3	0	2	1	1	2

\* NCm – Não Conformidade menor; AS – Área Sensível; OM – Oportunidade de Melhoria

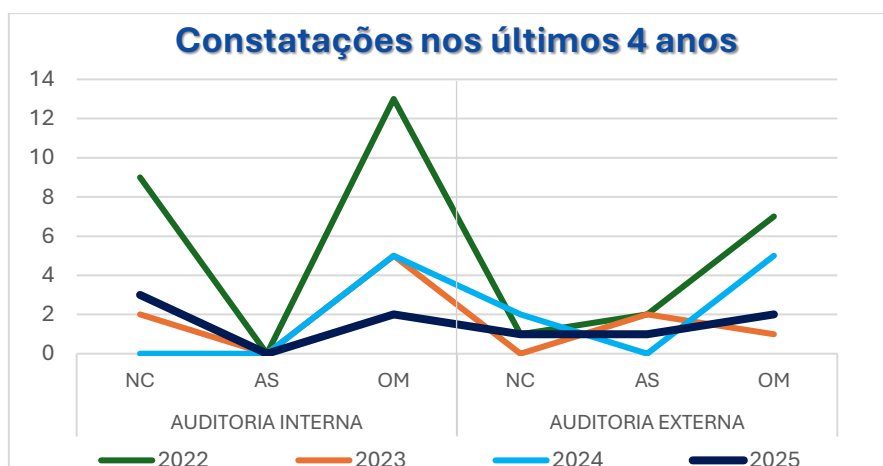


Gráfico 21 Evolução do SGQ

#### — EVOLUÇÕES DO SGQ EVIDENCIADAS PELOS AUDITORES

### 3. Evolução/ alterações da Organização:

- a. Obtenção clara de resultados ao nível da reestruturação em curso nos processos do SGQ.

### 4. Evolução/ pontos fortes do sistema de gestão:



- a. Envolvimento notório da Gestão de Topo na implementação e melhoria do SGQ;
  - b. Empenho e dedicação dos colaboradores, nomeadamente a equipa afeta à Gestão da Qualidade;
  - c. Grande foco no apoio aos Corpos de Bombeiros da RAM e na sua satisfação, sempre com o foco na fiscalização da atividade destes;
  - d. Grande foco no apoio às populações da RAM.
5. Evolução/ pontos fortes da eficácia do sistema de gestão:
- a. Reclamações em 2022, 2023, 2024 e 2025: 0 (zero);
  - b. Resultados da Avaliação de Fornecedores (índice da Qualidade) de 2,93 (máximo possível 3,0) em 2024, superior aos valores obtidos anteriormente.

## ❖ PLANOS E RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

Em conformidade com o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2015/M, de 21 de dezembro, que institui o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública da RAM (SIADAP-RAM), o SRPC, IP-RAM concluiu, no início de 2025, o ciclo avaliativo referente ao exercício de 2024. Este processo consolidou o apuramento dos resultados inscritos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e a subsequente submissão do Relatório de Atividades ao Conselho Coordenador de Avaliação (CCA) da tutela, validando o grau de execução das metas operacionais e a eficiência na gestão dos recursos afetos ao serviço.

Dando continuidade ao ciclo de gestão, o período final de 2025 deu-se início aos trabalhos de elaboração do Plano de Atividades para 2026. Esta fase incidiu na definição dos novos objetivos estratégicos e na respetiva dotação de recursos, de forma a assegurar a conformidade com as prioridades fixadas para o próximo período económico.



Figura 25 Relatório de Atividades | 24



Figura 26 Plano de Atividades | 26



## ❖ PROJETOS

Durante o exercício de 2025, o Gabinete de Qualidade, Avaliação e Instrumentos de Gestão assumiu a gestão técnica e administrativa dos projetos financiados pela União Europeia, assegurando a representação do SRPC, IP-RAM em consórcios internacionais e a instrução de candidaturas a fundos estruturais.

### — PROGRAMA HORIZON E INTERREG

No âmbito da cooperação internacional, a atuação centrou-se no reforço da presença institucional em redes de inovação:

- **Horizon:** Integração do SRPC, IP-RAM em 4 candidaturas internacionais submetidas em regime de consórcio. A participação nestas propostas permitiu o acompanhamento de soluções tecnológicas emergentes, designadamente na criação de espaços de dados partilhados, na organização de exercícios de grande escala e no desenvolvimento de simuladores de Inteligência Artificial aplicados à gestão de incêndios, aluviões e catástrofes naturais. Embora os projetos não tenham sido selecionados para financiamento no presente ciclo, a inclusão nestes consórcios reforçou o posicionamento institucional do Serviço em redes de investigação e inovação europeias.
- **INTERREG Europe (Projeto Better Blue):** Acompanhamento do projeto *Better Blue - Open collaborative governance for climate change adaptation and sustainable lifestyle by the sea*. Esta iniciativa visa responder aos desafios das alterações climáticas e do desenvolvimento sustentável nas regiões costeiras e marítimas, através de uma governança colaborativa que envolve comunidades e autoridades regionais. O SRPC, IP-RAM acompanha a execução das redes de cooperação e o reforço das políticas para a economia azul, integrando um consórcio de 9 parceiros europeus.

### — PROGRAMA SUSTENTÁVEL 2030

O ano de 2025 foi determinante para a estruturação de projetos de elevada relevância para a infraestrutura regional e capacidade operacional:

- **Projeto NADAIR:** Desenvolvimento integral da candidatura ao "Núcleo de Apoio à Decisão e Análise Integrada de Riscos". O projeto foca-se na modernização do centro de comando e na implementação de ferramentas de análise preditiva para uma gestão de emergências baseada em dados.
- **Equipamentos de Proteção Individual (EPI):** Gestão e execução da aquisição de 620 EPI completos para combate a incêndios rurais. O processo envolveu a monitorização



do investimento e o acompanhamento do respetivo cofinanciamento comunitário, garantindo a conformidade dos pedidos de pagamento e da despesa elegível.

---

### 3.8 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

---

O Gabinete de Comunicação e Sensibilização do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM tem como missão divulgar informação clara e credível sobre prevenção de riscos, situações de emergência e autoproteção, reforçando a literacia da população e promovendo comportamentos preventivos.

Através da gestão estratégica das redes sociais, procura maximizar o alcance e o impacto dos conteúdos, consolidando a visibilidade institucional e garantindo comunicação eficaz, especialmente em situações de exceção, enquanto monitoriza resultados para identificar boas práticas e otimizar continuamente a eficácia das ações de sensibilização.

O presente balanço anual das redes sociais visa analisar o desempenho da comunicação digital ao longo do ano transato, avaliando indicadores relevantes e impacto das publicações relacionadas com prevenção de riscos, preparação para situações de exceção e divulgação de informação técnica e operacional.

Os resultados obtidos confirmam o papel das redes sociais como instrumento estratégico na promoção da segurança, da prevenção e da resposta, contribuindo para uma população mais resiliente e preparada, ao mesmo tempo que permitem identificar oportunidades de melhoria ao nível do planeamento estratégico

#### ❖ ANÁLISE DAS REDES SOCIAIS

Número de seguidores nas redes sociais: Estes resultados evidenciam o crescimento consistente da comunidade digital, reforçando a visibilidade das mensagens de prevenção, autoproteção e sensibilização, e validando a eficácia da estratégia de comunicação adotada:

- **Facebook:** Aumentou em 2 645, perfazendo um total de 33 780;
- **Instagram:** Aumentou em 4 062, perfazendo um total de 8 684.

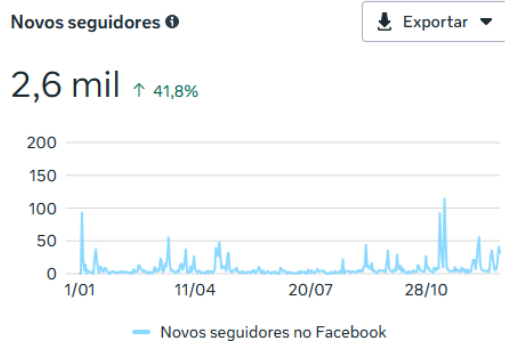


Gráfico 22 Dados – Facebook



Gráfico 23 Dados - Instagram

Número de visitas às páginas oficiais: Reflete o crescente interesse da população pelos conteúdos divulgados e confirmando a relevância das redes sociais como canal estratégico de comunicação e sensibilização em matéria de prevenção de riscos.

- **Facebook:** Aumentou em **16%**;
- **Instagram:** Aumentou em **24%**.



Gráfico 24 Visitas – Facebook



Gráfico 25 Visitas - Instagram

Número de publicações nas redes sociais: Foram realizadas 450 publicações nas redes sociais, gerando cerca de 4.6M de visualizações na página do Facebook e 1.6M no Instagram. Estas publicações geraram uma interação com o público de 80%, em média, comparativamente ao ano transato



— PUBLICAÇÕES COM MAIOR ALCANCE:



Figura 27 Publicações

— RÚBRICA “SABIA QUE?”:

- Os Bombeiros profissionais das AHBM vão ser aumentados?;
- Muitas inundações podem ser evitadas?;
- Acidente Vascular Cerebral (AVC) é a principal causa de morte e incapacidade em Portugal?;
- O SRPC, IP-RAM, investiu 90.000 euros para capacitar e equipar os elementos da Equipa Especializada de Salvamento em Grande Ângulo.

❖ AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

a) MASS TRAINING EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA (SBV)

No decurso do período em análise, foram concretizadas sete ações de formação em larga escala (Mass Training) na área de Suporte Básico de Vida (SBV).

- Dia Internacional da Proteção Civil – 07 de março;
- EBS Dr. Ângelo Augusto da Silva – 06 de maio;
- Fórum Madeira – 16 de maio;
- Lido – 30 de agosto;
- Ponta Gorda – 31 de agosto;
- Madeira Shopping – 11 de outubro;
- Expo Madeira – 05 de julho;
- Dia Internacional da Proteção Civil – 07 de março.



## b) OFICINAS DE PROTEÇÃO CIVIL

No âmbito desta iniciativa, foram concretizadas cinco ações de sensibilização, as quais contaram com a participação de um universo de 252 intervenientes.

Tabela 26 Oficinas de Proteção Civil

Área	Data	Formador	Destinatários	N.º de participantes
Medidas de autoproteção	11, 18 e 25 de julho	Eng. Pedro Nascimento	Funcionários do SRPC, IP-RAM	102
Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndios	22 de outubro	Eng. Pedro Nascimento	Corpos de Bombeiros e CIC	10
Preservação de vestígios em operações de socorro	04 de novembro	Vítor Rodrigues; José Matos – Polícia Judiciária	Agentes de Proteção Civil	57
Cibersegurança	28 de novembro	Eng. Paul Afonseca	Funcionários do SRPC, IP-RAM	34
Valorizar os Resíduos	17 de dezembro	Maria Gorete Moniz Batista	Funcionários do SRPC, IP-RAM	49

## c) CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

- **Recrutamento De Bombeiros Voluntários** – Com o intuito de promover a campanha de recrutamento de Bombeiro Voluntário, realizada em parceria com a Federação de Bombeiros, sob o mote "Estás pronto para a missão?", foram desenvolvidas entrevistas na televisão e rádio e iniciativas nos centros comerciais com o intuito de reforçar as fileiras dos Corpos de Bombeiros da Região Autónoma da Madeira;
- **Natal Seguro** – No âmbito da iniciativa Natal Seguro, o SRPC, IP-RAM divulgou diversos vídeos, com o objetivo de reforçar os cuidados a adotar durante a época natalícia e, desta forma, minimizar o número de chamadas de emergência. Paralelamente, foi dada visibilidade aos operacionais que estiveram de serviço no Dia de Natal, reconhecendo o seu empenho e dedicação, ao manterem-se afastados das suas famílias para assegurar a prestação de socorro e a proteção da população.



Complementarmente às campanhas supracitadas, o Gabinete de Comunicação e Sensibilização procedeu à elaboração e difusão de **87 cartazes informativos**. Estes materiais, incidindo sobre diversas temáticas de proteção civil, foram estrategicamente divulgados em datas comemorativas e dias temáticos, visando a consciencialização pública, a promoção de comportamentos de autoproteção e o reforço da resiliência comunitária.

#### **d) EVENTOS**

- Aniversário do SRPC, IP-RAM;
- Dia Internacional da Proteção Civil;
- Assinatura de contratos-programa com Associações Humanitárias de Bombeiros;
- *Masterclass* Técnicos de Comunicação;
- Dia Regional do Bombeiro;
- Tomada de Posse e Entrega de viatura Bombeiros Porto Santo;
- Entrega viatura OPRAM – Bombeiros Voluntários da Calheta;
- Assinatura contratos programa com Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários;
- Apresentação de dados DECIR 2025;
- Entrega de Equipamento de Proteção Individual aos bombeiros.

---

### **3.9 INSPEÇÃO REGIONAL DE BOMBEIROS | DIVISÃO DE REGULAÇÃO E RECENSEAMENTO DOS BOMBEIROS**

---

---

#### **3.9.1 COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO AOS CORPOS DE BOMBEIROS DA RAM**

---

Foi realizado e homologado o plano anual de ações inspetivas para o ano de 2025 sob o formato apresentado no Regulamento destas ações. No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, foi criado um boletim específico para as ações de correção e de melhoria, sendo o mesmo utilizado para a caracterização das situações detetadas e, sobretudo, para a apresentação das propostas de diferentes ações a implementar.

Os quadros que se seguem representam, respetivamente, o plano anual de inspeções homologado, as alterações realizadas ao plano inicial (replaneamento) e os relatórios realizados nesse âmbito.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA GOVERNO REGIONAL SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, IP-RAM		PLANO ANUAL DE INSPEÇÕES – CORPOS DE BOMBEIROS												Data: 17/12/2025		
		Ano: 2025 Plano 02/2025												Página: 01 /01		
Corporação a inspecionar	Objetivos	* Duração	Equipa de Inspeção	Jan	Fev.	Mar	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
BVC	• Funcionamento, organização operacional, e formação; • Organização administrativa e funcional; • Plano de Instrução e treino – exercícios práticos de avaliação do funcionamento de meios de intervenção; • Veículos e equipamentos; SCI, EPH e EPI/ESI; • Infraestruturas – espaços funcionais e operacionais.	P 6 Horas	• Inspetor Regional de Bombeiros • Inspetor Adjunto de Bombeiros • Representante SEMER • Representante DPOC • Representante da DSCIE												03	
BMRBPS		P 6 Horas														03
BVM		P 6 Horas														04
BMM		P 6 Horas														09
BVS		P 6 Horas														09
BVPS		P 6 Horas														10
BSSC		P 6 Horas														11
BSF		P 6 Horas														11
BVCL		P 6 Horas														15
BVSVPM		P 6 Horas														16

\* Planejado Executado N/Executado Replanejado

PREPARAÇÃO

DR RB/IRB



APROVAÇÃO

O Conselho Diretivo



Imp 07-01 A

Figura 28 Plano Anual de Inspeções dos Corpos de Bombeiros da RAM em 2025

### ❖ AÇÕES INSPETIVAS E RELATÓRIOS NO ÂMBITO DO PLANO ANUAL DE INSPEÇÕES DE 2025

No ano de 2025, a Inspeção Regional de Bombeiros, garantiu a concretização totalidade das ações constantes no Plano Anual de Inspeções aos Corpos de Bombeiros da RAM, como representado no quadro que se segue:

Tabela 27 Quadro do N.º de Ações Inspetivas e relatórios realizados em 2025

Entidade	N.º de Ações Inspetivas	Data	Relatórios das Ações
			Inspetivas
BVC	1	03/12/2025	1
BMRBPS	1	03/12/2025	1
BVM	1	04/12/2025	1
BMM	1	09/12/2025	1
BVS	1	09/12/2025	1
BVPS	1	10/12/2025	1
BSSC	1	11/12/2025	1
BSF	1	11/12/2025	1



<i>BVCL</i>	1	15/12/2025	1
<i>BVSVPM</i>	1	16/12/2025	1
<b>Total</b>	<b>10</b>	---	<b>10</b>

As ações inspetivas assumiram, uma vez mais, um importante papel na fiscalização da atividade desenvolvida pelos Corpos de Bombeiros e constituíram, outrossim, momentos de apuramento e perceção de experiências operacionais relevantes, de fragilidades evidenciadas, mas também das capacidades que cada vez mais os bombeiros patenteiam, fruto das competências e conhecimentos que gradualmente vêm acumulando.

### **3.9.2 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO AO DECIR – DISPOSITIVO ESPECIAL DE COMBATE A INCÊNDIOS RURAIS**

Durante o ano de 2025, deu-se continuidade às ações de fiscalização às equipas no terreno afetas ao DECIR-RAM, tendo sido elaborado para o efeito, uma ficha de auditoria exclusiva para estas ações, que foram devidamente validadas pelo Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM e remetidas para auscultação dos Corpos de Bombeiros. Esta atividade inspetiva teve como finalidade, velar pelo cumprimento das orientações, normas de execução e procedimentos administrativos constantes Diretiva Operacional Regional n.º 2, que cria o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais da Região Autónoma da Madeira (DECIR-RAM), assim como da Diretiva Financeira (DF), através da prossecução e implementação das seguintes ações:

- Realização de auditorias, de carácter inopinado, à atividade operacional dos Corpos de Bombeiros (CB), no âmbito do DECIR-RAM, por forma a velar pelo cumprimento das disposições e requisitos legais e técnicos atualmente em vigor;
- Proceder à fiscalização, no âmbito das competências e atribuições adstritas ao respetivo domínio de atuação, às necessidades e não conformidades identificadas pelo Comando Regional de Operações de Socorro, assim como aos procedimentos operacionais, administrativos e financeiros consagrados no DECIR-RAM e DF;
- Avaliação, in loco, das condições dos meios e recursos disponíveis e necessários à realização ao cumprimento das missões adstritas ao CB, sobretudo no que concerne a instalações, equipamentos, sistemas, materiais, veículos e recursos humanos;
- Recolha das informações consideradas pertinentes e/ou necessárias à identificação e implementação de medidas de controlo e acompanhamento corretivas, tendentes à resolução de eventuais não conformidades detetadas;



- Verificação [aleatória] do cumprimento das normas de execução consagradas no DECIR-RAM e DF, nos últimos oito (8) dias, com recurso à plataforma GesDECIR.

O quadro que se segue, representa, as ações de fiscalização realizadas no âmbito do DECIR-RAM, e os respetivos relatórios de fiscalização:

*Tabela 28 Quadro do N.º de Ações de fiscalização realizadas ao longo do ano de 2025*

<b>Entidade</b>	<b>N.º de Ações Fiscalização</b>	<b>Data</b>
<i>BMRBPS</i>	1	07/08/2025
<i>BVM</i>	1	12/08/2025
<i>BVCL</i>	1	13/08/2025
<i>BVS</i>	1	18/08/2025
<i>BVSVPM</i>	1	02/09/2025
<i>BVC</i>	1	03/09/2025
<i>BVM</i>	1	04/12/2025
<i>BMRBPS</i>	1	04/12/2025
<i>BVC</i>	1	04/12/2025
<b>Total</b>	9	---

### **3.9.3 PLANOS DE INSTRUÇÃO DOS CORPOS DE BOMBEIROS DA RAM**

A formação contínua através dos Planos de Instrução visa o treino e o saber fazer, através do aperfeiçoamento permanente dos conhecimentos adquiridos do pessoal dos corpos de bombeiros nas ações de formação. A instrução do pessoal dos corpos de bombeiros é ministrada sob a direção e orientação do respetivo Comandante, de acordo com programa previamente estabelecido e aprovado pelo SRPC, IP-RAM, sem prejuízo da necessária articulação com os programas definidos pela ANEPC. Os Corpos de Bombeiros remetem os Planos de Instrução, em papel ou por correio eletrónico, à Inspeção Regional de Bombeiros, até 10 de dezembro de cada ano, que, após verificação, procede à respetiva validação e monitoriza o seu cumprimento através de auditorias presenciais nas datas indicados no plano.



Tabela 29 Registo da receção e homologação dos Planos de Instrução dos Corpos de Bombeiros pela Inspeção Regional de Bombeiros

<b>Entidade</b>	<b>Data de Envio dos Planos de Instrução</b>	<b>Homologação/ Aprovação IRB</b>	<b>Data de Homologação/ Aprovação IRB</b>
BSF	04/02/2025	Homologado	10/07/2025
BVM	15/01/2025	Homologado	07/03/2025
BSSC	09/07/2025	Homologado	10/07/2025
BMM	31/01/2025	Homologado	07/03/2025
BMRBPS	18/01/2025	Homologado	07/03/2025
BVS	24/01/2025	Homologado	07/03/2025
BVCL	18/01/2025	Homologado	07/03/2025
BVC	03/01/2025	Homologado	07/03/2025
BVSVPM	15/02/2025	Homologado	07/03/2025
BVPS	14/01/2025	Homologado	07/03/2025

#### ❖ AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO AOS PLANOS DE INSTRUÇÃO DOS CORPOS DE BOMBEIROS

No decurso deste exercício, deu-se continuidade às ações de fiscalização no âmbito dos Planos de Instrução dos Corpos de Bombeiros da RAM. Nesta senda, foram readaptados e uniformizados os modelos de fichas de auditoria exclusiva para estas ações, validados pelo Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, e posteriormente submetidos a auscultação dos Corpos de Bombeiros.

Esta atividade inspetiva teve como finalidade a salvaguarda do cumprimento dos normativos regulamentares atualmente em vigor, assim como as diretrizes constantes no Plano de Instrução Contínua, através da prossecução e implementação das seguintes ações:

- Confirmação, e respetivo acompanhamento, das ações instrutórias programadas, conforme programação constante no Plano de Instrução Contínua aprovado;
- Avaliação, *in loco*, das condições, meios e recursos formativos disponíveis e necessários à realização da ação instrutória programada - instalações, equipamentos, sistemas, materiais, veículos e recursos humanos;



- Verificação [de forma aleatória] do cumprimento do Plano de Instrução Contínua aprovado, até à data, através da realização de uma auditoria às fichas de sumários associadas às ações instrutórias precedentes;
- Verificação das fichas de presença, associadas às ações instrutórias auditadas na alínea anterior, com aferição e/ou confirmação da respetiva conformidade [devidamente assinadas, pelos instruendos e instrutores];
- Velar pelo cumprimento das disposições e requisitos legais e técnicos atualmente em vigor.

Esta tarefa visa garantir o cumprimento dos Planos de Instrução Contínuas dos Corpos de Bombeiros da Região Autónoma da Madeira, nos termos das disposições conjugadas e previstas no artigo 24.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/M, de 20 de agosto, na atual redação, com as competências consagradas nas alíneas d) e f), do n.º 3, do artigo 8.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho, na sua versão atual.

O quadro que se segue, representa, as ações de fiscalização realizadas no âmbito dos Planos de Instrução dos Corpos de Bombeiros, e os respetivos relatórios de fiscalização.

*Tabela 30 Quadro do N.º de Ações de fiscalização e relatórios realizados ao longo do ano de 2025*

<b>Entidade</b>	<b>Datas Previstas das</b>		<b>Relatórios das Ações de</b>	
	<b>Ações</b>	<b>Ações Realizadas</b>	<b>Fiscalização</b>	
BVCL	13/08/2025	NÃO REALIZADA	NÃO REALIZADA	
BVSVPM	16/08/2025	NÃO REALIZADA	NÃO REALIZADA	
BVS	18/08/2025	REALIZADA	REALIZADA	
BVM	28/08/2025	NÃO REALIZADA	NÃO REALIZADA	
BVPS	10/09/2025	NÃO REALIZADA	NÃO REALIZADA	
BMM	11/09/2025	NÃO REALIZADA	NÃO REALIZADA	
BVC	17/09/2025	NÃO REALIZADA	NÃO REALIZADA	
BMRBPS	04/10/2025	NÃO REALIZADA	NÃO REALIZADA	

**1 Ação de fiscalização no âmbito dos planos de instrução dos Corpos de Bombeiros**

**Nota:** As ações de fiscalizadas identificadas como não realizadas, foram alvo de verificação durante as ações inspetivas relativas ao plano anual de inspeções.



Estas ações de fiscalização assumiram, uma vez mais, um importante papel na prossecução pelo cumprimento das orientações, normas de execução e procedimentos administrativos constantes no artigo 24.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/M, de 20 de agosto, na atual redação, com as competências consagradas nas alíneas d) e f), do n.º 3, do artigo 8.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho, na sua versão atual.

---

### **3.9.4 IDENTIFICAÇÃO E LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES OPERACIONAIS DOS CORPOS DE BOMBEIROS | REFORÇO A NÍVEL OPERACIONAL DOS CORPOS DE BOMBEIROS**

À semelhança dos anos anteriores, no sentido de dotar os Corpos de Bombeiros de equipamentos/materiais, considerados necessários para a prática das suas atividades, o Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM propôs a todos os Corpos de Bombeiros da RAM, a criação de um Plano de Aquisições para o ano de 2025. Neste sentido, foi solicitado a todos os Corpos de Bombeiros da RAM, um levantamento rigoroso de necessidades de equipamentos.

Atendendo, que nem todas as necessidades apresentadas são de fácil resolução, a Inspeção Regional de Bombeiros do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, estabeleceu critérios para a aquisição dos referidos equipamentos, nomeadamente através da consulta dos Relatórios das Ações Inspetivas e das necessidades evidenciadas nos mesmos. Neste sentido, de acordo com a alínea m) do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M de 30 de junho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional N.º 17/2022/M de 1 de agosto, a Inspeção Regional de Bombeiros, através das listagens de equipamentos apresentados pelos Corpos de Bombeiros da RAM, para a respetiva integração no Plano de Aquisições do SRPC, IP-RAM para os anos de 2024/2025, propôs a aquisição dos recursos que, à circunstância, fossem os mais adequados à prossecução das suas atividades de socorro e emergência.

Contudo, com a aprovação tardia do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, através do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2024/M de 29 de julho e conseqüentemente, do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2024/M, de 11 de setembro, não permitiu ao Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, avançar com os procedimentos concursais ambicionados, direcionados à aquisição de equipamentos, veículos e outros apetrechamentos, previamente identificados para o Corpos de Bombeiros.



## ❖ AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS | REFORÇO ESTRATÉGICO A NÍVEL OPERACIONAL DOS CORPOS DE BOMBEIROS

### *a) EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA O COMBATE DE INCÊNDIOS URBANOS*

Durante o ano de 2025, manteve-se em curso os trabalhos para finalizar os procedimentos relativos ao Concurso Público com Publicidade Internacional N.º 2/2022 do SRPC, IP-RAM, para a aquisição de um conjunto de equipamentos de proteção individual – EPIS. O preço base total do procedimento atrás referido é de **223.565,00€ (duzentos e vinte e três mil, quinhentos e sessenta e cinco euros)**, acrescido do valor do IVA, à taxa legal em vigor, dividido da seguinte forma, por 4 Lotes:

- Lote 1 - Aquisição de 101 Fatos de Proteção de Combate a Incêndios Urbanos, no valor base de 116,352.00€ (cento e dezasseis mil, trezentos e cinquenta e dois euros), a que acresce o valor do IVA, à taxa legal em vigor;
- Lote 2 - Aquisição de 33 pares de Botas de Combate a Incêndios Urbanos, no valor base de 5,775,00€ (cinco mil, setecentos e setenta e cinco euros), a que acresce o valor do IVA, à taxa legal em vigor;
- Lote 3 - Aquisição de 129 capacetes para Combate a Incêndios Urbanos, no valor base de 69,148.00€ (sessenta e nove mil, cento e quarenta e oito euros), a que acresce o valor do IVA, à taxa legal em vigor;
- Lote 4 - Aquisição de 128 capacetes para Combate a Incêndios Florestais, no valor base de 32.290,00€ (trinta e dois mil, duzentos e noventa euros), a que acresce o valor do IVA, à taxa legal em vigor.

Ainda, no que concerne à aquisição dos equipamentos acima referidos, os mesmos foram estimados de acordo com o levantamento de necessidades dos Corpos de Bombeiros em articulação com as necessidades demonstradas nas ações inspetivas e registadas em sede de Relatório de Inspeção, como sendo equipamentos que consubstanciassem uma necessidade efetiva. Deste modo, os números de equipamentos previstos no Concurso Público com Publicidade Internacional N.º 2/2022 do SRPC, IP-RAM, encontram-se distribuídos da seguinte forma:



Tabela 31 Quadro demonstrativo da distribuição do Lote 1 por Corpo de Bombeiros e respetivos valores

### Lote 1 – Aquisição de 101 Fatos de Proteção de Combate a Incêndios Urbanos

<b>Entidade Detentora</b>	<b>Corpo de Bombeiros</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total S/IVA</b>
AHBVM	BVM	15	1 148,60€	17 229,00€
CMM	BMM	10	1 148,60€	11 486,00€
AHBRBPS	BMRBPS	10	1 148,60€	11 486,00€
AHBVS	BVS	15	1 148,60€	17 229,00€
AHBVC	BVC	18	1 148,60€	20 674,80€
AHBVCL	BVCL	13	1 148,60€	14 931,80€
AHBVSVPM	BVSVPM	20	1 148,60€	22 972,00€
<b>Total</b>	--	<b>101</b>	--	<b>116 008,60€</b>

Tabela 32 Quadro demonstrativo da distribuição do Lote 2 por Corpo de Bombeiros e respetivos valores

### Lote 2 – Aquisição de 33 Pares de Botas de Combate a Incêndios Urbanos

<b>Entidade Detentora</b>	<b>Corpo de Bombeiros</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total S/IVA</b>
AHBVS	BVS	15	174,90€	2 623,50€
AHBVC	BVC	18	174,90€	3 148,20€
<b>Total</b>	--	<b>33</b>	--	<b>5 771,70€</b>

Tabela 33 Quadro demonstrativo da distribuição do Lote 3 por Corpo de Bombeiros e respetivos valores

### Lote 3 – Aquisição de 129 Capacetes para Combate a Incêndios Urbanos

<b>Entidade Detentora</b>	<b>Corpo de Bombeiros</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total S/IVA</b>
AHBVM	BVM	9	282,30€	2 540,70€
CMM	BMM	20	282,30€	5 646,00€
AHBRBPS	BMRBPS	12	282,30€	3 387,60€



<i>AHBVS</i>	BVS	15	282,30€	4 234,50€
<i>AHBVC</i>	BVC	16	282,30€	4 516,80€
<i>AHBVCL</i>	BVCL	27	282,30€	7 622,10€
<i>AHBVSVPM</i>	BVSVPM	10	282,30€	2 823,00€
<b>Total</b>	--	<b>101</b>	--	<b>11 008,60€</b>

Tabela 34 Quadro demonstrativo da distribuição do Lote 4 por Corpo de Bombeiros e respetivos valores

#### Lote 4 – Aquisição de 129 Capacetes para Combate a Incêndios Urbanos

<i>Entidade Detentora</i>	<i>Corpo de Bombeiros</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor Total S/IVA</i>
<i>CMSC</i>	CBSSC	30	150,63€	4 518,90€
<i>CMM</i>	BMM	40	150,63€	6 025,20€
<i>AHBRBPS</i>	BMRBPS	14	150,63€	2 108,82€
<i>AHBVCL</i>	BVCL	12	150,63€	1 807,56€
<i>AHBVSVPM</i>	BVSVPM	16	150,63€	2 410,08€
<i>AHBVPS</i>	BVPS	16	150,63€	2 410,08€
<b>Total</b>	--	<b>128</b>	--	<b>19 280,64€</b>

#### **b) EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA O COMBATE DE INCÊNDIOS RURAIS**

Ainda, no início do ano de 2025, iniciou-se também os procedimentos relativos ao Concurso Público com Publicidade Internacional N.º 1/2025 do SRPC, IP-RAM, para a aquisição de equipamentos de proteção individual – EPIS Rurais. O valor total do procedimento referido foi de 599.341,60€ (quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e quarenta e um euros e sessenta cêntimos), acrescido do valor do IVA, à taxa legal em vigor, dividido da seguinte forma, por 5 Lotes:

- Lote 1 - Aquisição de 620 Fatos (Calça + Casaco) de Proteção de Combate a Incêndios Rurais, no valor de 263.828,60€ (duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e vinte e oito euros e sessenta cêntimos), a que acresce o valor do IVA, à taxa legal em vigor;



- Lote 2 - Aquisição de 620 pares de Botas de Combate a Incêndios em espaços naturais, no valor de 122.264,00€ (cento e vinte e dois mil, duzentos e sessenta e quatro euros), a que acresce o valor do IVA, à taxa legal em vigor;
- Lote 3 - Aquisição de 620 Cogulas Florestais para Combate a Incêndios, no valor de 21.669,00€ (vinte e um mil, seiscentos e sessenta e nove euros), a que acresce o valor do IVA, à taxa legal em vigor;
- Lote 4 - Aquisição de 620 pares de Luvas de combate a incêndios rurais, no valor de 39.680,00€ (trinta e nove mil, seiscentos e oitenta euros), a que acresce o valor do IVA, à taxa legal em vigor;
- Lote 5 - Aquisição de 620 Capacetes Florestais para Combate a Incêndios, no valor de 151.900€ (cento e cinquenta e um mil e novecentos euros, a que acresce o valor do IVA, à taxa legal em vigor.

Ainda, no que concerne à aquisição dos equipamentos acima referidos, os mesmos foram estimados de acordo com o levantamento de necessidades dos Corpos de Bombeiros em articulação com as necessidades demonstradas nas ações inspetivas e registadas em sede de Relatório de Inspeção, como sendo equipamentos que consubstanciassem uma necessidade efetiva. Deste modo, os números de equipamentos previstos no Concurso Público com Publicidade Internacional N.º 1/2025 do SRPC, IP-RAM, para a aquisição de equipamentos de proteção individual – EPIS Rurais, encontram-se distribuídos da seguinte forma:

*Tabela 35 Quadro demonstrativo da distribuição do Lote 1 por Corpo de Bombeiros e respetivos valores*

<b>Lote 1 – Aquisição de 620 Fatos de Proteção Individual de Combate a Incêndios Rurais</b>				
<i>Entidade</i>				
<i>Detentora</i>	<i>Corpo de Bombeiros</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor Total S/IVA</i>
AHBVM	BVM	144	425,53€	61 276,32€
AHBRBPS	BMRBPS	74	425,53€	31 489,22€
AHBVS	BVS	61	425,53€	25 957,33€
AHBVCL	BVCL	118	425,53€	50 212,54€
AHBVC	BVC	68	425,53€	28 936,04€
AHBVSVPM	BVSVPM	52	425,53€	22 127,56€



<i>AHBVPS</i>	BVPS	40	425,53€	17 021,20€
<i>SRPC, IP-RAM</i>	HELITRANSPORTADA	63	425,53€	26 808,39€
<b>Total</b>	---	620	---	263 828,60€

Tabela 36 Quadro demonstrativo da distribuição do Lote 2 por Corpo de Bombeiros e respetivos valores

### Lote 2 – Aquisição de 620 Pares de Botas de Combate a Incêndios Rurais

<i>Entidade</i>				
<i>Detentora</i>	<i>Corpo de Bombeiros</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor Total S/IVA</i>
<i>AHBVM</i>	BVM	144	197,20€	28 396,80€
<i>AHBRBPS</i>	BMRBPS	74	197,20€	14 592,80€
<i>AHBVS</i>	BVS	61	197,20€	12 029,20€
<i>AHBVCL</i>	BVCL	118	197,20€	23 269,60€
<i>AHBVC</i>	BVC	68	197,20€	13 409,60€
<i>AHBVSPM</i>	BVSPM	52	197,20€	10 254,40€
<i>AHBVPS</i>	BVPS	40	197,20€	7 888,00€
<i>SRPC, IP-RAM</i>	HELITRANSPORTADA	63	197,20€	12 423,60€
<b>Total</b>	---	620	---	122 264,00€

Tabela 37 Quadro demonstrativo da distribuição do Lote 3 por Corpo de Bombeiros e respetivos valores

### Lote 3 – Aquisição de 620 Cogulas de Combate a Incêndios Rurais

<i>Entidade</i>				
<i>Detentora</i>	<i>Corpo de Bombeiros</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor Total S/IVA</i>
<i>AHBVM</i>	BVM	144	34,95€	5 032,80€
<i>AHBRBPS</i>	BMRBPS	74	34,95€	2 586,30€
<i>AHBVS</i>	BVS	61	34,95€	2 131,95€
<i>AHBVCL</i>	BVCL	118	34,95€	4 124,10€
<i>AHBVC</i>	BVC	68	34,95€	2 376,60€



<i>AHBVSVPM</i>	BVSVPM	52	34,95€	1 817,40€
<i>AHBVPS</i>	BVPS	40	34,95€	1 398,00€
<i>SRPC, IP-RAM</i>	HELITRANSPORTADA	63	34,95€	2 201,85€
<b>Total</b>	---	620	---	21 669,00€

Tabela 38 Quadro demonstrativo da distribuição do Lote 4 por Corpo de Bombeiros e respetivos valores

#### Lote 4 – Aquisição de 620 Pares de Luvas de Combate a Incêndios Rurais

<i>Entidade</i>				
<i>Detentora</i>	<i>Corpo de Bombeiros</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor Total S/IVA</i>
<i>AHBVM</i>	BVM	144	64,00€	9 216,00€
<i>AHBRBPS</i>	BMRBPS	74	64,00€	4 736,00€
<i>AHBVS</i>	BVS	61	64,00€	3 904,00€
<i>AHBVCL</i>	BVCL	118	64,00€	7 552,00€
<i>AHBVC</i>	BVC	68	64,00€	4 352,00€
<i>AHBVSVPM</i>	BVSVPM	52	64,00€	3 328,00€
<i>AHBVPS</i>	BVPS	40	64,00€	2 560,00€
<i>SRPC, IP-RAM</i>	HELITRANSPORTADA	63	64,00€	4 032,00€
<b>Total</b>	---	620	---	39 680,00€

Tabela 39 Quadro demonstrativo da distribuição do Lote 5 por Corpo de Bombeiros e respetivos valores

#### Lote 5 – Aquisição de 620 Capacetes de Combate a Incêndios Rurais

<i>Entidade</i>				
<i>Detentora</i>	<i>Corpo de Bombeiros</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor Total S/IVA</i>
<i>AHBVM</i>	BVM	144	245,00€	35 280,00€
<i>AHBRBPS</i>	BMRBPS	74	245,00€	18 130,00€
<i>AHBVS</i>	BVS	61	245,00€	14 945,00€
<i>AHBVCL</i>	BVCL	118	245,00€	28 910,00€



AHBVC	BVC	68	245,00€	16 660,00€
AHBVSVPM	BVSVPM	52	245,00€	12 740,00€
AHBVPS	BVPS	40	245,00€	9 800,00€
SRPC, IP-RAM	HELITRANSPORTADA	63	245,00€	15 435,00€
<b>Total</b>	---	620	---	151 900,00€

### c) CONJUNTO DE EQUIPAMENTOS DE EMERGENCY PLUG PARA OS CORPOS DE BOMBEIROS DA RAM

Procedeu-se igualmente à aquisição estratégica de um conjunto de Equipamentos de *Emergency Plug* para os Corpos de Bombeiros. O dispositivo *Emergency Plug*, tem sido utilizado como um equipamento essencial para intervir em acidentes com veículos elétricos, permitindo, desativar o sistema de tração do veículo, evitando assim, movimentos involuntários e garantindo uma abordagem mais segura durante a ação de socorro. Em suma, este equipamento foi concebido para bloquear temporariamente comportamentos imprevisíveis de um veículo elétrico, sendo mais um complemento aos protocolos atualmente em vigor.

Neste sentido e tendo em consideração a extrema importância da Divisão de Formação e dos corpos de bombeiros, garantirem mais esta valência ao serviço da população da Região Autónoma da Madeira, foi proposto a aquisição de 15 unidades do equipamento *Emergency Plug*, no valor total de 12.075,00€ (805€ por unidade) que acresce o IVA à taxa legal em vigor, através do procedimento por Ajuste Direto n.º 13/2025 do SRPC, IP-RAM, por forma a permitir, que os bombeiros atuem no teatro de operações com mais segurança, possibilitando assim o foco total nas vítimas.

Tabela 40 Quadro demonstrativo da distribuição dos *Emergency Plug* e do valor total por entidade

<b>Lote 4 – Aquisição de 620 Pares de Luvas de Combate a Incêndios Rurais</b>			
<i>Entidade Detentora</i>	<i>Corpo de Bombeiros</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Valor</i>
CMF	CBSF	1	805,00€
AHBVM	BVM	1	805,00€
CMSC	CBSSC	1	805,00€
AHBRBPS	BMRBPS	1	805,00€
CMM	BMM	1	805,00€



<i>AHBVS</i>	BVS	1	805,00€
<i>AHBVCL</i>	BVCL	1	805,00€
<i>AHBVC</i>	BVC	1	805,00€
<i>AHBVSPM</i>	BVSPM	1	805,00€
<i>AHBVPS</i>	BVPS	1	805,00€
<i>SRPC, IP-RAM</i>	D. FORMAÇÃO	1	4.025€
<b>Total</b>	---	15	12 075,00€

#### **d) CONJUNTO DE ALMOFADAS DE PRESSÃO PARA OS CORPOS DE BOMBEIROS DA RAM**

No âmbito do diagnóstico de necessidades de veículos e equipamentos para os Corpos de Bombeiros da Região Autónoma da Madeira, afeto ao Plano de Reequipamento Estratégico da Proteção Civil, foram detetadas algumas carências de reequipamento, quer ao nível de algumas tipologias de veículos, como também, de alguns equipamentos. O equipamento existente nos Corpos de Bombeiros encontra-se obsoleto, tendo sido adquirido há mais de 20 anos, comprometendo a capacidade de resposta e colocando em risco a eficácia das operações e a segurança dos operacionais e das vítimas. As almofadas de alta pressão, garantem aos utilizadores, várias formas de aplicação no Teatro de Operações, sendo equipamentos essenciais para: a elevação e deslocação de cargas pesadas, nomeadamente em operações de desencarceramento, resgate em colapso estrutural e acidentes industriais; criação de espaços de acesso em zonas confinadas, permitindo a extração segura de vítimas, podendo até servir de complementaridade operacional com os restantes equipamentos de desencarceramento e estabilização. Neste sentido e para o cumprimento da missão do Corpo de Bombeiros e em alinhamento com o disposto no Despacho n.º 1240/2024, de 1 de fevereiro, que regulamenta as especificações técnicas dos veículos e equipamentos operacionais dos Corpos de Bombeiros, foi identificado como de extrema importância, garantir mais esta valência ao serviço da população da Região Autónoma da Madeira, através da aquisição de um conjunto de almofadas de alta pressão, no valor de 211.674,80€ (que acresce o IVA à taxa legal em vigor) que serão distribuídos por todos os Corpos de Bombeiros e pela Divisão de Formação do SRPC, IP-RAM.

Assim, foram projetados dois tipos de KIT de Almofadas de Pressão, KIT A e KIT B, composto pelos seguintes equipamentos:



Tabela 41 Quadro da composição do KIT A do conjunto de Almofadas de Alta Pressão

**Kit A – Almofadas de Alta Pressão**

<i>Kit A</i>	<i>Quantidades</i>
ALMOFADA ALTA PRESSAO 12.4BAR MOD. KPI-3	1
ALMOFADA ALTA PRESSAO 12.4BAR MOD. KPI-12	2
ALMOFADA ALTA PRESSAO 12.4BAR MOD. KPI-22	2
ALMOFADA ALTA PRESSAO 12.4BAR MOD. KPI-44	2
PROTECAO ANTIDSLIZANTE P/ ALMOFADA ALTA PRESSAO 381X381X25MM	2
VALVULA FIM LINHA P/ALMOFADA ALTA PRESSAO 12.4BAR	4
MANGUEIRA ENCHIMENTO 10M AMARELA	1
MANGUEIRA ENCHIMENTO 10M VERMELHA	1
MANGUEIRA ENCHIMENTO 10M VERDE	1
MANGUEIRA ENCHIMENTO 10M AZUL	1
MANGUEIRA ENCHIMENTO 5M PRETA	1
LIGACAO "Y" P/ALMOFADA ALTA PRESSAO 12.4BAR	2
CONTROLADOR ENCHIMENTO DUPLO TIPO HOMEM MORTO	1
REDUTOR PRESSAO PRE-REGULADO P/ ALMOFADAS ALTA PRESSAO	1
<b>Valor Total</b>	<b>13 086,80€</b>



## Kit B – Almofadas de Alta Pressão

<i>Kit B</i>	<i>Quantidades</i>
ALMOFADA ALTA PRESSAO 12.4BAR MOD. MULTIFORCE	1
SADDLEBAG	1
MANGUEIRA ENCHIMENTO 5M/ P/ALMOFADA ALTA PRESSÃO 12.4BAR PRETA	1
MANGUEIRA ENCHIMENTO 5M/ P/ALMOFADA ALTA PRESSÃO 12.4BAR AMARELA	1
VALVULA FIM LINHA P/ALMOFADA ALTA PRESSÃO 12.4BAR	1
CONTROLADOR DUPLO TIPO HOMEM MORTO P/ALMOFADA ALTA PRESSÃO 12.4BAR	1
REDUTOR PRESSÃO P/ALMOFADA ALTA PRESSÃO 12.4BAR	1
<b>Valor Total</b>	<b>13 544,80€</b>

Tabela 42 Quadro demonstrativo da distribuição dos KITS de Almofadas de Alta Pressão e respetivo valor por entidade

## Quadro de Distribuição dos Kits de Almofadas de Alta Pressão

<i>Entidade</i>		<i>Quantidade</i>	<i>Valor Unitário</i>	<i>Valor Total S/IVA</i>
<i>Detentora</i>	<i>Corpo de Bombeiros</i>			
CMF	CBSF	KIT A + KIT B	26.631,60€	26.631,60€
AHBVM	BVM	KIT A	13.086,80€	13.086,80€
CMSC	CBSSC	KIT A	13.086,80€	13.086,80€
AHBRBPS	BMRBPS	KIT A + KIT B	26.631,60€	26.631,60€
CMM	BMM	KIT A + KIT B	26.631,60€	26.631,60€
AHBVS	BVS	KIT A	13.086,80€	13.086,80€
AHBVCL	BVCL	KIT A	13.086,80€	13.086,80€
AHBVC	BVC	KIT A	13.086,80€	13.086,80€
AHBVSVPM	BVSVPM	KIT A	13.086,80€	13.086,80€
AHBVPS	BVPS	KIT A + KIT B	26.631,60€	26.631,60€



SRPC, IP-RAM	D. FORMAÇÃO	KIT A + KIT B	26.631,60€	26.631,60€
<b>Total</b>	---	16	---	211.674,80€

Os equipamentos acima referidos, encontram-se adjudicados e com previsão de entrega para o segundo trimestre de 2026.

## ❖ AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS | REFORÇO ESTRATÉGICO A NÍVEL OPERACIONAL DOS CORPOS DE BOMBEIROS

### a) AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ESCADA (MEIO TÉCNICO ELEVATÓRIO)

A ilha do Porto Santo, território sujeito à dupla insularidade, apesar de uma acentuada sazonalidade no período estival, tem tendencialmente beneficiado de um incremento demográfico, sobretudo na população presente que resulta de um afluxo turístico ao longo de todo o ano, em acréscimo aos residentes, o que reflete no aumento da procura operacional e maior pressão no Sistema de Emergência e Proteção Civil. Neste sentido, era uma necessidade imperiosa, dotar o Corpo de Bombeiros local, de um veículo elevatório compatível com os desígnios de proteção e socorro, garantindo uma capacitação local diferenciada e proporcional aos riscos que terão de antever em todos os cenários passíveis de acontecer, com vista a garantir uma pronta resposta na busca e salvamento de pessoas e animais, bem como na intervenção na resolução de ocorrências nesta vertente.

Neste sentido, foram iniciados em 2025, os procedimentos relativos ao Concurso Público N.º 1/2025 do SRPC, IP-RAM, para a aquisição de um Veículo Escada (Meio Técnico Elevatório). O valor total do procedimento referido foi de 220.000,00€ (duzentos e vinte mil euros), acrescido do valor do IVA, à taxa legal em vigor.

O SRPC, IP-RAM, é o proprietário do Veículo Escada, cedendo ao Corpo de Bombeiros Voluntários do Porto Santo, através de um Protocolo de Cedência Temporária, a título gratuito.

### b) AQUISIÇÃO DE VEÍCULO URBANO DE COMBATE A INCÊNDIOS (VUCI)

Dada a importância do recurso em apreço, o Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, pretendeu fortalecer as várias tipologias de ocorrências dos Corpos de Bombeiros, respeitando as especificidades e características das áreas de intervenção de cada um, considerando assim, de extrema necessidade, o apetrechamento do parque de veículos, com a aquisição de um Veículo Urbano de Combate a Incêndios – VUCI, para o Corpo de Bombeiros Voluntários do Porto Santo, devido às suas



características geográficas, dupla insularidade, enfrentando dificuldades acrescidas, num eventual pedido de ajuda e respetivo reforço de recursos, quer sejam materiais ou humanos.

Neste sentido, foram iniciados em 2025, os procedimentos relativos ao Ajuste Direto N.º 32/2025 do SRPC, IP-RAM, para a aquisição de um Veículo Urbano de Combate a Incêndios - VUCI. O valor total do procedimento referido foi de 355.200,00€ (trezentos e cinquenta e cinco mil e duzentos euros), acrescido do valor do IVA, à taxa legal em vigor.

O Veículo Urbano de Combate a Incêndios encontra-se adjudicado e em fase de transformação, projetando-se a entrega do mesmo para o segundo trimestre de 2026.

---

### **3.9.5 RECENSEAMENTO NACIONAL DE BOMBEIROS – RNBP**

O regime jurídico dos corpos de bombeiros da Região Autónoma da Madeira regulado através do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2010/M, na redação dada pelo DLR 14/2016/M, de 11 de março, que adaptou à região o Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 248/2012 de 21 de novembro, prevê no seu artigo 28º a existência do Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses (RNBP), de forma a incorporar a informação relevante que respeita ao registo dos bombeiros. O Decreto-Lei n.º 49/2008, de 14 de março, veio regular a criação e manutenção do RNBP, definindo os termos de implementação e funcionamento da base de dados de suporte.

Em condições de normal funcionamento, as auditorias ao RNBP são realizadas remotamente no primeiro dia útil de cada mês, permitindo ao Serviço Regional de Proteção Civil (SRPC, IP-RAM) assegurar o controlo e monitorização da informação registada, identificando alterações, eventuais incorreções de inserção ou omissões de atualização.

#### **❖ SITUAÇÃO OPERACIONAL E MONITORIZAÇÃO ALTERNATIVA EM 2025**

Contudo, atendendo à inoperacionalidade da ferramenta informática ao longo de todo o ano de 2025, não foi possível proceder à extração dos relatórios mensais nem realizar as auditorias regulares nos moldes previstos. A ausência de acesso ao sistema inviabilizou a verificação direta na plataforma, ficando suspenso o procedimento de auditoria remota durante o referido período.

Não obstante esta limitação técnica, o SRPC, IP-RAM manteve a monitorização e verificação dos dados através de uma base de dados em suporte Excel, que contém os dados estatísticos dos Corpos de Bombeiros. Este registo, mantido de forma autónoma ao RNBP, permitiu assegurar a continuidade do acompanhamento da informação essencial durante o período de inoperacionalidade do sistema central.



Deste modo, embora o presente relatório não contemple a habitual sistematização extraída diretamente da plataforma informática, a monitorização dos efetivos e da atividade institucional continuou a ser assegurada mediante este controlo interno, garantindo que a informação estatística essencial permanece salvaguardada até à reposição da plena operacionalidade do RNBP.

### 3.9.6 INGRESSOS DA CARREIRA DE BOMBEIRO VOLUNTÁRIO

No ano de 2025 foram planeadas pela DRRB em articulação com a DF, a abertura de 4 Cursos de Formação para Ingresso na Carreira de Bombeiro Voluntário para os seguintes Corpos de Bombeiros:

- Curso Conjunto BVS e BMRBPS;
- BVCL;
- BVM;
- BVPS.

Tabela 43 Cursos de Formação para Ingresso na Carreira de Bombeiro Voluntário, provas de ingresso e ingresso

#### Cursos de formação para Ingresso na Carreira de Bombeiro de Voluntário 2025

<i>Corpo de Bombeiros</i>	<i>Data de Inicio do curso</i>	<i>N.º de Elementos</i>	<i>Provas de Ingresso</i>	<i>Ingresso</i>
BVPS	30-04-2025	8	Realizadas as provas de ingresso em 07-02-2026 a 8 elementos.	Ingresso previsto para abril de 2026.
BMRBPS   BVS	19-05-2025	14	Realizadas as provas de ingresso em 31-01-2026 a 6 elementos	Ingresso previsto para maio de 2026.
BVCL	20-10-2025	10	<b>Provas de Ingresso do Curso de 2024:</b> Realizadas as provas de ingresso em 31-01-2026 a 9 elementos	<b>Curso de 2024:</b> Ingresso previsto para fevereiro de 2026.
			<b>Provas de Ingresso do Curso de 2025:</b> Realizar as provas de ingresso no segundo semestre de 2026.	<b>Curso de 2025:</b> Ingresso previsto para novembro de 2026.
BVM	17-11-2025	15	<b>Provas de Ingresso do Curso de 2024:</b> Realizadas as provas de ingresso em 24-01-2026 a 8 elementos	<b>Curso de 2024:</b> Ingresso previsto para fevereiro de 2026.



	<b>Provas de Ingresso do Curso de 2025:</b> Realizar as provas de ingresso no segundo semestre de 2026.	<b>Curso de 2025:</b> Ingresso previsto para novembro de 2026
--	--	--

Foram elaboradas, realizadas, corrigidas e registadas, as provas de ingresso dos Cursos de Formação para Ingresso na Carreira de Bombeiro Voluntário.

Sendo os Cursos de Formação para Ingresso na Carreira de Bombeiro Voluntário com a duração mínima de um ano, todos os elementos que iniciaram o curso em 2025, irão ingressar ao longo do ano de 2026.

---

### **3.9.7 ACOMPANHAMENTO DA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO (EFA) DO MODELO DE FINANCIAMENTO ÀS AHB**

#### **❖ CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

A constituição da Equipa de Fiscalização e Acompanhamento, foi designada através do Despacho n.º 545/2025 de 10 de julho, publicada na Série II, do n.º 122, do Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira (JORAM).

#### **❖ AGENDAMENTO DAS JORNADAS DE TRABALHO | MODELO DE FINANCIAMENTO ÀS AHB**

**Reuniões de Trabalho:** Vocacionada para o órgão executivo [Direção], técnicos/ funcionários dos serviços administrativo-financeiro, assim como os elementos que compõem o quadro de comando, com o objetivo de proceder à análise, e subsequente materialização, dos procedimentos jurídicos e administrativo-financeiros considerados adequados ou tidos como pertinentes à prossecução dos objetivos e obrigações constantes no ordenamento jurídico atualmente em vigor de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2024/M, de 15 de novembro e Portaria n.º 725/2024, de 03 de dezembro, sobretudo no que concerne aos processos relacionados com as áreas da Contratação Pública, Gestão Administrativa e de Recursos Humanos (Contratação, Progressões e Promoções, etc.).

**Ações de Sensibilização:** Direcionada para o órgão executivo [Direção], técnicos/ funcionários das áreas administrativo-financeira e bombeiros profissionais pertencentes ao quadro de pessoal da AHB, com vista a promover eventuais esclarecimentos sobre a Portaria para as Condições de Trabalho recentemente publicada no Jornal Oficial, III Série, n.º 22, a 09 de dezembro.



Tabela 44 Planeamento das Jornadas de Trabalho do Modelo de Financiamento às AHB

### Cursos de formação para Ingresso na Carreira de Bombeiro de Voluntário 2025

<i><b>AHB</b></i>	<i><b>Data Proposta</b></i>	<i><b>Horário das Ações de Sensibilização</b></i>	<i><b>Horário das Reuniões de Trabalho</b></i>
<i><b>AHBVPS</b></i>	20-01-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	21-01-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	22-01-2025	-	09:30 – 17:30
<i><b>AHBVCL</b></i>	23-01-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	24-01-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	27-01-2025	-	09:30 – 17:30
<i><b>AHBMRBPS</b></i>	28-01-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	29-01-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	30-01-2025	-	09:30 – 17:30
<i><b>AHBVC</b></i>	31-01-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	03-02-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	04-02-2025	-	09:30 – 17:30
<i><b>AHBVSVPM</b></i>	05-02-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	06-02-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	07-02-2025	-	09:30 – 17:30
<i><b>AHBVS</b></i>	10-02-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	11-02-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	12-02-2025	-	09:30 – 17:30
<i><b>AHBVM</b></i>	13-02-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	14-02-2025	09:30 – 12:30	14:00 – 17:30
	17-02-2025	-	09:30 – 17:30



## ❖ AGENDAMENTO DO PLANO DE INSPEÇÕES FINANCEIRAS

Considerando as competências adstritas à Equipa de Fiscalização e Acompanhamento - EFA, no âmbito das participações financeiras permanente e conjuntural, previstas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2024/M, de 15 de novembro, e no n.º 2 do artigo 21.º da Diretiva Financeira 25, aprovada pela Portaria n.º 525/2025, de 09 de setembro.

### **OBJETO DAS AÇÕES**

#### — *COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PERMANENTE:*

Execução da componente de financiamento fixo, designadamente através do apuramento, por amostragem, da aplicação da portaria para as condições de trabalho, designadamente, vencimento base, horário de trabalho, concursos de recrutamento e suplemento de especialização formativa, com ênfase no mês de julho.

Execução da componente de financiamento variável, designadamente através do apuramento, por amostragem, das regras referentes à aquisição de bens e serviço, aplicação da tabela de ajudas de custo pagas aos bombeiros voluntários e suplemento de especialização formativa, com ênfase no mês de julho.

#### — *COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA CONJUNTURAL:*

Apuramento do cumprimento dos procedimentos inerentes ao registo do serviço operacional, despesas com a reposição de salários perdidos, despesas com a utilização de veículos, despesas com danos em veículos, reposição de veículos e despesas com danos em equipamentos e materiais, com ênfase no mês de agosto.

Neste sentido e considerando a necessidade de recolher elementos para efeitos de evidenciar e verificar o bom cumprimento dos pressupostos associados ao financiamento público, foi realizado o seguinte plano de inspeções financeiras que se demonstra no quadro seguinte:

*Tabela 45 Calendarização das ações de fiscalização e acompanhamento da execução da com participação financeira permanente/conjuntural*

### **Calendarização das Ações de Fiscalização e Acompanhamento da Execução da Participação Financeira Permanente e Conjuntural**

<i>AHB</i>	<i>Participação Financeira Permanente</i>	<i>Participação Financeira Conjuntural</i>
<i>AHBVS</i>	Realizado em 8-10-2025	Realizado em 9-10-2025
<i>AHBVCL</i>	Realizado em 10-10-2025	Realizado em 13-10-2025



<i>AHBMRBPS</i>	Realizado em 15-10-2025	Realizado em 16-10-2025
<i>AHBVC</i>	Realizado em 17-10-2025	Realizado em 20-10-2025
<i>AHBVSVPM</i>	Realizado em 21-10-2025	Realizado em 22-10-2025
<i>AHBVPS</i>	Realizado em 23-10-2025	Realizado em 24-10-2025
<i>AHBVM</i>	Realizado em 27-10-2025	Realizado em 28-10-2025

Nas ações acima referidas foi verificada a seguinte documentação, designadamente:

- Relação das despesas inerentes à Componente de Financiamento Fixo, e respetivos comprovativos, dos encargos relacionados com o vencimento base, contribuições com a segurança social, seguros obrigatórios, subsídio de refeição, etc.;
- Relação das despesas a incluir no Programa de Apoio Administrativo, e respetivos comprovativos, nomeadamente os encargos referentes com trabalhadores administrativos e outras despesas associadas ao funcionamento administrativo da AHB (eletricidade, água, material de escritório, etc.);
- Relação das despesas a incluir no Programa de Apoio Operacional, e respetivos comprovativos, sobretudo relacionadas com encargos com a aquisição e manutenção de meios, recursos, equipamentos, veículos, infraestruturas e espaços da AHB;
- Relação das despesas a incluir no Programa de Apoio ao Voluntariado, e respetivos comprovativos, dos encargos inerentes e relacionados com a atividade voluntária, designadamente com as compensações monetárias ou suplementos];
- Exemplar de um processo de recrutamento de bombeiro profissional para o quadro de pessoal da AHB;
- Exemplar de um processo de avaliação de desempenho de um bombeiro profissional, do quadro de pessoal da AHB;
- Exemplar de um processo de contratação pública, para aquisição de bens e serviço (caso exista);
- Exemplar de um Contrato de Trabalho de bombeiro profissional do quadro de pessoal da AHB.



---

## **3.10 SERVIÇO DE EMERGÊNCIA MÉDICA REGIONAL (SEMER)**

---

No âmbito da emergência médica pré-hospitalar e em estrita conformidade com o enquadramento legal vigente, o Serviço de Emergência Médica Regional (SEMER) assume a coordenação do Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM) na Região Autónoma da Madeira. A operacionalidade deste serviço alicerça-se na resposta diferenciada a situações de urgência e emergência, estruturando a sua atuação através de duas vertentes fundamentais e complementares: a Equipa do Sistema de Triagem e Atendimento Telefónico (STAT) e a Equipa Médica de Intervenção Rápida (EMIR).

De modo a consubstanciar o esforço desenvolvido no decurso do período em análise, os dados operacionais encontram-se segmentados por estas valências.

---

### **3.10.1 EQUIPA MÉDICA DE INTERVENÇÃO RÁPIDA (EMIR)**

A EMIR assegura a resposta médica diferenciada a situações de urgência e emergência na Região, garantindo a prontidão operacional de duas equipas em viaturas médicas especializadas, distribuídas pelas ilhas da Madeira e do Porto Santo.

No âmbito da emergência pré-hospitalar, a sua atuação incide na intervenção clínica direta no teatro de operações e no acompanhamento de outras ocorrências de socorro, facultando o necessário suporte e orientação técnica aos diversos profissionais de saúde integrados no dispositivo.

A sistematização dos dados inerentes a esta atividade encontra-se segmentada por área de intervenção territorial, detalhando-se o desempenho operacional registado.

#### **❖ ATIVIDADE OPERACIONAL NA ILHA DA MADEIRA**

No decurso de 2025, o dispositivo de emergência médica pré-hospitalar na ilha da Madeira registou um volume global de 38 806 ocorrências de socorro. Deste total, verificou-se a coordenação clínica por parte da EMIR em 2725 situações (7%), enquanto a intervenção direta no local pela equipa se concretizou em 1269 ocorrências (3,3%).

Importa salientar o registo de 426 pedidos de socorro referentes a situações de paragem cardiorrespiratória (PCR). A análise dos dados demonstra ainda uma clara prevalência das ocorrências de foro médico, que representam 87,5% da atividade, face a 12,5% relativos a episódios de etiologia traumática.

Os dados encontram-se sintetizados no quadro seguinte:



Tabela 46 Ocorrências Madeira

<b>Ocorrências – Ilha da Madeira</b>	
Com coordenação da EMIR	<b>2725</b>
Com intervenção da EMIR	<b>1269</b>
<b>Total</b>	<b>38806</b>

### ❖ ATIVIDADE OPERACIONAL NA ILHA DO PORTO SANTO

A missão da EMIR na ilha do Porto Santo, mantida com continuidade em 2025, assegura a prestação de socorro médico de emergência pré-hospitalar e a coordenação do socorro local. Esta atividade assenta na articulação permanente com o serviço de urgência local e no acompanhamento especializado no transporte de doentes críticos, complementada por ações de formação e sensibilização em articulação com o Gabinete da Administração Pública Regional no Porto Santo.

No período em análise, a atividade operacional totalizou 538 intervenções, prestando assistência a 392 utentes, com uma média etária de 59 anos. A natureza da resposta médica privilegiou o âmbito clínico (222 ocorrências), seguido de patologia cirúrgica (92) e traumática (64), destacando-se ainda a realização de 180 transferências aeromédicas. Os dados operacionais detalhados encontram-se sintetizados no quadro seguinte:

Tabela 47 Ocorrências Porto Santo

<b>Ocorrências – Ilha do Porto Santo</b>			
<i>Nº de Intervenções</i>	<b>538</b>	<i>Motivo área Médica</i>	<b>222</b>
<i>Nº de utentes</i>	<b>392</b>	<i>Motivo área Cirúrgica</i>	<b>92</b>
<i>Género M</i>	<b>208</b>	<i>Motivo área Trauma</i>	<b>64</b>
<i>Género F</i>	<b>194</b>	<i>Outros</i>	<b>14</b>
<i>Idades - média</i>	<b>59</b>	<i>Transferências aeromédicas</i>	<b>180</b>
<i>Ativações pelo C. de Saúde</i>	<b>407</b>	<i>Nível C - médico + enfermeiro</i>	<b>84</b>
<i>Ativações pelo CIC-CROS</i>	<b>58</b>	<i>Nível B - enfermeiro</i>	<b>159</b>
<i>Outras ativações</i>	<b>54</b>		

### 3.10.2 EQUIPA DO SISTEMA DE TRIAGEM E ATENDIMENTO TELEFÓNICO (STAT)

A equipa do Sistema de Triagem e Atendimento Telefónico (STAT) assegura as funções de atendimento, triagem, aconselhamento e o conseqüente acionamento de socorro, operando em permanência com dois enfermeiros. Com o intuito de reforçar a capacidade de resposta e prever o aumento dos postos de trabalho na Central de Emergência, iniciou-se em 2025 o processo de recrutamento de 15 novos enfermeiros para integrar este dispositivo.

#### — IMPLEMENTAÇÃO DA TRIAGEM TELEFÓNICA DE MANCHESTER

O ano de 2025 assinalou a consolidação dos protocolos regionais com a implementação oficial da Triagem Telefónica de Manchester, sucedendo a um processo de formação específica desenvolvido em parceria com o Grupo Português de Triagem. Este sistema clínico classifica a gravidade das ocorrências em cinco níveis de prioridade (P1 a P5), definindo o grau de risco imediato para o doente e a urgência da resposta. A adoção desta metodologia garante uma alocação orientada por critérios clínicos de gravidade, assegurando a utilização segura, eficaz e proporcional dos recursos do sistema de emergência médica.

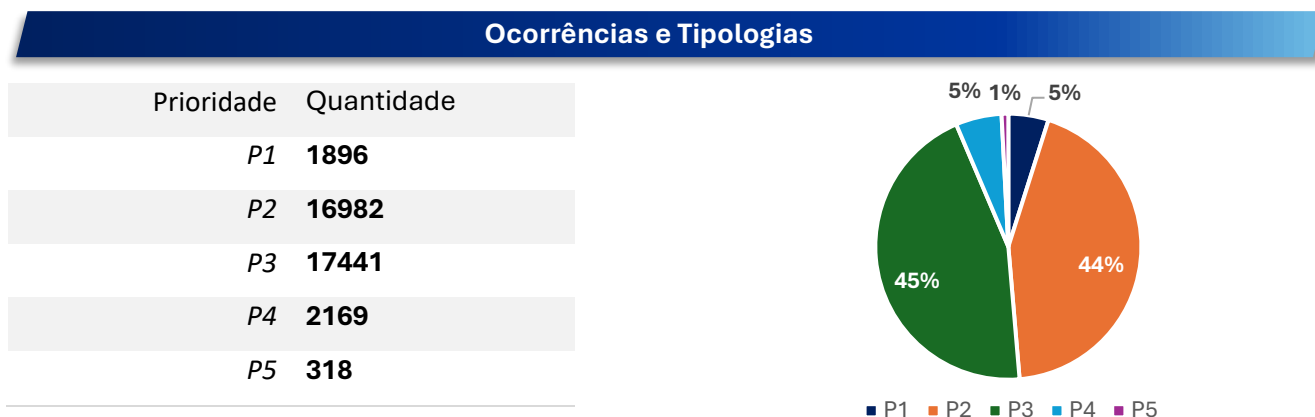


Figura 29 Níveis de Triagem de Manchester

#### — ANÁLISE ESTATÍSTICA DA TRIAGEM (2025)

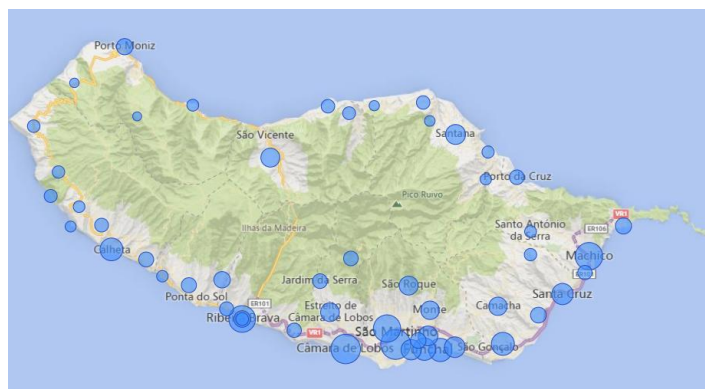
No período em análise, a equipa STAT procedeu à triagem de 38 806 ocorrências. A estratificação clínica destes dados demonstra uma forte concentração nas prioridades intermédias, com os níveis P3 (Urgente) e P2 (Muito Urgente) a representarem, respetivamente, 44,94% (17 441) e 43,76% (16 982) do volume total. As situações de prioridade clínica máxima (P1 - Emergente) totalizaram 1896 acionamentos, correspondendo a 4,89% da atividade, enquanto os níveis de menor gravidade (P4 e P5) perfizeram os restantes registos.

Tabela 48 Triagem STAT 2025



### ❖ DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS

A dispersão territorial das ocorrências, espelhada na estatística de atendimento, reflete uma maior pressão operacional nos centros urbanos de maior densidade populacional. O concelho do Funchal concentrou a maioria absoluta dos registos (37,98%), seguido por Câmara de Lobos (12,06%) e Santa Cruz (10,73%).



Mapa 2 Distribuição de Ocorrências (SEMER)

Tabela 49 Distribuição de Ocorrências

Distribuição					
Concelho	Quantidade	%	Concelho	Quantidade	%
Funchal	14739	37,98%	Santana	1430	3,68%
Câmara De Lobos	4679	12,06%	São Vicente	1139	2,94%
Santa Cruz	4164	10,73%	Porto Santo	1074	2,77%
Machico	3613	9,31%	Ponta Do Sol	906	2,33%
Ribeira Brava	3120	8,04%	Porto Moniz	635	1,64%
Calheta	2405	6,20%	Outros	902	2,32%
<b>Total: 38 806 Ocorrências</b>					

### 3.10.3 ATIVIDADE FORMATIVA

O Serviço de Emergência Médica Regional (SEMER) assume um papel nuclear no planeamento e execução da vertente formativa do Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM). Integrando o núcleo de formadores do Centro de Formação e Treino em Emergência e Proteção Civil, a equipa assegura o leccionamento na área de Emergência Pré-hospitalar, com particular destaque para a instrução e recertificação dos Cursos de Tripulante de Ambulância de Socorro (TAS) e dos Cursos de Tripulante da Ambulância de Transporte (TAT). Adicionalmente, garante a componente clínica exigida nas recertificações dos Cursos de Desencarceramento.



Figura 30 Formações

#### ❖ CAPACITAÇÃO E PRÁTICA CLÍNICA AVANÇADA (ESTÁGIOS)

Ao nível da capacitação técnica superior, as valências operacionais do SEMER (EMIR e STAT) assumem-se como polos de aprendizagem especializada, proporcionando a médicos e enfermeiros a consolidação de conhecimentos através de prática clínica avançada em contexto de urgência e emergência. No decurso de 2025, o serviço viabilizou a integração de 33 profissionais, o que se traduziu num esforço operacional de 281 turnos de estágio. A distribuição destes profissionais contemplou os seguintes quadros formativos:

- Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica (9 estagiários);
- Pós-Graduação de Emergência e Cuidados Intensivos (8 estagiários);
- Estágios de Licenciatura (9 estagiários);
- Médicos Internos de Formação Específica (4 estagiários);
- Médicos Especialistas (3 estagiários).

#### ❖ AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO E LITERACIA EM SAÚDE

Em complemento à formação técnica e profissional, o SEMER desenvolveu um eixo de atuação orientado para a literacia em saúde e proteção civil junto da comunidade. Destaca-se a promoção de 11 sessões informativas no âmbito do Dia Europeu do 112, organizadas em articulação com os 11 Serviços



Municipais de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira. Estas iniciativas tiveram como propósito instruir os cidadãos para a utilização correta e adequada do Número Europeu de Emergência, consciencializando para a formulação eficiente de pedidos de socorro e clarificando o funcionamento da Triagem de Manchester.

No contexto da educação para a saúde em ambiente escolar, realizaram-se 10 ações de sensibilização focadas na instrução de gestos simples que salvam vidas, abrangendo um universo de 355 participantes. Por fim, e integrando as campanhas de comunicação do SRPC, o serviço assegurou o acolhimento de diversas instituições, promovendo visitas guiadas às suas instalações com o objetivo de dar a conhecer a complexidade e a articulação das suas componentes operacionais.

---

### **3.10.4 GESTÃO DA QUALIDADE E AVALIAÇÃO**

#### *— AUDITORIA E SEGURANÇA*

No âmbito da garantia da qualidade e do cumprimento das normas de segurança no transporte de doentes, o SEMER executou integralmente o plano de auditorias estabelecido para o ano de 2025. Neste contexto de avaliação, procedeu-se à verificação presencial de todas as ambulâncias afetas ao Serviço de Transportes Não Urgentes do SESARAM, alcançando-se uma taxa de realização de 100% do planeamento traçado.

#### *— MONITORIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA*

A avaliação do atendimento assume-se como um processo fundamental para aferir a qualidade dos cuidados prestados e identificar oportunidades de melhoria no serviço. Para o efeito, o SEMER tem instituído um inquérito de satisfação direcionado aos utentes, familiares, pessoas significativas ou contactantes.

A aplicação deste instrumento de avaliação incide sobre ocorrências de elevada gravidade (prioridades P1 e P2) que tenham mobilizado a intervenção conjunta do STAT e da equipa EMIR. A metodologia baseia-se numa seleção aleatória e num contacto telefónico único, realizado um mês após o registo da emergência médica. No decurso de 2025, a aplicação de 46 inquéritos permitiu apurar um grau de satisfação global de 96%, superando a meta institucional preconizada e atestando a excelência da resposta operacional percecionada pelos cidadãos.

---

### **3.10.5 OUTRAS ATIVIDADES**

A vasta componente operacional do SEMER em 2025 englobou ainda as seguintes atividades de suporte e regulação:



- Controlo de auditoria e reposição das malas medicalizadas das ambulâncias de socorro;
- Acompanhamento das vistorias de todas as Ambulâncias de Socorro (AMS) da Região Autónoma da Madeira;
- Participação nas reuniões da Comissão Regional de Proteção Civil;
- Participação em eventos nacionais de Emergência Extra-hospitalar;
- Substituição de equipamentos e medicação usados nas ambulâncias, nomeadamente kits de parto, eléctrodos e baterias de Desfibriladores Automáticos Externos (DAE);
- Promoção de acreditação a entidades formativas;
- Licenciamento de programas privados para utilização de DAE;
- Elaboração de relatórios para fins judiciais, quando solicitados;
- Participação em eventos desportivos com o empenhamento de equipas de Suporte Avançado de Vida (SAV), como o Rali e o MIUT;
- Participação em exercícios;
- Colaboração nas publicações nas redes sociais do SRPC;
- Ações de *mass training* de Suporte Básico de Vida (SBV).

#### — PRÉMIOS E DISTINÇÕES

Em evidência nesta vertente de desenvolvimento e melhoria contínua, importa destacar o reconhecimento institucional alcançado pelo projeto REM-RAM durante o ano de 2025. Afirmando-se como uma ferramenta tecnológica de excelência na gestão de emergências, o projeto foi distinguido com uma menção honrosa na categoria de Transformação Digital no *Integrated Care Award* (ICA) 2025, tendo sido igualmente nomeado para a 18.ª Edição do Prémio de Boas Práticas em Saúde (PBPS).

## 4 MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No decurso do período em análise, e em estrito cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, na sua redação atual, o SRPC, IP-RAM desenvolveu a sua estratégia de modernização administrativa focada na eficiência operacional e na qualidade do serviço prestado ao cidadão e às entidades parceiras.

As ações executadas materializaram-se nos seguintes eixos fundamentais:

**1. Sustentabilidade e Eficiência Energética:** No âmbito da responsabilidade ambiental e da gestão criteriosa de recursos públicos, foram implementadas diretrizes de sensibilização interna e adotadas boas práticas orientadas para a redução da pegada energética. A transição para soluções de



baixo consumo e a otimização térmica das instalações reafirmam o compromisso deste Serviço com uma gestão pública sustentável e responsável.

**2. Transformação Digital e Desmaterialização:** Prosseguiu-se de forma sistemática com o processo de desmaterialização de circuitos administrativos internos, priorizando a tramitação em suporte digital em detrimento do suporte físico. Esta medida permitiu uma maior agilidade no fluxo documental, garantindo a rastreabilidade dos processos e uma redução nos tempos de resposta administrativa.

**3. Qualidade do Atendimento:** Manteve-se o compromisso com a excelência no atendimento, através da aferição contínua dos canais de contacto e da simplificação dos procedimentos de interação com o público. O foco incidiu na eficácia da resolução de solicitações, assegurando que a comunicação entre o Instituto e as suas partes interessadas ocorre de forma transparente, célere e desburocratizada.

**4. Capacitação e Valorização de Recursos Humanos:** Reconhecendo o capital humano como o ativo mais crítico da organização, investiu-se no reforço das competências técnicas através de programas de formação e partilha de boas práticas de gestão. Estas ações visaram a consolidação de uma cultura organizacional resiliente, apta a integrar processos inovadores e focada na melhoria contínua dos procedimentos institucionais.

**5. Segurança e Infraestrutura Tecnológica:** No domínio da resiliência digital, procedeu-se ao robustecimento da segurança da rede informática e à atualização crítica de servidores e sistemas de proteção (*firewalls*). Paralelamente, concluiu-se a requalificação integral do centro de gestão de emergências, dotando a infraestrutura de uma arquitetura tecnológica de última geração que integra fluxos de dados em tempo real. Esta evolução técnica garante o suporte a uma decisão operacional mais ágil e fundamentada, assegurando a disponibilidade ininterrupta dos sistemas vitais para a missão de proteção e socorro na Região.

### **Resultados e Ganhos de Eficiência**

As medidas de modernização administrativa implementadas permitiram alcançar ganhos de eficiência mensuráveis, resultando numa administração pública mais transparente, segura e menos onerosa. A convergência entre a modernização da infraestrutura física e o desenvolvimento de soluções tecnológicas avançadas assegura que o SRPC, IP-RAM se mantém na vanguarda da gestão de riscos, respondendo com prontidão e eficácia aos desafios de uma sociedade digital e em constante transformação.



## 5 AUDIÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS DO SRPC, IP-RAM

### 5.1 AUDIÇÃO DOS UTILIZADORES DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SRPC, IP-RAM

Com o objetivo de aferir a satisfação dos utilizadores relativamente aos serviços prestados pelo SRPC, IP-RAM, foi conduzido um processo de audição através do envio de questionários aos *stakeholders*. Este processo decorreu entre os meses de fevereiro e março de 2026, sendo realizado por meio de correio eletrónico.

O questionário aplicado permitiu avaliar diferentes áreas de atuação do SRPC, IP-RAM, nomeadamente:

1. Serviços Administrativos e Financeiros;
2. Serviços de Formação;
3. Serviços Técnicos;
4. Apreciação Global do SRPC, IP-RAM.

A recolha e análise das respostas visam identificar oportunidades de melhoria, reforçar boas práticas e garantir um serviço cada vez mais eficiente e alinhado com as necessidades dos seus utilizadores.

Dos 122 questionários enviados, foram recebidos 84, correspondendo a uma taxa de resposta de **69%**.

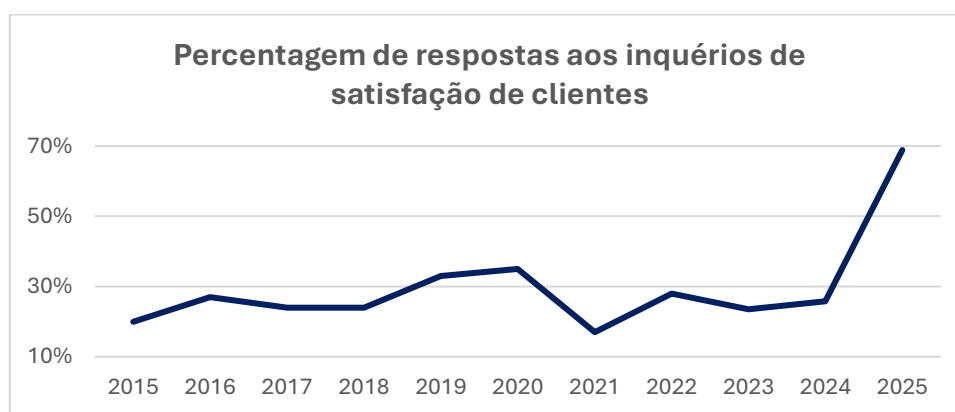


Figura 31 Taxa de resposta ao inquérito de satisfação de clientes



### 5.1.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Os *stakeholders* avaliaram o nível de satisfação com os serviços prestados pelo SRPC, IP-RAM, utilizando uma escala de 2 a 5, onde:

- 2 – Não Satisfaz
- 3 – Satisfaz
- 4 – Satisfaz Bem
- 5 – Satisfaz Muito Bem
- NA – Não Aplicável

#### Avaliação da Satisfação dos Clientes



Gráfico 26 Avaliação Global da Satisfação

A taxa global de satisfação dos *stakeholders* em relação aos serviços prestados pelo **SRPC, IP-RAM** fixou-se nos **70%**. Este resultado consolida uma perceção globalmente positiva sobre a qualidade e a relevância das atividades desenvolvidas pela instituição, demonstrando um alinhamento sólido com as necessidades dos seus utilizadores.



Este índice de satisfação é sustentado, em grande medida, pelo elevado desempenho em indicadores fundamentais, com especial relevo para o **Profissionalismo**, que se afirmou como o parâmetro de maior excelência ao recolher a maioria das respostas na categoria máxima de **"Satisfaz Muito Bem"**. A par desta performance, a **Acessibilidade**, a **Eficácia** e a **Eficiência** apresentam também níveis de aprovação muito expressivos, reforçando a imagem do SRPC, IP-RAM como uma entidade tecnicamente evoluída e resiliente.

A análise destes dados permite-nos, de forma estratégica, identificar que a base da confiança dos nossos *stakeholders* reside na competência e na qualidade da entrega. Com este patamar de 70% de satisfação como referência, o SRPC, IP-RAM continuará a trabalhar na otimização dos seus processos e canais de interação, com o objetivo de elevar continuamente estes indicadores e garantir que a excelência demonstrada nos pilares técnicos se estenda a toda a experiência do utilizador.

#### — SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

Os resultados do inquérito de satisfação refletem uma avaliação global amplamente positiva, com uma incidência residual de avaliações negativas. O parâmetro com melhor desempenho foi a "Simpatia dos serviços administrativos/financeiros", que registou o maior volume de respostas no nível de excelência ("Satisfaz muito bem").

A "Facilidade no contacto/disponibilidade" e a correspondência das propostas aos requisitos também apresentam indicadores sólidos, concentrando a maioria das opiniões nos níveis de satisfação elevados. Estes dados confirmam que a cordialidade no atendimento e a acessibilidade dos serviços são pontos fortes da organização, contribuindo decisivamente para a perceção favorável demonstrada na avaliação global do SRPC, IP-RAM.

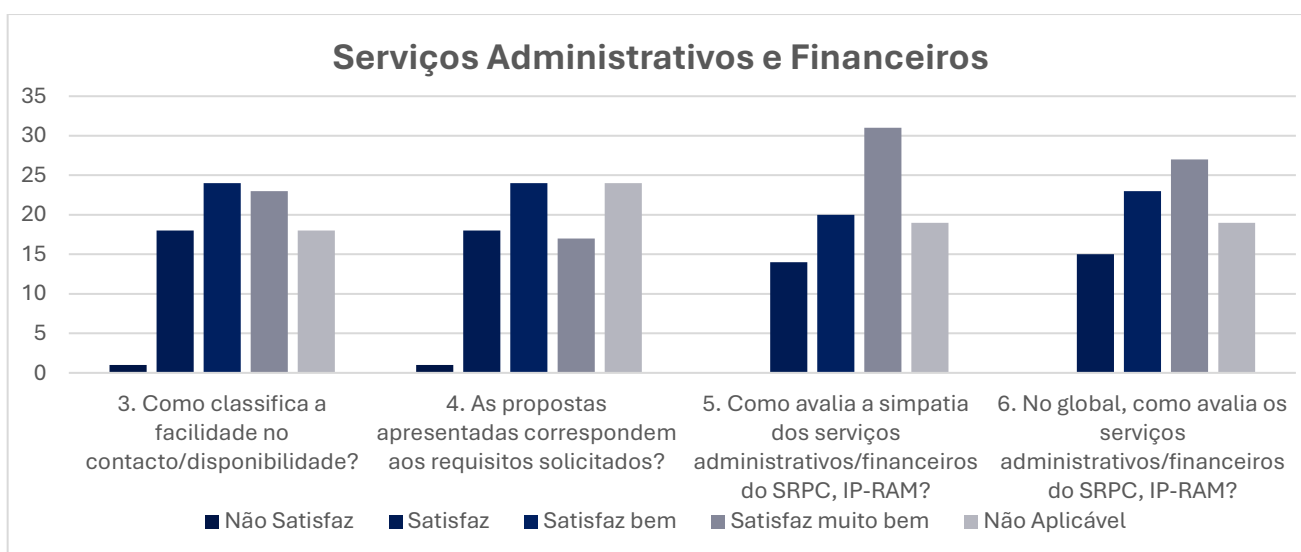


Gráfico 27 Satisfação - Serviços Administrativos e Financeiros

### — SERVIÇOS DE FORMAÇÃO

No que concerne aos "Serviços de Formação", os indicadores de satisfação demonstram um desempenho global muito positivo, com especial destaque para a "Qualidade dos serviços de formação prestados". Este parâmetro alcançou o nível mais elevado de excelência, registando o maior número de respostas na categoria "Satisfaz muito bem". Adicionalmente, a "Eficácia das ações de formação" obteve também um resultado expressivo, consolidando a perceção de que o conteúdo técnico e pedagógico é um dos principais pontos fortes da entidade.

Por outro lado, embora a avaliação global seja favorável, o parâmetro "Facilidade no contacto/disponibilidade" apresenta uma ligeira dispersão, com um número superior de avaliações nas categorias intermédias e o maior índice de respostas "Não Satisfaz" comparativamente aos restantes itens. Este dado sugere que, apesar da elevada qualidade da formação em si, existe oportunidade para otimizar os canais de comunicação e a prontidão no atendimento inicial. No cômputo geral, a experiência dos *stakeholders* revela uma elevada confiança na competência técnica e nos resultados das ações formativas promovidas pelo SRPC, IP-RAM.

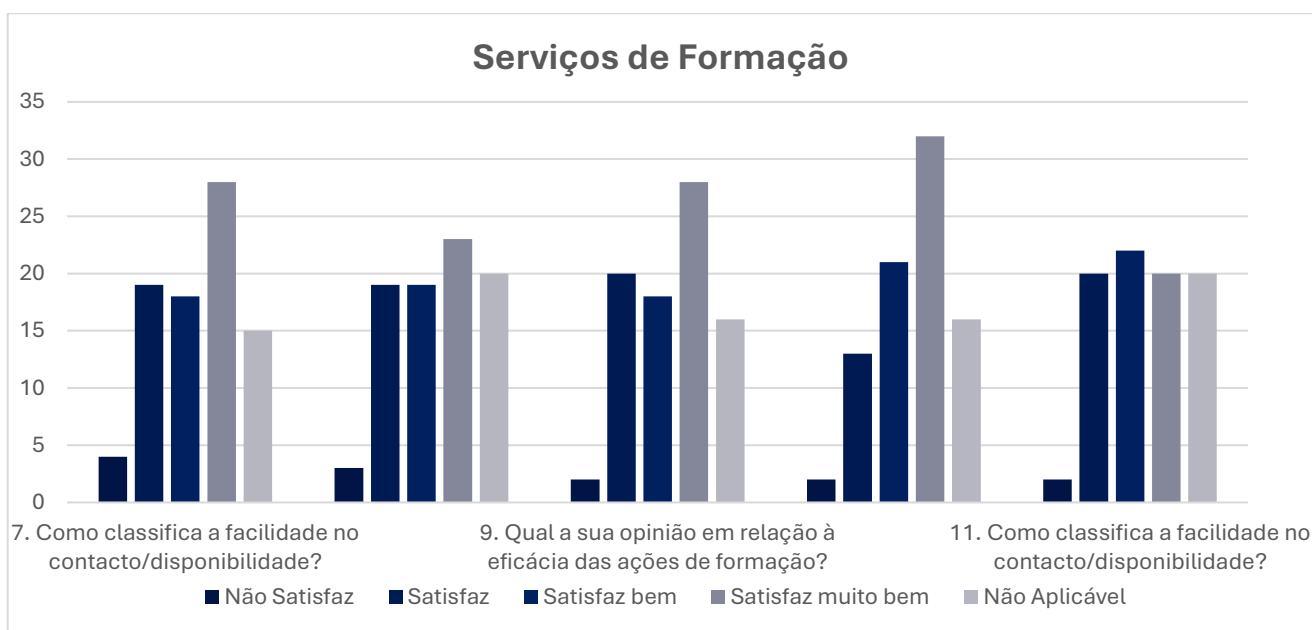


Gráfico 28 Satisfação - Serviços de Formação

### — SERVIÇOS TÉCNICOS

No âmbito dos "Serviços Técnicos", os resultados de 2025 demonstram uma elevada confiança na competência da equipa, com a "Avaliação global dos serviços prestados" a atingir o índice de excelência mais expressivo (mais de 30 respostas em "Satisfaz muito bem"). Destacam-se ainda, pela sua performance superior, a "Qualidade da resposta técnica" e as "Intervenções técnicas



(pareceres/vistorias)", cujos resultados reforçam a perceção de rigor e eficácia operacional da organização.

Em contrapartida, e mantendo a tendência observada no período anterior, a "Rapidez na resposta aos pedidos de apoio e pareceres" continua a ser o parâmetro com a avaliação menos favorável, registando o maior volume de respostas negativas ("Não Satisfaz"). Contudo, importa notar que a "Clareza das respostas/pareceres" obteve uma pontuação elevada, o que sugere que, embora a agilidade processual seja um ponto de melhoria identificado, o conteúdo e a utilidade técnica das respostas entregues são amplamente valorizados pelos *stakeholders*.

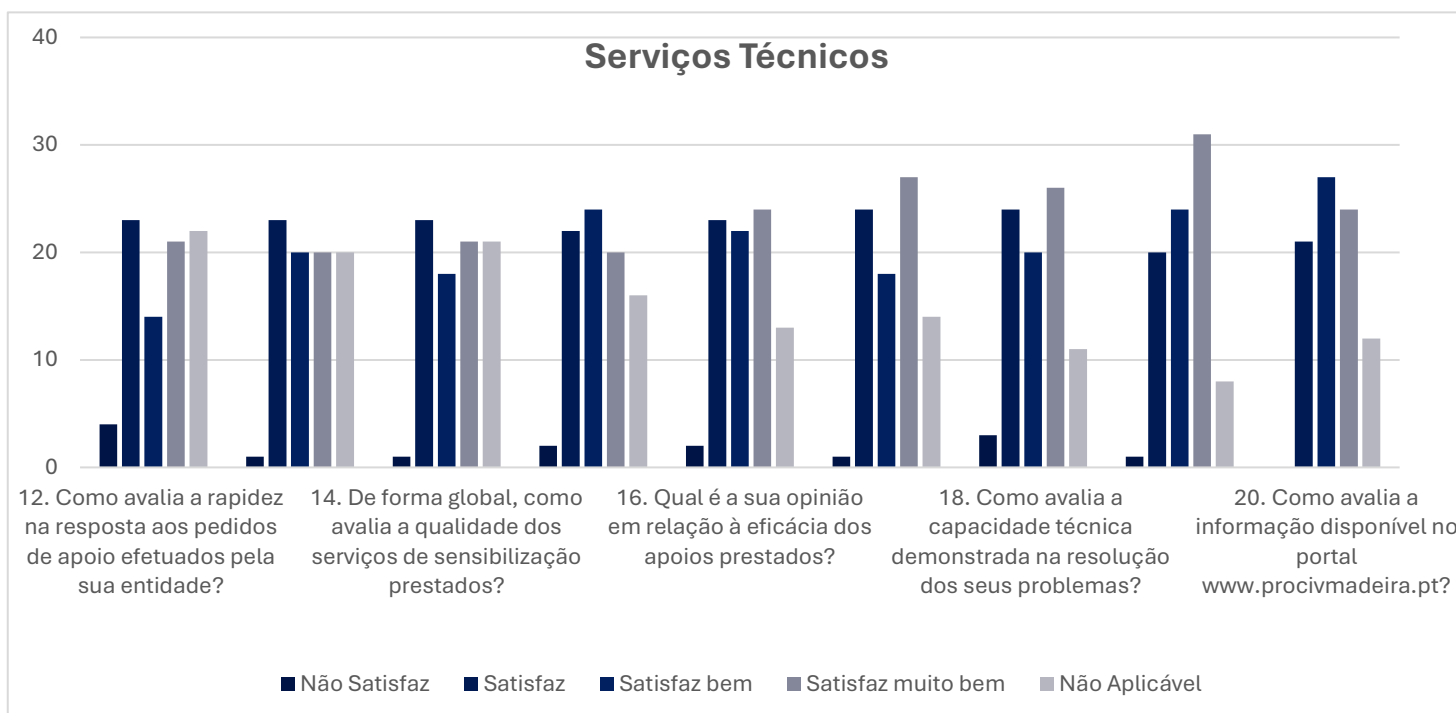


Gráfico 29 Satisfação - Serviços Técnicos

#### — APRECIÇÃO GLOBAL

A análise da "Apreciação Global" em 2025 revela um elevado índice de satisfação, com especial incidência na "Qualidade global dos serviços prestados". Este parâmetro destaca-se como o mais valorizado pelos *stakeholders*, tendo alcançado o nível máximo de excelência (categoria "Satisfaz muito bem") com mais de 30 respostas, o que valida o profissionalismo e a competência da organização como pilares centrais da sua atuação.

No que respeita à vertente informativa e digital, tanto a "Facilidade de acesso à informação técnica" como a "Utilidade dos conteúdos do sítio [procivmadeira.pt](http://www.procivmadeira.pt)" apresentam resultados muito consistentes. Estes indicadores concentram a grande maioria das avaliações nos patamares "Satisfaz bem" e "Satisfaz muito bem", demonstrando que as ferramentas de suporte e a transparência na



disponibilização de informação são percecionadas como eficazes. Em suma, a convergência destes resultados aponta para uma imagem institucional robusta, onde a qualidade técnica e a acessibilidade à informação consolidam uma experiência global amplamente positiva no SRPC, IP-RAM.

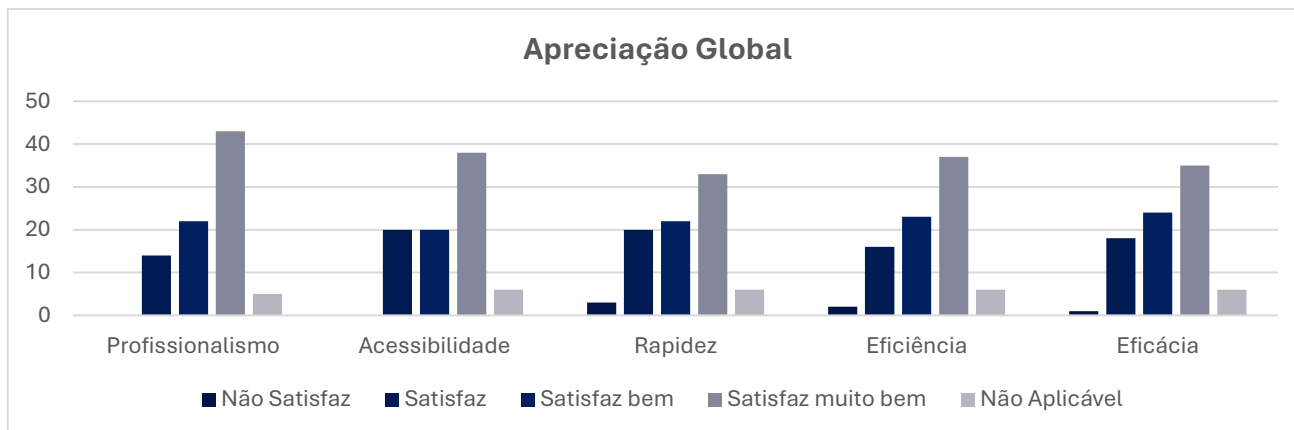


Gráfico 30 Apreciação Global

### 5.1.2 COMPARAÇÃO DE RESULTADOS

No que concerne à evolução do Nível Médio de Satisfação Global, o exercício de 2025 fixou-se nos 70%. Embora este valor denote uma descida face ao indicador de 77% reportado no período anterior, esta variação deve ser analisada sob o prisma da representatividade estatística.

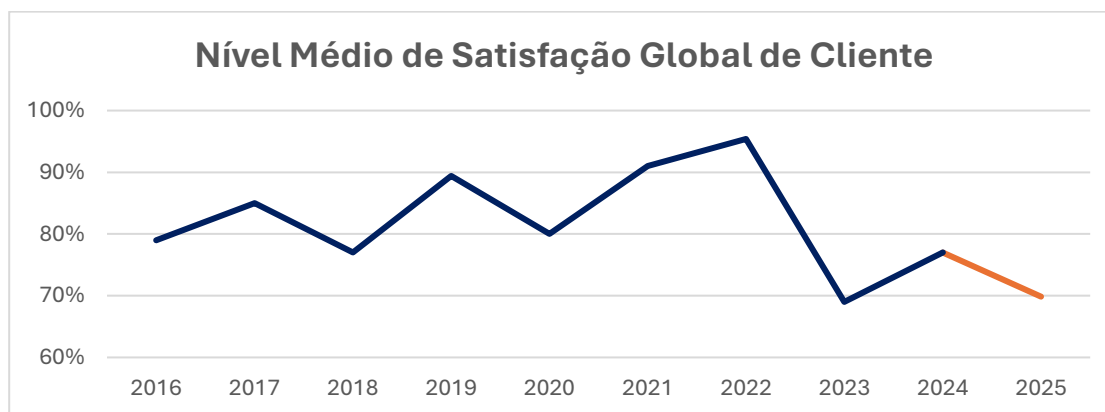


Gráfico 31 Comparação de resultados dos Níveis de Satisfação

Enquanto no ano transato o universo de análise foi reduzido, contando com apenas 25 respostas, o presente ciclo registou um aumento expressivo na participação, atingindo as 84 respostas. Este crescimento (superior a 230%) confere uma robustez e fiabilidade muito superiores aos dados atuais, permitindo uma visão mais abrangente, equilibrada e fidedigna da realidade dos serviços. Amostras mais alargadas tendem a ser menos suscetíveis a desvios causados por respostas extremas, resultando



num indicador médio que, embora numericamente inferior, é tecnicamente mais sólido para o planeamento estratégico da organização.

Desta forma, os resultados de 2025 consolidam uma base de dados mais fiável para a melhoria contínua, evidenciando um maior envolvimento dos utilizadores no processo de avaliação. Este incremento na adesão aos inquéritos torna-se ainda mais evidente na análise da taxa de respostas ao longo dos anos, conforme ilustrado no gráfico seguinte.

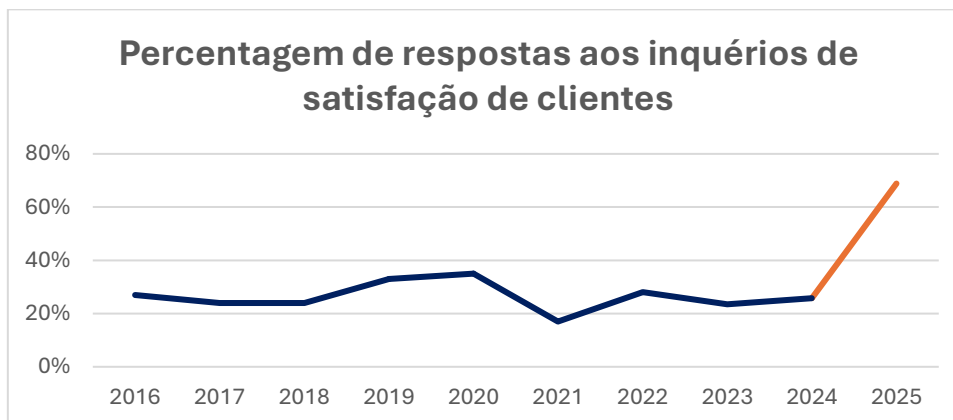


Gráfico 32 Percentagem de respostas aos inquéritos

## 5.2 AVALIAÇÃO DOS FORNECEDORES

A avaliação contínua dos fornecedores do SRPC, IP-RAM é materializada através do Índice de Qualidade (IQ), um indicador métrico que consolida o desempenho operacional dos fornecedores face ao cumprimento de prazos, conformidade das especificações técnicas, condições contratuais e eficácia na gestão de ocorrências ou pedidos de informação.

Foram avaliados 148 fornecedores, cuja média do Índice da Qualidade é de **2.78** valores, baseado na seguinte escala:

Resultado	Intervalo
Resultado negativo, o fornecedor foi desqualificado	[0;0,4]
Resultado neutro, há a possibilidade de solicitar um Plano e Melhoria ao fornecedor	[0,5;2]
Resultado positivo o fornecedor continua qualificado	[2;3]

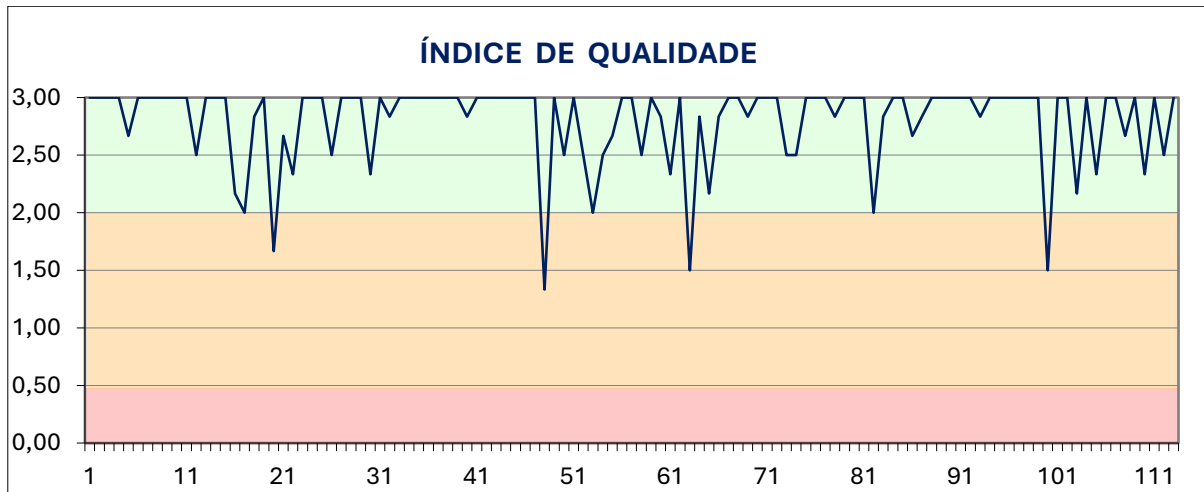


Gráfico 33 Índice de Qualidade

A análise do gráfico evidencia uma performance global sólida, com a vasta maioria dos prestadores de serviços e fornecedores de bens a situar-se no patamar de excelência (IQ entre 2,50 e 3,00). Esta estabilidade é fundamental para assegurar a continuidade das operações de socorro e a integridade logística da instituição.

Contudo, o histórico de registos revela pontos de volatilidade que exigem monitorização proativa:

- **Desempenho Predominante:** A manutenção generalizada do índice em níveis elevados valida a eficácia dos critérios de seleção e a conformidade dos parceiros atuais com os requisitos do SRPC, IP-RAM;
- **Análise de Variabilidade:** Identificaram-se flutuações pontuais, com registos que decaem para a zona de desempenho neutro (abaixo de 2,00). Estes desvios, embora não representem o comportamento sistémico da amostra, assinalam necessidades de intervenção ou reavaliação das condições de prestação de serviço junto de fornecedores específicos;
- **Decisão de Qualificação:** Com base nos resultados apurados, a generalidade dos fornecedores mantém o seu estatuto de qualificação, garantindo a estabilidade necessária para o cumprimento do plano de atividades.

### 5.3 AUDIÇÃO AOS TRABALHADORES E OUTROS COLABORADORES DO SRPC, IP-RAM

A auscultação dos trabalhadores do SRPC, IP-RAM foi realizada através de questionário digital, enviado por correio eletrónico. O período de recolha de dados decorreu entre 12 de fevereiro e 16 de março, intervalo considerado adequado para assegurar a participação dos colaboradores.

Do universo de 118 questionários distribuídos, foram obtidas 57 respostas, o que representa uma **taxa de participação de 48%**. Após o tratamento estatístico dos dados, verificou-se que o **Nível Médio de Satisfação Global dos Colaboradores fixou-se nos 73%**. Embora este valor represente uma ligeira redução face aos 76% registados no ano anterior, o indicador mantém-se num patamar de avaliação positivo, demonstrando a continuidade da estabilidade organizacional e do empenho dos colaboradores no cumprimento da missão do SRPC, IP-RAM.

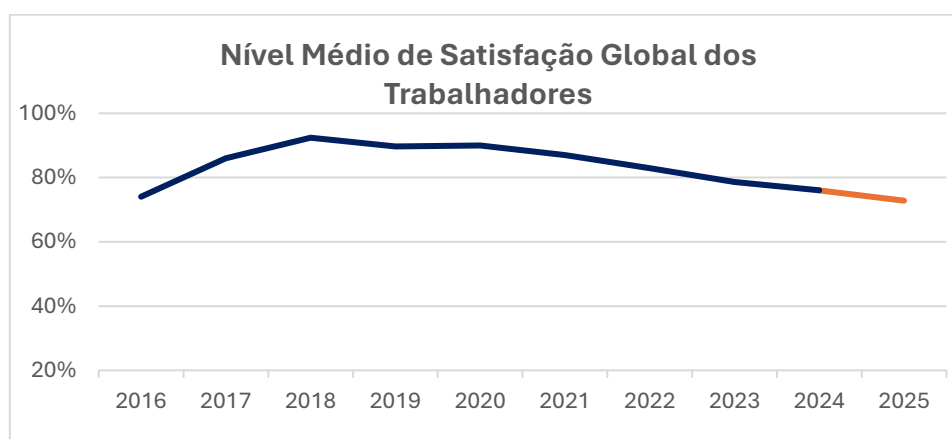


Gráfico 34 Nível Médio de Satisfação Global dos Trabalhadores

A avaliação realizada baseou-se no nível de satisfação em quatro áreas temáticas específicas, nomeadamente: "Satisfação com as Condições de Trabalho", "Satisfação com o Desenvolvimento Funcional", "Satisfação com a Gestão e Sistema de Gestão" e "Satisfação com a Organização".

A métrica adotada foi expressa numa escala que compreende os seguintes níveis:

- 1 – Não satisfatório;
- 2 – Satisfatório;
- 3 – Muito satisfatório;
- 4 – Altamente satisfatório;
- NA – Não aplicável;
- NS – Não Sabe.

### — CONDIÇÕES DE TRABALHO

A análise dos indicadores relativos às “Condições de Trabalho” em 2025 revela um balanço global muito positivo, com destaque para o "Conforto e bem-estar físico no meu local de trabalho", que obteve o maior índice de excelência, com cerca de 49% das respostas na categoria "Satisfaz muito bem". É igualmente relevante salientar o parâmetro "Meios necessários para desempenhar a minha função", onde a maioria absoluta dos colaboradores (53%) se manifesta bem satisfeita, consolidando estes dois aspetos como os principais pontos fortes do ambiente laboral.

No que concerne às áreas com potencial de otimização, os níveis de insatisfação ("Não Satisfaz") permanecem em valores residuais, fixando-se nos 5% nos parâmetros "Satisfação com as Instalações" e "Satisfação com o meu horário de trabalho". Adicionalmente, observa-se que a "Possibilidade de ser criativo(a)" e a "Satisfação com o horário" apresentam uma maior concentração de respostas no nível "Satisfaz" (patamar intermédio de satisfação), o que sugere que estes domínios, embora não gerem rejeição expressiva, beneficiariam de medidas de reforço para elevar a perceção de valor dos colaboradores para níveis de satisfação superiores.

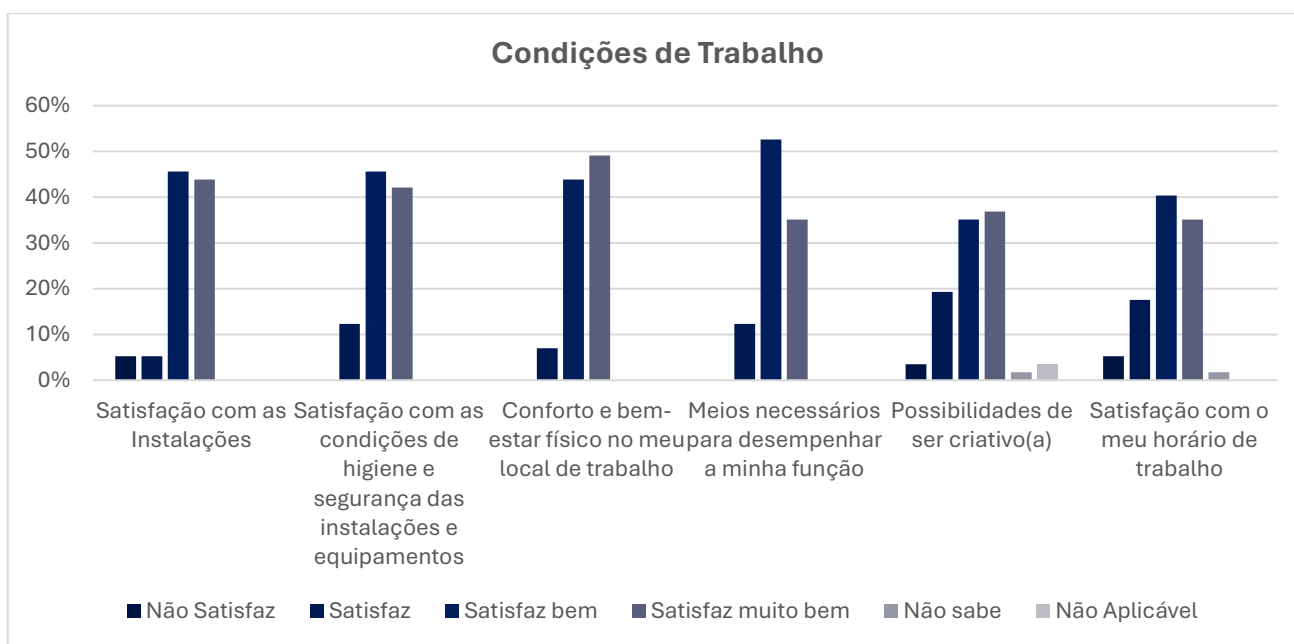


Gráfico 35 Avaliação - Condições de Trabalho

### — DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

No âmbito do 'Desenvolvimento Funcional', os resultados evidenciam um elevado grau de compromisso e valorização profissional por parte dos trabalhadores do SRPC, IP-RAM. Destacam-se, com particular relevância, os indicadores de 'Realização pessoal na função' e o 'Acesso à formação



necessária', que refletem um alinhamento sólido entre as competências individuais e as missões atribuídas.

Este cenário de satisfação é reforçado pela perceção positiva quanto à autonomia na escolha de ações de formação, consolidando a Instituição como um espaço de crescimento técnico e pessoal. Paralelamente, e numa ótica de evolução contínua, identifica-se a oportunidade de reforçar os mecanismos de feedback e a comunicação em torno do sistema de avaliação, de forma a acompanhar o elevado dinamismo demonstrado nos restantes parâmetros.

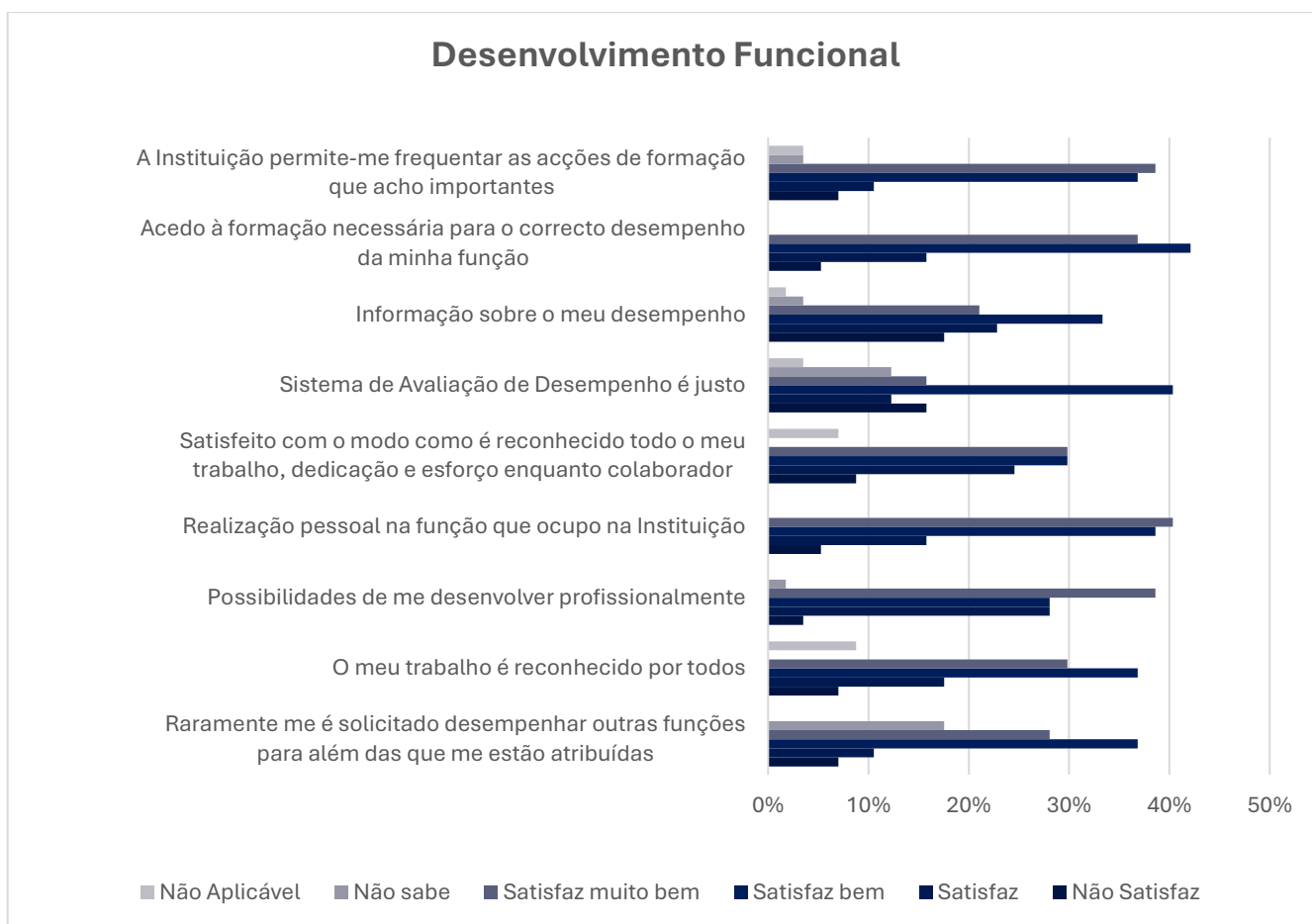


Gráfico 36 Avaliação - Desenvolvimento Funcional

#### — ORGANIZAÇÃO

A análise à dimensão 'Organização' revela um alinhamento estratégico entre a identidade dos colaboradores e a missão da Instituição. O prestígio de pertencer à organização surge como o indicador de satisfação mais elevado, secundado por uma avaliação muito positiva da qualidade dos serviços.



Os colaboradores também valorizam de forma significativa os contributos para a comunidade, o que reflete uma forte identificação com o impacto social da sua função. Embora a perceção geral seja de excelência, existe margem para otimizar os fluxos de comunicação sobre inovação e os objetivos da qualidade, assegurando que toda a equipa partilha de uma visão comum para o desenvolvimento institucional.

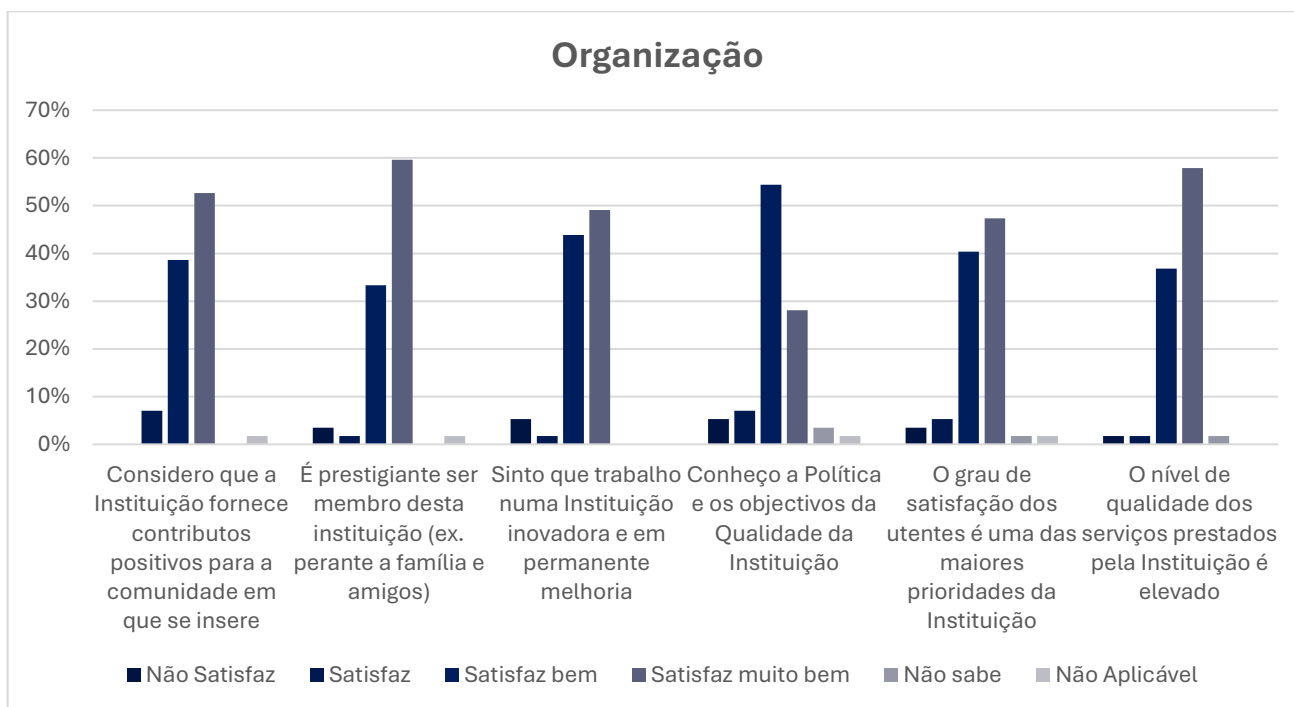


Gráfico 37 Avaliação – Organização

#### — GESTÃO E SISTEMA DE GESTÃO

A clareza na estrutura de comando do SRPC, IP-RAM é o indicador mais sólido desta dimensão, com mais de 90% dos colaboradores a identificar sem hesitação o seu responsável direto. Este alinhamento hierárquico é acompanhado por um domínio expressivo da estratégia institucional, onde o conhecimento da política e dos objetivos da organização atinge um consenso positivo superior a 94%.

Embora o planeamento e a autonomia técnica sejam pontos fortes, existe margem para potenciar os canais de feedback após os ciclos de avaliação e a participação ativa nos processos de decisão. O reforço da comunicação nestas áreas surge como uma oportunidade para converter a atual solidez organizacional num envolvimento ainda mais dinâmico e transparente.

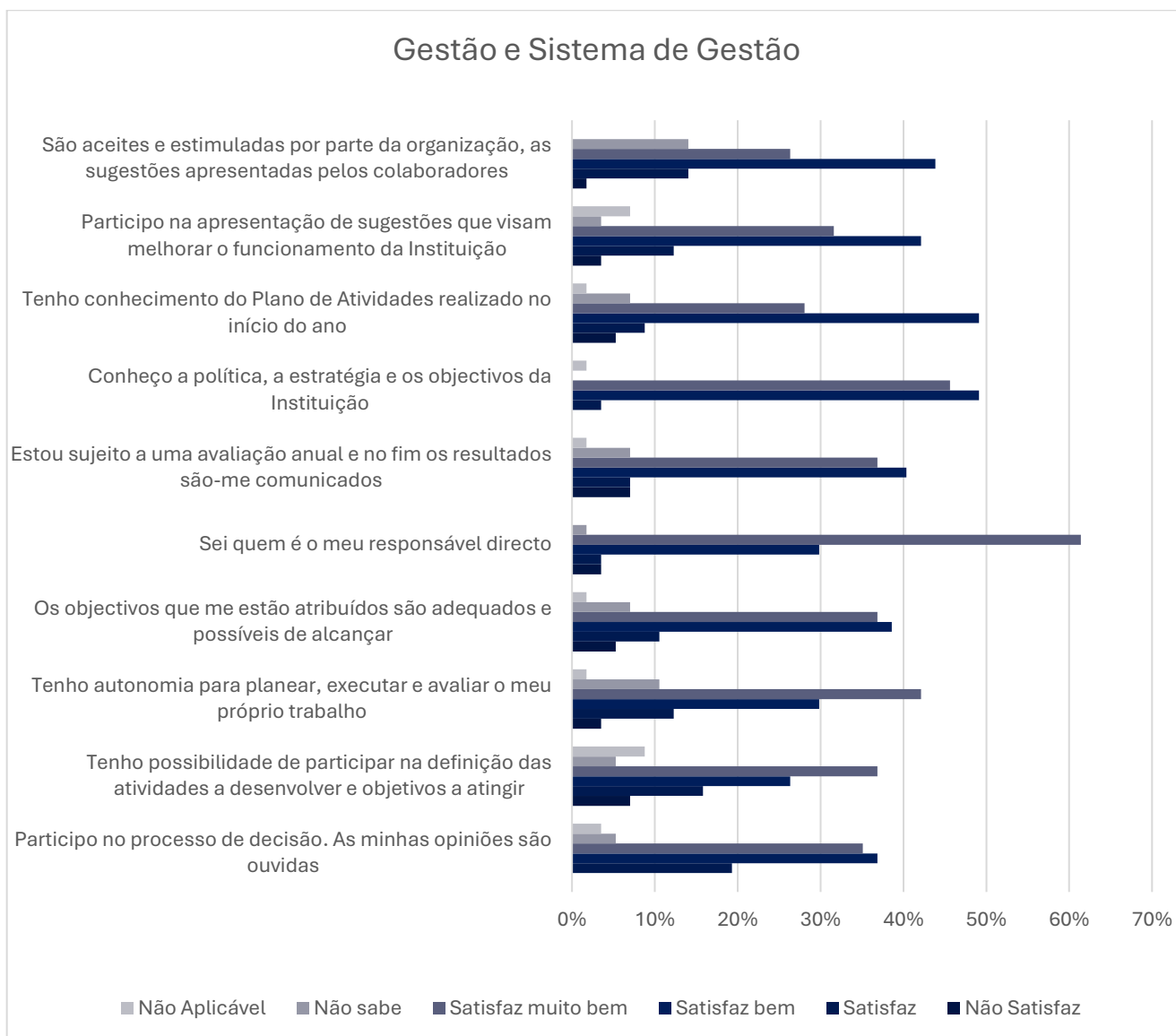


Gráfico 38 Avaliação - Gestão e Sistema de Gestão

## 6 COMPARAÇÃO DE DESEMPENHO COM SERVIÇOS IDÊNTICOS

A nível nacional, existe uma entidade designada por Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, a qual partilha algumas características semelhantes ao SRPC, IP-RAM. No entanto, estas características distinguem-se principalmente pela área geográfica abrangida, não sendo diretamente determinadas pela missão ou atribuições da referida entidade.

Contudo, a ausência de uma dependência formal ou coordenação em relação a abordagens comuns para lidar com problemas ou metodologias de intervenção específicas dificulta a possibilidade



de estabelecer um quadro comum de atuação e compromete a realização de qualquer análise comparativa.

A implementação de uma análise comparativa com o desempenho de serviços similares a nível nacional e internacional não se revela viável devido à falta de informações associadas a indicadores de resultados e ao impacto nos programas e projetos desenvolvidos por instituições semelhantes, tanto a nível nacional como internacional.

## 7 SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno do SRPC, IP-RAM constitui um mecanismo essencial para assegurar a transparência, a legalidade e a eficiência das atividades institucionais. A sua estrutura é composta por um conjunto diversificado de ferramentas, tais como procedimentos internos, instruções de trabalho, formulários e sistemas informáticos, que contribuem para a otimização da gestão e a obtenção de resultados alinhados com os objetivos estratégicos.

A certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, atribuída pela APCER desde 2011, segundo a norma NP EN ISO 9001:2015, é um dos elementos centrais deste controlo. A implementação contínua desta certificação envolve auditorias internas e externas periódicas, que permitem não apenas minimizar o risco de não conformidades, mas também identificar oportunidades de aperfeiçoamento e reforço da qualidade dos serviços prestados.

Outro ponto essencial é a monitorização e análise dos planos de atividades, que possibilitam um acompanhamento rigoroso do desempenho organizacional. Através da elaboração de relatórios de atividades e da aferição de indicadores no QUAR, torna-se viável avaliar os resultados alcançados e adotar medidas corretivas sempre que necessário.

O controlo financeiro é outro componente-chave, assegurado por software especializado que permite uma gestão rigorosa das áreas de tesouraria, finanças e contabilidade orçamental, garantindo a conformidade com as normas regulatórias e uma administração eficiente dos recursos.

Paralelamente, a instituição elabora relatórios anuais para monitorizar a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Este processo não apenas avalia a conformidade das ações implementadas, mas também reforça a transparência e a integridade institucional, ao identificar pontos passíveis de melhoria e garantir a adoção de boas práticas administrativas.



Durante o período analisado, verificou-se que o Sistema de Controlo Interno tem desempenhado um papel crucial na conformidade com os regulamentos e na mitigação de riscos operacionais. No entanto, foram identificadas áreas que necessitam de melhorias e intervenções. Assim, foram implementadas medidas corretivas para fortalecer a eficiência operacional e garantir a melhoria contínua. Algumas ações já foram concluídas, enquanto outras continuam em desenvolvimento, reafirmando o compromisso da instituição com a excelência na gestão e a responsabilidade organizacional.



## 8 QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR)

### 8.1 OBJETIVOS OPERACIONAIS – EFICÁCIA

OO2: Potenciar o papel do SRPC IP-RAM nos diversos agentes da sociedade					
INDICADORES		Meta 2025	Resultado	Desvio (%)	Classificação
<b>Ind.2</b>	Mês de envio da proposta para o Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, para promover a participação dos intervenientes na consolidação da Avaliação das Capacidades de Gestão de Risco da Região Autónoma da Madeira.	<b>3</b>	1	25%	<b>Superou</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b>					
Mês do envio da proposta.					
<b>Ind.6</b>	Número de ações de sensibilização implementadas para a comunidade escolar.	<b>150</b>	197	24%	<b>Superou</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b>					
<b>Quantitativo – Contagem</b>					
Contabilização do número de ações implementadas.					
<b>Ind.7</b>	Taxa de cumprimento do plano de auditorias a entidades de Transporte de Doentes Não Urgentes.	<b>100%</b>	1	25%	<b>Superou</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b>					
Quantitativo – Percentagem					
$(N^{\circ} \text{ de auditorias realizadas} / N^{\circ} \text{ de auditorias planeadas}) \times 100.$					
<b>Ind.8</b>	Número de ações de sensibilização implementadas no âmbito das oficinas de Proteção Civil para os diversos agentes da sociedade.	<b>5</b>	5	0%	<b>Atingiu</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b>					
<b>Quantitativo – Contagem</b>					
Contabilização do número de ações.					
<b>Ind.9</b>	Número de Contratos-Programa/Acordos de Colaboração elaborados com as AHBV da RAM.	<b>7</b>	7	0%	<b>Atingiu</b>



**Fórmula de cálculo:**

**Quantitativo – Contagem**

Contabilização do número de e Contratos-Programa/Acordos de Colaboração elaborados.

<b>Ind.10</b>	Número de ações de sensibilização realizadas no âmbito da educação ambiental e da promoção da sustentabilidade.	<b>10</b>	1	0%	<b>Atingiu</b>
---------------	---	-----------	---	----	----------------

**Fórmula de cálculo:**

**Quantitativo – Contagem**

Contabilização do número de ações.

**OO3: Incrementar a capacidade de operação do programa DECIR**

INDICADORES		Meta 2025	Resultado	Desvio (%)	Classificação
<b>Ind.11</b>	Taxa média de emissão de pareceres aos processos recebidos no âmbito dos projetos SCIE, dentro do prazo de 15 dias úteis.	<b>95%</b>	96,5%	38%	<b>Superou</b>

**Fórmula de cálculo:**

**Quantitativo – Percentagem**

(Contabilização do número de pareceres emitidos versus o número de processos recebidos) x100.

<b>Ind.12</b>	Taxa média de emissão de pareceres aos processos recebidos no âmbito das Medidas de Autoproteção de edifícios e recintos, dentro do prazo de 20 dias úteis.	<b>90%</b>	87,50%	0%	<b>Atingiu</b>
---------------	---	------------	--------	----	----------------

**Fórmula de cálculo:**

**Quantitativo – Percentagem**

(Contabilização do número de pareceres emitidos versus o número de processos recebidos) x100.

<b>Ind.13</b>	Mês da elaboração e apresentação da proposta do Plano Operacional de Combate a Incêndios Rurais para o ano de 2026.	<b>12</b>	5	16%	<b>Superou</b>
---------------	---	-----------	---	-----	----------------

**Fórmula de cálculo:**

Mês da elaboração e apresentação da proposta.

**Observação:**

Este objetivo foi atingido com a aprovação da Diretiva Operacional Regional (DECIR-RAM) pela Comissão Regional da Proteção Civil, em reunião ordinária de 26 de maio de 2025. A diretiva assume um caráter



plurianual, estando o Plano Operacional de Combate a Incêndios Rurais para o ano de 2026 consubstanciado na respetiva carta de meios, de acordo com o definido.

## 8.2 OBJETIVOS OPERACIONAIS – EFICIÊNCIA

### OO1: Reforçar a capacidade de intervenção do SRPC IP-RAM no Dispositivo Regional de Operações de Socorro

INDICADORES		Meta 2025	Resultado	Desvio (%)	Classificação
<b>Ind.14</b>	Mês de envio da proposta de atualização do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira para o CD do SRPC, IP-RAM.	6	6	0%	<b>Atingiu</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b> Mês do envio da proposta.					
<b>Ind.15</b>	Número de ações de sensibilização implementadas no âmbito do Risco Psicossocial.	12	14	0%	<b>Atingiu</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b> <b>Quantitativo – Contagem</b> Contabilização do número de ações.					
<b>Ind.16</b>	Número de participações em exercícios LIVEX e CPX.	10	12	50%	<b>Superou</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b> <b>Quantitativo – Contagem</b> Contabilização do número de participações em exercícios LIVEX e CPX.					

### OO4: Reforçar níveis de formação e qualificação dos agentes de Proteção Civil na RAM

INDICADORES		Meta 2025	Resultado	Desvio (%)	Classificação
<b>Ind.17</b>	Taxa de execução do Plano de Formação para agentes de proteção civil	75%	320,00%	1021%	<b>Superou</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b> <b>Quantitativo – Percentagem</b>					



(Contabilização do número de ações de formação realizadas /número total de ações de formação projetadas no cronograma) x100.

**Justificação do desvio:**

No cronograma anual de formação encontravam-se inicialmente previstas 110 ações de formação. Contudo, em resultado da dinâmica operacional do sistema regional de proteção civil, da identificação de necessidades emergentes e do reforço de ações solicitadas pelos Corpos de Bombeiros e demais entidades parceiras, verificou-se um acréscimo muito significativo de formação ministrada ao longo do ano.

Apesar do cancelamento de 11 ações inicialmente programadas, foram implementadas 352 ações de formação, traduzindo-se numa execução muito superior ao planeado e evidenciando elevada capacidade de resposta do Serviço.

A distribuição das ações ao longo do ano foi a seguinte: 1.º trimestre: 47 ações; 2.º trimestre: 75 ações; 3.º trimestre: 97 ações; 4.º trimestre: 133 ações.

O desempenho alcançado reflete não apenas o cumprimento do Plano de Formação, mas sobretudo a sua expansão estratégica, evidenciando o reforço da qualificação operacional, da prontidão do sistema regional de proteção civil e da capacidade de adaptação às necessidades formativas identificadas.

<b>Ind.18</b>	Taxa de formandos que se consideram mais aptos após a frequência da formação	<b>75%</b>	99,89%	41%	<b>Superou</b>
---------------	--	------------	--------	-----	----------------

**Fórmula de cálculo:**

**Quantitativo – Percentagem**

(Contabilização do número de formandos que se consideram mais aptos após a frequência da formação /número total de formandos participantes na formação) x 100.

**8.3 OBJETIVOS OPERACIONAIS – QUALIDADE**

**OO5: Melhorar o funcionamento interno do SRPC, IP-RAM**

INDICADORES		Meta 2025	Resultado	Desvio (%)	Classificação
<b>Ind.19</b>	Número de relatórios de execução orçamental enviados para o Conselho Diretivo, 5 dias após o envio do reporte à UG.	<b>12</b>	12	0%	<b>Atingiu</b>

**Fórmula de cálculo:**

**Quantitativo – Contagem**

(Contabilização dos números de relatórios entregues)

<b>Ind.20</b>	Mês da conclusão da reabilitação do cenário da casa de fogo.	<b>11</b>	10	0%	<b>Atingiu</b>
---------------	--	-----------	----	----	----------------



<b>Fórmula de cálculo:</b>					
Mês da conclusão reabilitação					
<b>Ind.21</b>	Mês da elaboração do processo de concurso no âmbito dos Sistemas de Extração e Tratamento de Gases Combustíveis dos cenários de <i>flashover</i> .	<b>6</b>	5	0%	<b>Atingiu</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b>					
Mês da elaboração do processo de concurso.					
<b>Ind.22</b>	Mês de conclusão do projeto: Restruturação, beneficiação e inovação do Centro Integrado de Comunicações do Comando Regional de Operações de Socorro (CIC-CROS), sito as instalações do SRPC, IP-RAM.	<b>12</b>	8	9%	<b>Superou</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b>					
Mês de conclusão do projeto.					
<b>Ind.23</b>	Nível médio da Qualidade do atendimento do utente (Grau de Satisfação dos utentes).	<b>95%</b>	96%	0%	<b>Atingiu</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b>					
<b>Quantitativo – Percentagem</b>					
(Contabilização do número de itens do IS pontuados com nível satisfeito/Número total de itens) x100.					
<b>Ind.24</b>	Mês da 1. <sup>a</sup> auditoria de acompanhamento para manter a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade pela NP 9001:2015.	<b>9</b>	7	25%	<b>Superou</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b>					
Mês da 1. <sup>a</sup> auditoria de acompanhamento.					
<b>Ind.25</b>	Mês da revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.	<b>10</b>	10	0%	<b>Atingiu</b>
<b>Fórmula de cálculo:</b>					
Mês da aprovação da revisão.					



## OO6: Potenciar a capacidade de resposta e regulamentação da atividade dos corpos de bombeiros RAM

INDICADORES		Meta 2025	Resultado	Desvio (%)	Classificação
<b>Ind.26</b>	Número de ações de inspeção ao Plano Anual de Inspeções realizadas.	<b>10</b>	10	0%	<b>Atingiu</b>

### **Fórmula de cálculo:**

#### **Quantitativo – Contagem**

Contabilização do número de ações de inspeção realizadas.

<b>Ind.27</b>	Mês da elaboração da Diretiva Operacional Regional n.º 1, relativa ao Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro.	<b>12</b>	12	0%	<b>Atingiu</b>
---------------	---	-----------	----	----	----------------

### **Fórmula de cálculo:**

Mês da elaboração da Diretiva.

#### **Observações:**

Considerando que a aprovação da Diretiva Operacional Regional n.º 1, relativa ao Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro (DIOPS), a institui como instrumento de planeamento, organização, coordenação e comando operacional, assumindo-se como documento de referência para outras entidades públicas ou privadas da área, durante o ano de 2025, este objetivo centrou-se na criação de PPI. Destaca-se, neste âmbito, o do Aeroporto da Madeira, aprovado com o exercício “EET\_AM2025\_LIVEX”, que decorreu entre 4 e 5 de novembro de 2025.

## 8.4 REFORMULAÇÕES DE INDICADORES

O Quadro de Avaliação e Responsabilidade (QUAR) do SRPC, IP-RAM, a par do Plano de Atividades (PA) de 2025, inicialmente aprovado em dezembro de 2024 por Sua Excelência a Secretária Regional de Saúde e Proteção Civil, era constituído por cinco objetivos estratégicos, seis objetivos operacionais e vinte e sete indicadores. No período de setembro de 2025, este foi objeto de reformulação, sendo a versão final aprovada a 23 de setembro, sob proposta deste Instituto, atendendo aos seguintes considerandos:

Considerando que tais desvios se devem, fundamentalmente, à definição de novas orientações estratégicas e operacionais implementadas pelo novo Conselho Diretivo, que assumiu funções no início do ano de 2025, o que tornou necessária a redefinição de prioridades;



Uma vez que alguns indicadores, previamente contratualizados aquando do PA de 2025, não se enquadravam de forma adequada nestas diretrizes e orientações, circunstância que impôs a necessidade de reformulação ou, em determinados casos, eliminação dos mesmos;

Considerando a elevada capacidade de resposta que o SRPC, IP-RAM tem vindo a garantir em todas as áreas nucleares, e de modo a refletir corretamente os esforços evidenciados;

Face ao exposto, foi proposto à tutela a transição de 4 (quatro) indicadores para o ano de 2026, a alteração da meta em 2 (dois) indicadores, a substituição de 2 (dois) indicadores e a alteração do responsável em 1 (um) indicador, cuja dependência de fatores externos eram determinantes para a sua validação, sem afetar o cumprimento dos objetivos primordiais definidos para o SIADAP-RAM-1.

Em síntese, os indicadores em apreço são:

- **Indicador 1 (transita para 2026)** - *Mês de envio da proposta para o Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, para atualizar a Avaliação de Risco da Região Autónoma da Madeira.*

- A transição deste indicador para o exercício de 2026 fundamenta-se na redefinição de prioridades de natureza operacional ocorrida em 2025, a qual determinou a reafetação dos recursos humanos inicialmente alocados à sua prossecução. Acresce que, estando a conclusão do processo de atualização da Avaliação de Risco da Região Autónoma da Madeira (ARRAM) calendarizada apenas para 2026, o presente indicador foi objeto de reclassificação de prioridade. Nestes termos, procedeu-se à sua reprogramação para o ano subsequente, assegurando-se o seu adequado alinhamento estratégico, a coerência temporal e a consequente otimização dos recursos disponíveis para a sua efetiva concretização.

- **Indicador 3 e 4 (transita para 2026)** - *Mês de envio da proposta para o Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, para consolidar a Avaliação das Capacidades de Gestão de Risco da Região Autónoma da Madeira. & Mês de envio da proposta para o Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, para submeter à aprovação a Avaliação das Capacidades de Gestão de Risco da Região Autónoma da Madeira.*

- A não execução dos Indicadores 3 e 4 no exercício de 2025 fundamenta-se na sua estrita dependência da prévia validação do projeto ACRAM (Avaliação das Capacidades de Risco da Região Autónoma da Madeira). Tratando-se de um constrangimento de natureza externa e alheio à capacidade de intervenção da DAROT, verificou-se a impossibilidade material de dar continuidade às etapas operacionais subsequentes. Face à ausência dos pressupostos necessários à prossecução dos objetivos delineados, determinou-se a reprogramação de



ambos os indicadores para o exercício de 2026, ficando a sua efetiva execução subordinada à conclusão do referido processo de validação.

- **Indicador 5 (transita para 2026)** - *Mês de envio da proposta para o Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, para elaborar a I- Estratégia Regional para uma Proteção Civil Preventiva.*
  - A não concretização deste indicador no exercício de 2025 justificou-se pela sua dependência direta da conclusão do projeto ACRAM (Avaliação das Capacidades de Risco da Região Autónoma da Madeira), o qual permanece em fase de desenvolvimento. Constituindo a ACRAM o referencial estruturante para a definição da I Estratégia Regional para uma Proteção Civil Preventiva, a ausência da sua validação formal inviabilizou a prossecução do objetivo inicialmente estabelecido. Cumpre salientar que, não obstante o início de trabalhos preparatórios, a finalização deste processo carece de contributos de entidades externas, cuja calendarização excede a esfera de competência e de intervenção direta do SRPC, IP-RAM. Face à inexistência dos pressupostos materiais exigidos no período em reporte, determinou-se a reprogramação do presente indicador para o exercício de 2026.
- **Indicador 6 (Alteração da meta: 80 → 150)** - *Mês de envio da proposta para o Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, para elaborar a I- Estratégia Regional para uma Proteção Civil Preventiva.*
  - A revisão da meta para o valor de 150 enquadrou-se na adoção de novas linhas estratégicas, as quais ditaram o reforço da dinamização de ações de sensibilização direcionadas à comunidade escolar. Acresce que, com o início do ano letivo de 2025/2026, procedeu-se à implementação de um novo projeto englobando intervenções especificamente orientadas para este público-alvo. Por conseguinte, determinou-se a atualização do valor da meta, com o propósito de refletir a nova realidade e assegurar uma avaliação mais rigorosa, consistente e fidedigna do volume de trabalho efetivamente desenvolvido neste domínio.
- **Indicador 9 (Reformulação do indicador e Alteração do Responsável: DAJC → IRB)** - *Número de Contratos-Programa/Acordos de Colaboração elaborados com as AHBV da RAM e com a Cruz Vermelha. (meta: 8) – Novo indicador: Número de Contratos-Programa/Acordos de Colaboração elaborados com as AHBV da RAM. (meta: 7)*
  - A alteração da responsabilidade deste indicador para a Inspeção Regional de Bombeiros decorreu da implementação do Modelo de Financiamento aprovado pelo Decreto



Legislativo Regional n.º 10/2024/M, de 11 de novembro, que atribuiu àquela estrutura a competência para a gestão e elaboração dos Contratos-Programa e Acordos de Colaboração. Adicionalmente, em cumprimento do estipulado no artigo 2.º da Portaria n.º 166/2025, que não inclui a Cruz Vermelha no elenco de entidades beneficiárias do referido modelo, procedeu-se à reformulação estrutural do indicador com a exclusão da referida entidade. Em virtude destes reajustes normativos e de reestruturação de competências, a meta final foi fixada em 7 Contratos-Programa/Acordos de Colaboração.

- **Indicador 20 (Alteração da meta: 3 → 11)** - *Mês da conclusão da reabilitação do cenário da casa de fogo.*

-A revisão da calendarização de execução afeta à reabilitação do cenário da casa de fogo fundamentou-se na adoção de novas prioridades estratégicas, em articulação com ajustamentos de natureza orçamental e com a inerente necessidade de reprogramação das atividades em curso. Nestes termos, determinou-se a prorrogação da meta temporal de execução do mês 3 para o mês 11, com o propósito de assegurar a exequibilidade do projeto e o seu adequado alinhamento com a alocação de recursos e com o planeamento global das intervenções estruturantes promovidas pelo SRPC, IP-RAM.

- **Indicador 22 (Substituição do indicador)** - *Mês da elaboração do processo de concurso no âmbito dos Sistemas de Extração e Tratamento de Gases Combustíveis dos cenários de casa de fogo. (meta: 6) – Novo indicador: Mês de conclusão do projeto: Restruturação, beneficiação e inovação do Centro Integrado de Comunicações do Comando Regional de Operações de Socorro (CIC-CROS), sito as instalações do SRPC, IP-RAM. (meta: 12)*

- A inviabilidade de execução do indicador inicialmente estipulado decorreu de restrições de natureza orçamental verificadas durante o exercício. Face a este constrangimento, e em estrito alinhamento com as novas orientações estratégicas e com os objetivos delineados pelo atual Conselho Diretivo, procedeu-se à substituição do referido indicador. Esta reformulação visou assegurar a rigorosa adequação às prioridades institucionais vigentes, promovendo a otimização dos recursos disponíveis e a viabilização de projetos estruturantes essenciais à modernização e à eficiência operacional do SRPC, IP-RAM.

- **Indicador 27 (Alteração do Responsável: IRB → DPOC)** - *Mês da elaboração da Diretiva Operacional Regional n.º 1, relativa ao Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro.*



- A reafetação da responsabilidade associada à elaboração da Diretiva Operacional Regional n.º 1, relativa ao Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro, da IRB para a DPOC, fundamentou-se na imperatividade de assegurar o seu rigoroso enquadramento orgânico. Considerando tratar-se de um documento basilar e de caráter estruturante, que define as normas de articulação das restantes diretivas operacionais em vigor, a sua natureza eminentemente operacional ditou a necessidade de reajuste. Consequentemente, determinou-se a transição da gestão deste indicador para a esfera de competência da DPOC, por se afigurar como a unidade orgânica a quem incumbe a definição, coordenação e articulação da vertente operacional, bem como a gestão integrada dos meios de proteção e socorro.

## 8.5 ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS RESULTADOS

A análise quantitativa e qualitativa dos resultados constitui um instrumento fundamental para aferir o grau de concretização dos objetivos estratégicos delineados pelo SRPC, IP-RAM, no âmbito da implementação das políticas definidas pelo Governo Regional. Esta avaliação assenta na utilização de indicadores de desempenho rigorosamente definidos, os quais se encontram alinhados com a missão e visão do serviço, permitindo uma apreciação objetiva e sustentada do impacto das ações desenvolvidas.

A estruturação dos resultados tem por referência parâmetros de **eficácia**, **eficiência** e **qualidade**, garantindo uma abordagem sistemática e integrada na monitorização do desempenho. Desta forma, promove-se não apenas a transparência na gestão, mas também a melhoria contínua dos processos e serviços prestados, assegurando uma resposta cada vez mais eficiente e adequada às necessidades da população e às exigências da área de atuação.

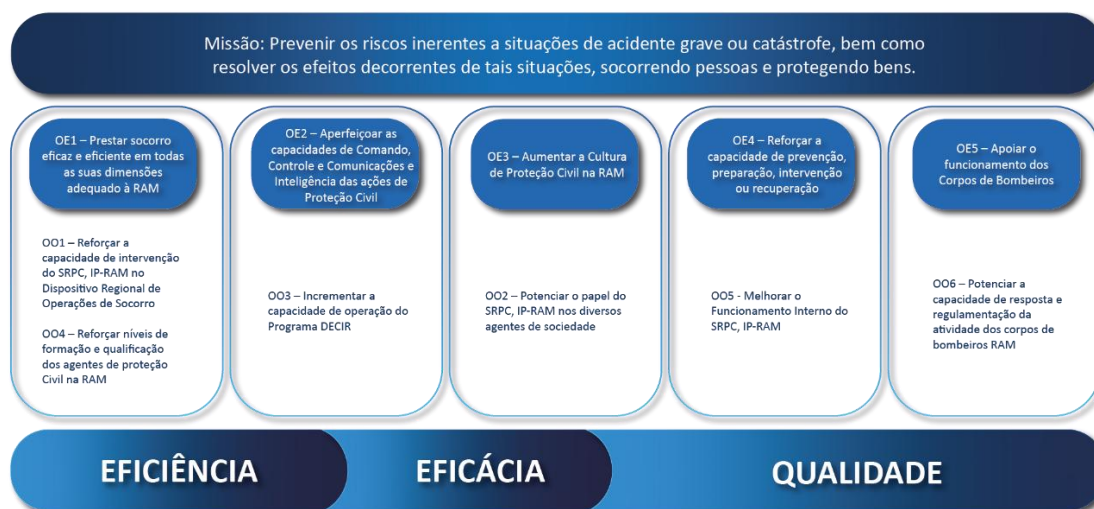


Figura 32 Objetivos Estratégicos e Operacionais

A tabela subsequente detalha os desempenhos alcançados para cada parâmetro, organizando-os em três categorias: não atingiu, atingiu e superou, de acordo com as menções atribuídas.

Tabela 50 Análise dos parâmetros



Ao observar os resultados obtidos em cada parâmetro, verifica-se que **43,48%** superaram as metas estabelecidas, enquanto **56,52%** foram atingidas. Não foi registado nenhum caso em que as metas não tenham sido alcançadas, conforme representado na figura subsequente.

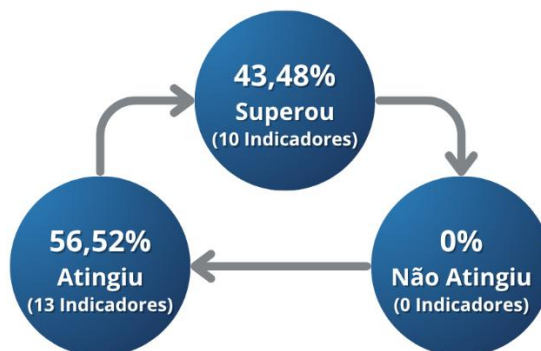


Figura 33 Análise dos parâmetros

## 9 AUTOAVALIAÇÃO

A presente autoavaliação reflete o compromisso do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM (SRPC, IP-RAM) com a excelência na gestão e avaliação do desempenho, de acordo com o enquadramento legal estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, alterado pelo Decreto Legislativo Regional (DLR) n.º 12/2015/M, de 22 de dezembro, e pelo DLR n.º 23/2024/M, de 30 de dezembro. Este processo não é meramente uma obrigação normativa, mas uma ferramenta essencial para medir e aprimorar a eficácia da nossa atuação.



Ao longo deste ciclo avaliativo, verificou-se uma participação ativa e empenhada de todos os dirigentes e trabalhadores na construção, implementação e revisão do **Quadro de Responsabilização e Avaliação (QUAR SIADAP RAM 1)**. Através deste envolvimento contínuo, assegurámos que os objetivos estratégicos estabelecidos fossem realistas, exequíveis e alinhados com a missão do SRPC, IP-RAM.

A análise crítica dos nossos serviços abrangeu não apenas a monitorização da execução dos objetivos, mas também a avaliação da perceção dos utilizadores quanto à quantidade e qualidade dos serviços prestados. Além disso, foram realizadas auditorias ao sistema de controlo interno, promovidas medidas de reforço positivo e auscultados dirigentes intermédios e demais trabalhadores, garantindo uma perspetiva abrangente e realista sobre o nosso desempenho. Também foi conduzida uma avaliação rigorosa da alocação de recursos humanos e financeiros, permitindo um planeamento mais eficiente e sustentado.

O SRPC, IP-RAM estabeleceu, para o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2025, um conjunto de cinco objetivos estratégicos, devidamente alinhados com seis objetivos operacionais. Estes, por sua vez, encontram-se desagregados em **23 indicadores de desempenho**, os quais refletem as principais prioridades do Instituto, tanto no que se refere às atividades desenvolvidas como à gestão eficiente dos recursos alocados.

Em conformidade com o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, na sua redação atual, que regulamenta o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Regional Autónoma (SIADAP-RAM), o subsistema 1, no seu artigo 17.º, estabelece que a menção de “**Desempenho Bom**” deve ser atribuída aos serviços que cumpram integralmente os objetivos definidos, superando alguns deles.

Neste contexto, e considerando os resultados obtidos pelo SRPC, IP-RAM em 2025, destaca-se uma taxa de execução do QUAR de **165,00%**, evidenciando um desempenho superior às metas inicialmente previstas. Assim, à luz do critério qualitativo de avaliação estipulado no referido diploma legal, o Presidente do SRPC, IP-RAM propõe a atribuição da menção de «**Desempenho Bom**», reconhecendo o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais delineados para o período em análise.



Tabela 51 Avaliação Final do QUAR

Avaliação Final do QUAR 2025	
Quantitativa	165%
Qualitativa	BOM

Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, 29 de maio de 2026,

O Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM,

(Richard Nunes Marques)

---

# **ANEXOS**

---



## ANEXOS

<b>Anexo I</b> Quadro De Avaliação E Responsabilização (Quar) 2025 .....	2
<b>Anexo II</b> Inquérito De Satisfação De Cliente.....	5
<b>Anexo III</b> Inquérito De Satisfação Dos Trabalhadores.....	7



## ANEXO I

### QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO (QUAR) 2025



SIADAP RAM 1 - Quadro de Avaliação e Responsabilização de 2025

Data: 01/09/2025  
Versão: 3

Ciclo de Gestão														
2025														
Designação do Serviço														
Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM														
Mensagem														
Prevenir os riscos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, bem como resolver os efeitos decorrentes de tais situações, socorrer pessoas e proteger os seus bens.														
Objetivos Estratégicos (OE)														
OE1: Prestar socorro eficaz e eficiente em todas as suas dimensões adequado à RAM														
OE2: Aproveitar as capacidades de Comando, Controle e Comunicações e Inteligência das ações de Proteção Civil														
OE3: Aumentar a Cultura de Proteção Civil na RAM														
OE4: Reforçar a capacidade de prevenção, preparação, intervenção ou recuperação														
OE5: Apoiar o funcionamento dos Corpos de Bombeiros														
Objetivos Operacionais (OO)														
EFICÁCIA														
OO2: Potenciar o papel do SRPC IP-RAM nos diversos agentes da sociedade											PESO:	50%		
											Peso	60%		
Indicadores	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.2	Mês de envio da proposta para o Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, para promover a participação dos intervenientes na consolidação da Avaliação das Capacidades de Gestão do Risco da Região Autónoma da Madeira.			3	1	1	10%	DAROT	Mês do envio da proposta	1	125%	Superior	25%	
Ind.6	Número de ações de sensibilização implementadas para a comunidade escolar	123	60	150	5	200	10%	DF	Quantitativo - Contagem Contabilização do número de ações implementadas	197	124%	Superior	24%	
Ind.7	Taxa de cumprimento do plano de auditoria a entidades de Transporte de Pessoas Não Urgentes			1	0	1	10%	SINVER	Quantitativo - Percentagem (NP de auditorias realizadas / NP de auditorias planeadas) x 100	1	123%	Superior	25%	
Ind.8	Número de ações de sensibilização implementadas no âmbito das oficinas de Proteção Civil para os diversos agentes da sociedade.	9	6	5	1	9	10%	DSAG	Quantitativo - Contagem Contabilização do número de ações	5	100%	Atingir	0%	
Ind.9	Número de Contratos Programa/Acordos de Colaboração elaborados com as AHRV da RAM.			7	0	9	10%	MR	Quantitativo - Contagem Contabilização do número de Contratos Programa/Acordos de Colaboração elaborados	7	100%	Atingir	0%	
Ind.10	Número de ações de sensibilização realizadas no âmbito da educação ambiental e da promoção da sustentabilidade.			1	0	0	10%	DSAG	Quantitativo - Contagem Contabilização do número de ações	1	100%	Atingir	0%	
											Taxa de Realização do OO2	80%		
OO3: Incrementar a capacidade de operação do programa DCOR														
											Peso	40%		
Indicadores	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.11	Taxa média de emissão de pareceres aos processos recebidos no âmbito dos projetos SCL, dentro do prazo de 15 dias úteis.	84%	95%	95%	0%	96%	30%	DSCE	Quantitativo - Percentagem (Contabilização do número de pareceres emitidos versus o número de processos recebidos) x 100	96,3%	138%	Superior	38%	
Ind.12	Taxa média de emissão de pareceres aos processos recebidos no âmbito das Medidas de Autoproteção de edifícios e recintos, dentro do prazo de 20 dias úteis.	81%	100%	90%	5%	100%	30%	DSCE	Quantitativo - Percentagem (Contabilização do número de pareceres emitidos versus o número de processos recebidos) x 100	87,5%	100%	Atingir	0%	
Ind.13	Mês de elaboração e apresentação da proposta do Plano Operacional de Combate e Incêndios Rurais para o ano de 2026.		1	12	0	1	40%	DFOC	Mês de elaboração e apresentação da proposta	5	116%	Superior	16%	
											Taxa de Realização do OO3	118%		
EFICIÊNCIA														
OO1: Reforçar a capacidade de intervenção do SRPC IP-RAM no Dispositivo Regional de Operações de Socorro											PESO:	30%		
											Peso	60%		
Indicadores	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.14	Mês de envio da proposta de atualização do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira para o CD do SRPC, IP-RAM.		3	6	0	1	30%	DAROT	Mês do envio da proposta.	6	100%	Atingir	0%	
Ind.15	Número de ações de sensibilização implementadas no âmbito do Risco Psicossocial.			12	2	24	30%	DSAG	Quantitativo - Contagem Contabilização do número de ações	14	100%	Atingir	0%	
Ind.16	Número de participações em exercícios LIVED e CFX.		11	10	0	11	40%	DFOC	Quantitativo - Contagem Contabilização do número de participações em exercícios LIVED e CFX.	12	150%	Superior	50%	
											Taxa de Realização do OO1	120%		
OO4: Reforçar nível de formação e qualificação dos agentes de Proteção Civil na RAM														
											Peso	40%		
Indicadores	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.17	Taxa de execução do Plano de Formação para agentes de proteção civil	81%	75%	81%	75%	5%	81%	50%	DF	Quantitativo - Percentagem (Contabilização do número de ações de formação realizadas / número total de ações de formação propostas no cronograma) x 100	320,00%	1321%	Superior	1023%
Ind.18	Taxa de formandos que se consideram mais aptos após a frequência da formação			75%	5%	90%	50%	DF	Quantitativo - Percentagem (Contabilização do número de formandos que se consideram mais aptos após a frequência da formação / número total de formandos participantes na formação) x 100	99,89%	141%	Superior	41%	
											Taxa de Realização do OO4	621%		



QUALIDADE													Peso: 20%			
005. Melhorar o funcionamento interno do SRPC, IP-RAM													Peso	50%		
Indicadores	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UD	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio			
Ind.19	Número de relatórios de execução orgânica enviados para o Conselho Diretivo, 5 dias após o envio de reporte à UG.		12		12	0	0	10%	UGF	Quantitativo – Contagem (Contabilização dos números de relatórios entregues)	12	100%	Atingido	0%		
Ind.20	Mês da conclusão da realização do cenário da casa de fogo.			11	1	1	15%	DISCF	Mês da reabilitação	10	100%	Atingido	0%			
Ind.21	Mês da elaboração do processo de concurso no âmbito dos Sistemas de Extração e Tratamento de Gases Combustíveis dos cenários de flashover.			6	1	1	15%	DSCE	Mês da elaboração do processo de concurso	5	100%	Atingido	0%			
Ind.22	Mês de conclusão do projeto: Reestruturação, Beneficiação e Inovação do Centro Integrado de Comunicações da Comenda Regional de Operações de Socorro (CIC-CROCS), sito as instalações do SRPC, IP-RAM.			12	0	1	15%	DSCL	Mês de conclusão do projeto	8	100%	Superior	9%			
Ind.23	Nível médio da Qualidade do atendimento do utente (Grau de Satisfação dos utentes).	95%	96%		95%	3%	95%	15%	SEMFR	Quantitativo – Percentagem (Contabilização do número de itens do IS pontuados com nível satisfatório/número total de itens/100)	96%	100%	Atingido	0%		
Ind.24	Mês da 1.ª auditoria de acompanhamento para manter a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade pela NP 9001:2015.	7	8		9	1	7	15%	DSAS	Mês da 1.ª auditoria de acompanhamento	7	125%	Superior	25%		
Ind.25	Mês da revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Corexas.				10	1	1	15%	DSAS	Mês da aprovação da revisão	10	100%	Atingido	0%		
											Taxa de Realização do O05	100%				
006. Potenciar a capacidade de resposta e regulamentação da atividade dos corpos de bombeiros RAM													Peso	50%		
Indicadores	Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UD	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio			
Ind.26	Número de ações de inspeção ao Plano Anual de Inspeções realizadas.	10	10		10	0	20	50%	IR	Quantitativo – Contagem (Contabilização do número de ações de inspeção realizadas)	10	100%	Atingido	0%		
Ind.27	Mês da elaboração da Diretiva Operacional Regional n.º 1, relativa ao Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro.				12	0	1	50%	DPOC	Mês da elaboração da Diretiva	12	100%	Atingido	0%		
											Taxa de Realização do O06	100%				
Objetivos Estratégicos vs Operacionais) matriz de enquadramento																
	OO1	OO2	OO3	OO4	OO5	OO6										
Objetivo Estratégico 1	X			X												
Objetivo Estratégico 2			X													
Objetivo Estratégico 3		X														
Objetivo Estratégico 4					X											
Objetivo Estratégico 5						X										
OBJETIVOS RELEVANTES) nº 1 do «L.18P da Lei 56-B/2007, de 28.12													Peso dos parâmetros na avaliação final	Peso dos objetivos no respetivo domínio	Peso de cada objetivo na avaliação final	Objetivos Relevantes
Eficácia																
O02 - Potenciar o papel do SRPC IP-RAM nos diversos agentes de sociedade													50%	60%	30%	Relevante
O03 – Incrementar a capacidade de operação do programa DCCR														40%	20%	Relevante
Eficácia																
O01 - Reforçar a capacidade de intervenção do SRPC IP-RAM no Dispositivo Regional das Operações de Socorro														60%	18%	Relevante
O04 - Reforçar níveis de formação e qualificação no âmbito da Proteção Civil													30%	40%	12%	Relevante
Qualidade																
O05. Melhorar o funcionamento interno do SRPC, IP-RAM e a sua operacionalidade													20%	50%	10%	Relevante
O06. Potenciar a capacidade de resposta e regulamentação da atividade dos corpos de bombeiros RAM														50%	10%	Relevante
Total													100%		Soma dos pesos dos objetivos operacionais mais relevantes	100%
RECURSOS HUMANOS																Dias úteis 2023 = 244
DESIGNAÇÃO	Pontuação	Pontuação efetivos planeados para 2025			Pontuação efetivos executados para 2025			Desvio (em n.º)	Pontuação Executada / Pontuação Planeada	URHE / URHP						
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	URHP	Pontuação Planeada	N.º de efetivos a 31.04 (Balanço Social)	URHE	Pontuação Executada									
Dirigentes - Direção Superior	20	4	976	80	3	732	60	-1	75%	75%						
Dirigentes - Direção Intermédia	16	8	1952	128	8	1952	128	0	100%	100%						
Técnicos Superior	12	34	8296	408	28	6832	336	-6	82%	82%						
Coordenador Técnico	9	2	488	18	2	488	18	0	100%	100%						
Assistente Técnico (inclui Técnicos de Informática)	8	32	7608	256	29	7076	232	-3	91%	91%						
Assistente Operacional	5	10	2440	50	6	1464	30	-4	60%	60%						
	70	90	21 960	940	76	18 544	804	-14	86%	84%						
RECURSOS FINANCEIROS																
DESIGNAÇÃO	Planeado	Corrigido	Disponível	Execução (-----)	Execução (31.03.2025)	Desvio Executado / Disponível (31.12.2025)	Taxa de Execução (Face ao planeado)	Taxa de Execução (Face ao corrigido)	Taxa de Execução (Face ao disponível)							
Orçamento de Funcionamento (OF)	8 505 274,00 €	11 993 487,00 €	3 225 379,27 €	- €	7 243 829,29 €	4 351 977,00 €	33%	18%	72%							
Despesas c/Pessoal	4 352 746,00 €	3 862 348,00 €	25 154,29 €		3 743 276,37 €	221 071,63 €	17%	0%	2%							
Aquisições de Bens e Serviços	1 252 375,00 €	1 686 160,00 €	732 195,11 €		828 738,12 €	807 890,88 €	4%	3%	14%							
Outras despesas correntes	1 524 180,00 €	1 500 227,00 €	422 530,85 €		956 606,15 €	543 530,85 €	4%	2%	10%							
Despesas de Capital	1 375 965,00 €	4 501 706,00 €	1 962 142,02 €		1 715 578,56 €	2 786 127,44 €	8%	11%	43%							
Orçamento de Investimento (OI)			93 357,00 €		93 357,00 €		0%	0%	2%							
Despesas c/Pessoal	13 151 463,00 €	12 823 774,00 €	2 411 172,53 €	- €	9 576 818,25 €	3 246 955,75 €	44%	13%	20%							
Aquisições de Bens e Serviços	49 679,00 €	52 127,00 €	29 303,00 €		6 300,00 €	45 827,00 €	0%	0%	1%							
Outras despesas correntes	4 535 739,00 €	4 132 720,00 €	1 032 224,43 €		3 098 129,35 €	1 054 523,65 €	14%	4%	19%							
Despesas de Capital	5 692 530,00 €	5 692 534,00 €	-4,06 €		5 692 529,94 €	-4,06 €	26%	0%	0%							
Outros valores	2 873 515,00 €	2 876 754,00 €	1 349 641,04 €		680 152,96 €	2 146 601,04 €	3%	6%	38%							
Total (OF+OI+OV)			99 640,00 €		99 640,00 €	- €										
AVALIAÇÃO FINAL DO QUAR 2025																
	Âmbito		Eficácia Ponderação: 50%				Eficácia Ponderação: 30%				Qualidade Ponderação: 20%					
	Quantitativa		165%				165%				BOM					
	Qualitativa															



# Relatório de Atividades de 2025

## Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM

Raf:	Descritivo	Fonte de Verificação	Justificação do Valor Crítico
Ind.2	Mês de envio da proposta para o Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, para promover a participação dos intervenientes na consolidação da Avaliação das Capacidades de Gestão de Risco da Região Autónoma da Madeira.	Ferramenta de Gestão Documental / Correio Eletrónico	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.6	Número de ações de sensibilização implementadas para a comunidade escolar	Informação Interna	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.7	Taxa de cumprimento do plano de auditorias a entidades de Transporte de Pessoas Não Urgentes	Relatório de Auditorias	Melhor resultado dos últimos anos
Ind.8	Número de ações de sensibilização implementadas no âmbito das oficinas de Proteção Civil para os diversos agentes da sociedade.	Informação Interna	Melhor resultado dos últimos anos
Ind.9	Mês de envio da proposta para o Conselho Diretivo do SRPC, IP-RAM, para promover a participação dos intervenientes na consolidação da Avaliação das Capacidades de Gestão de Risco da Região Autónoma da Madeira.	Contrato assinado	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.10	Número de ações de sensibilização realizadas no âmbito da educação ambiental e da promoção da sustentabilidade.	Informação Interna	Melhor resultado dos últimos anos
Ind.11	Taxa média de emissão de pareceres aos processos recebidos no âmbito dos projetos SCE, dentro do prazo de 15 dias úteis.	Ofícios de Saída	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.12	Taxa média de emissão de pareceres aos processos recebidos no âmbito das Medidas de Autoproteção de edifícios e recintos, dentro do prazo de 20 dias úteis.	Ofícios de Saída	Melhor resultado dos últimos anos
Ind.13	Mês da elaboração e apresentação da proposta do Plano Operacional de Combate e Incêndios Rurais para o ano de 2026.	Proposta de Plano Operacional de Combate Incêndios Rurais	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.14	Mês de envio da proposta de atualização do Plano Regional de Emergência de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira para o CO do SRPC, IP-RAM.	Ferramenta de Gestão Documental / Correio Eletrónico	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.15	Número de ações de sensibilização implementadas no âmbito do Risco Psicosocial.	Informação Interna	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.16	Número de participações em exercícios UNEX e CPX.	Relatório de Participação em Exercícios	Melhor resultado dos últimos anos
Ind.17	Taxa de execução do Plano de Formação para agentes de proteção civil	Informação	Melhor resultado dos últimos anos
Ind.18	Taxa de formandos que se consideram mais aptos após a frequência da formação	Relatório	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.19	Número de relatórios de execução orçamental enviados para o Conselho Diretivo, 5 dias após o envio do reporte à UG.	Email	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.20	Mês da conclusão da reabilitação do cenário da casa de fogo.	Informação Interna	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.21	Mês da elaboração do processo de concurso no âmbito dos Sistemas de Fretagem e Tratamento de Gases Combustíveis dos cenários de flashover.	Informação Interna	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.22	Mês de conclusão do projeto: Reestruturação, beneficiação e inovação do Centro Integrado de Comunicações do Comando Regional de Operações de Socorro (CIC-CROS), sito as instalações do SRPC, IP-RAM.	Auto de recepção provisória	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.23	Nível médio da Qualidade do atendimento do utente (barras de Satisfação dos utentes).	Formulário Microsoft Forms	Melhor resultado dos últimos anos
Ind.24	Mês da 1.ª auditoria de acompanhamento para manter a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade pela NP 9001:2015.	Relatório de Auditoria	Melhor resultado dos últimos anos
Ind.25	Mês da revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Inflações Conexas.	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Inflações Conexas	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.26	Número de ações de inspeção ao Plano Anual de Inspeções realizadas.	Relatórios de Inspeção	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis
Ind.27	Mês da elaboração da Diretiva Operacional Regional n.º 1, relativa ao Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro.	Diretiva Operacional Regional n.º 1	Resultado ideal com todos os recursos disponíveis

**NOTAS EXPLICATIVAS**

41- IND 17 No cronograma anual de formação encontravam-se inicialmente previstas 110 ações de formação. Contudo, em resultado da dinâmica operacional do sistema regional de proteção civil, da identificação de necessidades emergentes e do reforço de ações solicitadas pelos Corpos de Bombeiros e demais entidades parceiras, verificou-se um acréscimo muito significativo de formação ministrada ao longo do ano. Apesar do cancelamento de 11 ações inicialmente programadas, foram implementadas 352 ações de formação, incluindo-se numa execução muito superior ao planeado e evidenciando elevada capacidade de resposta do Serviço. A distribuição das ações ao longo do ano foi a seguinte: 1.º trimestre: 47 ações; 2.º trimestre: 75 ações; 3.º trimestre: 97 ações; 4.º trimestre: 133 ações. O desempenho alcançado reflete não apenas o cumprimento do Plano de Formação, mas sobretudo a sua expansão estratégica, evidenciando o reforço da qualificação operacional, da prontidão do sistema regional de proteção civil e da capacidade de adaptação às necessidades formativas identificadas.



## ANEXO II

### INQUÉRITO DE SATISFAÇÃO DE CLIENTE

## Inquérito de Satisfação de Cliente

#### IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE

Entidade: \_\_\_\_\_ Abrev. \_\_\_\_\_

O objetivo do Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM é alcançar o mais elevado nível de satisfação dos nossos clientes e partes interessadas. Para tal, estamos a realizar um inquérito de avaliação do grau de satisfação, com o intuito de obter a sua opinião acerca dos diversos serviços que prestamos e da qualidade com que são oferecidos.

Agradecemos desde já a sua colaboração e pedimos que dedique alguns minutos ao preenchimento deste inquérito. A sua contribuição é fundamental para que possamos aprimorar a nossa dinâmica de trabalho e continuar a oferecer um serviço de excelência.

Não **há respostas certas ou erradas** relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

Cada grupo de perguntas é seguido por um campo, de carácter facultativo, onde poderão ser apontadas algumas sugestões.

Este inquérito é de natureza **confidencial**.

O tempo de resposta é aproximadamente **5 minutos**.

As notas correspondem às seguintes avaliações:

2- Não satisfaz    3- Satisfaz    4- Satisfaz bem    5- Satisfaz muito bem    NA - Não Aplicável

2    3    4    5    N.A.

#### 1 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

3. Como classifica a facilidade no contacto/disponibilidade?					
4. As propostas apresentadas correspondem aos requisitos solicitados?					
5. Como avalia a simpatia dos serviços administrativos/financeiros do SRPC, IP-RAM?					
6. No global, como avalia os serviços administrativos/financeiros do SRPC, IP-RAM?					

2    3    4    5    N.A.

#### 2 - SERVIÇOS DE FORMAÇÃO

7. Como classifica a facilidade no contacto/disponibilidade?					
8. Como avalia a rapidez na resposta aos pedidos de apoio efetuados pela sua entidade?					
9. Qual a sua opinião em relação à eficácia das ações de formação?					
10. De forma global, como avalia a qualidade dos serviços de formação prestados?					
11. Como classifica a facilidade no contacto/disponibilidade?					

2    3    4    5    N.A.

#### 3 - SERVIÇOS TÉCNICOS



12. Como avalia a rapidez na resposta aos pedidos de apoio efetuados pela sua entidade?					
13. Qual a sua opinião em relação à eficácia das ações de sensibilização?					
14. De forma global, como avalia a qualidade dos serviços de sensibilização prestados?					
15. Como classifica a resposta aos pedidos de apoio e pareceres em termos de rapidez?					
16. Qual é a sua opinião em relação à eficácia dos apoios prestados?					
17. Como avalia a facilidade de contacto através dos diferentes meios (telefone, email, portal, etc.)?					
18. Como avalia a capacidade técnica demonstrada na resolução dos seus problemas?					
19. Qual a sua opinião em relação à clareza e utilidade da informação divulgada pelo SRPC, IP-RAM?					
20. Como avalia a informação disponível no portal www.procvmadeira.pt?					
21. Qual a sua perceção sobre as prestações dos técnicos do SRPC, IP-RAM, no que se refere a:					
1- Conhecimento					
2- Atitude/Simpatia					
3- Disponibilidade					

2 3 4 5 N.A.

**5- APRECIÇÃO GLOBAL DO SRPC IP-RAM**

22. Qual a sua opinião sobre os seguintes aspetos do SRPC, IP-RAM, de forma global:					
22.1- Profissionalismo					
22.2- Acessibilidade					
22.3- Rapidez					
22.4- Eficiência					
22.5- Eficácia					

**6- Outras questões que considere pertinentes ou sugestões de melhoria:**

Questionário respondido por:

Função:

Data:

Muito Obrigado pela sua colaboração.

